

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

JOSÉ BERNARDO DE AZEVEDO JUNIOR

ANÁLISE SEMIÓTICA DAS PROPOSTAS DE REDAÇÃO DO ENEM (2009-2015)

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

SÃO PAULO

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

JOSÉ BERNARDO DE AZEVEDO JUNIOR

ANÁLISE SEMIÓTICA DAS PROPOSTAS DE REDAÇÃO DO ENEM (2009-2015)

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Comunicação e Semiótica, orientada pela Professora Doutora Ana Claudia Mei Alves de Oliveira.

São Paulo

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Aos meus pais, com o meu amor eterno.

AGRADECIMENTOS

À Profª Dra Ana Claudia de Oliveira, pelas orientações na construção deste trabalho.

Aos meus pais, que mesmo não estando presentes com seus corpos físicos, fazem parte da minha vida, da minha essência, do meu amor incondicional por eles. Sentí-los ao meu lado tornavam os momentos difíceis um pouco mais suportáveis.

À minha família, seres amados, aos quais vibram coletivamente a cada vitória que conquisto.

À amiga Vania Warwar Archanjo, minha companheira de congressos e publicações, que dividiu comigo os momentos de alegria, de angústias e de desespero.

Aos amigos mais do que amados, pela compreensão da minha ausência durante alguns momentos da vida e, em outros, pela persistência em me desprender das amarras do cotidiano.

Ao Prof Dr Eugenio Trivinho, por suas sábias palavras que me direcionaram à apreensão do significado da vida acadêmica; à Profª Dra Lucia Santaella, que me fez aumentar a minha paixão pela Semiótica durante suas aulas; à Profª Dra Valdenise Leziér Martyniuk, por sua sabedoria e humildade em nossas conversas que iluminaram os caminhos do meu projeto de pesquisa.

Às Professoras Doutoras Ana Maria Zilocch e Simone Bueno da Silva pela leitura e os apontamentos mais do que importantes e necessários durante o exame da qualificação.

Ao CNPQ e à PUC, pelo apoio financeiro.

*Sou como você me vê.
Posso ser leve como uma brisa ou forte como uma ventania,
depende de quando e como você me vê passar.*

Clarice Lispector

RESUMO

À luz dos estudos da semiótica francesa, esta pesquisa objetiva examinar como o Ministério da Educação trabalha com os mecanismos de enunciação sincrética da totalidade de sentidos da proposta de redação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – em escolhas de textos de diferentes linguagens, identificados na prova como textos motivadores. Também se busca compreender como se dão as interações discursivas e o que essas estabelecem para construir a produção de sentidos para o candidato. Criado em 1998, o ENEM é uma prova realizada em nível nacional e o objetivo inicial era o de avaliar o estudante ao final da educação básica. A partir de 2009, quando ganhou maior popularidade, o exame passou a ser utilizado como modo de seleção nas instituições de ensino superior. A problemática norteadora desse trabalho está de que maneira o MEC articula uma perspectiva sobre um tema dado, concretizando em textos de várias linguagens para o candidato depreendê-las e, assim, construir a redação dissertativa-argumentativa de acordo com as competências requeridas pelo Exame. Para responder a esse questionamento trabalhamos com as hipóteses de que o MEC opera nos regimes de interação conjugando procedimentos dos regimes de programação e manipulação, estruturados pelas escolhas das estratégias enunciativas, para levar o candidato a aderir ao mesmo modo de pensar da autarquia. Para tanto, o Destinator considera os candidatos como sujeitos dotados de linguagem e aptos a reelaborar suas traduções de mundo em produções de linguagens verbal escrita. Essas produções partem de um temário apresentado pelo MEC com questões existentes no viver do candidato, o que leva a testar a hipótese que o modo de colocar os textos motivadores em articulação, disponibilizados em várias linguagens, forma a estratégia de enunciação global com o sentido do próprio ponto de vista do Destinator. A pesquisa também investigou se há destaque no arranjo plástico da expressão da proposta, o que direciona os pensamentos do candidato com argumentos que deverão ser apresentados em sua escritura. O *corpus* da pesquisa é composto por sete propostas de redação do exame dos anos de 2009 a 2015. Do arcabouço teórico-metodológico da Semiótica de Algirdas Julien Greimas exploram-se a Sociosemiótica de Eric Landowski e os estudos do sincretismo desenvolvidos por Ana Claudia de Oliveira. Na esteira da compreensão dos processos enunciativos são priorizados os estudos de José Luiz Fiorin, Norma Discini e Diana Barros, além dos documentos oficiais do governo relacionados à Educação.

Palavras-chave: ENEM, sincretismo de linguagens, enunciação global, Semiótica Discursiva.

ABSTRACT

This research aims to investigate how the Ministry of Education works with the mechanisms of syncretic enunciation of all the totality of meanings of the proposal of writing the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) in the choice of texts of different languages, identified in the test as motivational texts. It also seeks to understand how the discursive interactions are given and what they establish to construct the production of meanings for the candidate. Created in 1998, the ENEM is a national level test and the initial objective was to evaluate the student at the end of basic education. As of 2009, when it gained greater popularity, the test to be used as a mode of selection in higher education institutions. The problematic is how the MEC articulates a perspective on a given theme, concretizing in texts of several languages for the candidate to understand them and, thus, to construct the argumentative e dissertation writing according to the competences required by the Exam. In order to respond to this questioning we work with the hypotheses that the MEC operates in the interaction regimes by combining procedures of the programming and manipulation regimes, structured by the choices of the enunciative strategies, to lead the candidate to adhere to the same point of view of the autarchy. These productions start from a themes introduced by the MEC with questions in the life of the candidate, which leads to test the hypothesis that the way to put the motivational texts in articulation, made available in several languages, forms the strategy of global enunciation with the sense of own point of view. The research also investigated whether there is a prominence in the plastic arrangement of the expression plane, which directs the candidate's thoughts with arguments that should be presented in his writing. The corpus of the research is composed of seven tests from the years 2009 to 2015. The analysis is based on the theoretical and methodological framework of the Discursive Semiotics of Algirdas Julien Greimas are explored the Sociosemiotics of Eric Landowski and the syncretism studies developed by Ana Claudia de Oliveira . For the understanding of the enunciation processes, the studies of José Luiz Fiorin, Norma Discini and Diana Barros are prioritized, as well as official government documents related to Education.

Key words: ENEM, syncretism of languages, global enunciation, Discursive Semiotics

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Motivos para fazer o ENEM.....	44
Figura 2 - Modelo de criação do texto dissertativo-argumentativo.....	54
Figura 3 – Regimes de Interação.....	71
Figura 4 - Linguagens presentes nas propostas de redação.....	76
Figura 5 - Proposta de Redação – 2009.....	81
Figura 6 - Proposta de Redação – 2010.....	82
Figura 7 - Proposta de Redação – 2011.....	83
Figura 8 - Proposta de Redação – 2012.....	84
Figura 9 - Proposta de Redação – 2013.....	85
Figura 10 - Proposta de Redação - 2014.....	86
Figura 11 - Proposta de Redação - 2015.....	87
Figura 12 – Organização da pesquisa.....	88
Figura 13 – Zonas de visualização da página.....	92
Figura 14 – Distribuição espacial.....	93
Figura 15 – Distribuição na superfície – edição 2009.....	93
Figura 16 – Distribuição na superfície – edições 2010 a 2015.....	94
Figura 17 – Logomarca do ENEM.....	95
Figura 18 – Posição da logomarca – ano 2009.....	96
Figura 19 – Posição da logomarca – ano 2010.....	97
Figura 20 – Posição da logomarca – ano 2011.....	98
Figura 21 – Posição da logomarca – ano 2012.....	99
Figura 22 – Posição da logomarca – ano 2013.....	100
Figura 23 – Posição da logomarca – ano 2014.....	101
Figura 24 – Posição da logomarca – ano 2015.....	102
Figura 25 – Análise da logomarca do ENEM.....	103
Figura 26 – Enunciado da proposta de redação – 2009.....	105
Figura 27 – Enunciado da edição 2013.....	105
Figura 28 – Enunciado da edição 2014.....	106
Figura 29 – Enunciado da edição 2015.....	106
Figura 30 – Instruções das edições 2009 e 2010.....	107
Figura 31 – Instruções das edições 2011 e 2012.....	108
Figura 32 – Instruções das edições 2013, 2014 e 2015.....	108

Figura 33 – Visualização dos enunciados – edição 2009.....	109
Figura 34– Visualização dos enunciados – edição 2010.....	110
Figura 35– Visualização dos enunciados – edição 2011.....	111
Figura 36– Visualização dos enunciados – edição 2012.....	112
Figura 37 – Visualização dos enunciados – edição 2013.....	113
Figura 38 – Visualização dos enunciados – edição 2014.....	114
Figura 39 – Visualização dos enunciados – edição 2015.....	115
Figura 40 – Análise dos textos motivadores - 2009.....	120
Figura 41 – Análise da Ilustração – texto motivador.....	121
Figura 42 – Análise do texto verbal – 2009.....	120
Figura 43 – Análise do texto verbal – 2009.....	121
Figura 44 - Análise dos textos motivadores - 2010.....	125
Figura 45 – Campos de percepção visual.....	126
Figura 46 – Análise da relação entre as linguagens verbal e visual.....	127
Figura 47 – Primeiro texto motivador – 2010.....	128
Figura 48 – Segundo texto motivador – 2010.....	130
Figura 49 – Análise dos textos motivadores – 2011.....	132
Figura 50 – Enunciado – 2011.....	133
Figura 51 – Terceiro texto motivador – 2011.....	134
Figura 52 – Primeiro texto motivador – 2011.....	135
Figura 53 – Segundo texto motivador – 2011.....	136
Figura 54 – Análise dos textos motivadores – 2012.....	138
Figura 55 – Enunciado 2012.....	139
Figura 56 – Segundo texto motivador – 2012.....	140
Figura 57 – Primeiro texto motivador – 2012.....	141
Figura 58 – Terceiro texto motivador – 2012.....	142
Figura 59 – Análise dos textos motivadores – 2013.....	145
Figura 60 – Segundo e terceiro textos motivadores – 2013.....	148
Figura 61 – Primeiro texto motivador – 2013.....	149
Figura 62 – Quarto texto motivador – 2013.....	149
Figura 63 – Análise dos textos motivadores – 2014.....	152
Figura 64 – Segundo texto motivador – 2014.....	154
Figura 65 – Primeiro texto motivador – 2014.....	155

Figura 66 – Terceiro texto motivador – 2014.....	155
Figura 67 – Análise dos textos motivadores – 2015.....	157
Figura 68 – Primeiro texto motivador – 2015.....	158
Figura 69 – Segundo texto motivador – 2015.....	159
Figura 70 – Terceiro texto motivador – 2015.....	160
Figura 71 – Quarto texto motivador – 2015.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Componentes curriculares obrigatórios.....	26
Tabela 2 – Alterações no sistema educacional brasileiro.....	28
Tabela 3 – Principais mudanças na LDB.....	36
Tabela 4 – Faixa de desempenho e intervalo de notas.....	41
Tabela 5 – Relação de Inscritos e Participantes do ENEM.....	43
Tabela 6 – Aplicação da prova.....	45
Tabela 7 – Eixos cognitivos.....	48
Tabela 8 – Matriz de referência de Linguagens, Códigos e Tecnologias.....	51
Tabela 9 – Competências da Redação.....	57
Tabela 10 – Itens da modalidade informal.....	58
Tabela 11 – Níveis de desempenho da Competência 1.....	59
Tabela 12 – Níveis de desempenho da Competência 2.....	60
Tabela 13 – Níveis de desempenho da Competência 3.....	61
Tabela 14 – Níveis de desempenho da Competência 4.....	63
Tabela 15 – Níveis de desempenho da Competência 5.....	64
Tabela 16 – Temas abordados nas propostas de redação.....	116
Tabela 17 – Relação das modalidades de diferentes linguagens.....	117

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.1	O ENEM ATÉ 2008.....	36
1.2	A EVOLUÇÃO DO EXAME NACIONAL: O NOVO ENEM	42
1.3	– A REDAÇÃO DO NOVO ENEM.....	53
2	AS PROPOSTAS DE REDAÇÃO.....	90
3.	PRODUÇÃO DE SENTIDO DOS TEXTOS MOTIVADORES	119
3.1	<i>O INDIVÍDUO FRENTE À ÉTICA NACIONAL</i> , EDIÇÃO DO ANO 2009	120
3.2	<i>O TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA</i> , EDIÇÃO DO ANO 2010	125
3.3	<i>VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO</i> , EDIÇÃO DO ANO 2011.....	132
3.4	<i>O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI</i> , EDIÇÃO DO ANO 2012	138
3.5	<i>EFEITOS DA IMPLANTAÇÃO DA LEI SECA NO BRASIL</i> , EDIÇÃO DO ANO 2013	145
3.6	<i>PUBLICIDADE INFANTIL EM QUESTÃO NO BRASIL</i> , EDIÇÃO DO ANO 2014	152
3.7	<i>A PERSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA</i> , EDIÇÃO DO ANO 2015.....	157
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

III - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
(BRASIL, 1996).

Iniciamos essa pesquisa por uma epígrafe que nos salta aos olhos quando mergulhamos nos estudos sobre a Educação no Brasil. Trata-se do capítulo III do artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) que garante o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno.

Estudos revelam que o pensamento crítico é considerado como um julgamento reflexivo sobre o que acreditar, ou o que fazer em resposta a uma observação, experiência ou argumentação. Na esteira desse raciocínio estão as pesquisas feitas por Fischer e Scriven (1997, p. 20) a qual os autores definem pensamento crítico como sendo a “habilidosa e ativa interpretação e avaliação de observações, comunicações, informação e argumentação”.

Teoricamente, a educação brasileira vem colocando em prática a formação de um sujeito crítico como determina a lei. O que teríamos, então, seria um sistema de ensino conforme os pensamentos de Freire (1996) na qual o educador defendia a ideia da formação de um aluno atuante, crítico e formador de opinião. “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (1996, p. 23). Há também um reforço nessa ideia quando olhamos para os Parâmetros Curriculares Nacionais que garantem ao estudante,

[...] o ensino médio deve atuar de forma que garanta ao estudante a preparação básica para o prosseguimento dos estudos, para a inserção no mundo do trabalho e para o exercício cotidiano da cidadania, em sintonia com as necessidades político –sociais de seu tempo. (BRASIL, 2006, p. 17-18).

A fim de mensurar a qualidade de ensino na educação no país, o Ministério da Educação criou o Exame Nacional do Ensino Médio, mais conhecido como ENEM, com o objetivo inicial de promover ao aluno uma autoavaliação do aprendizado adquirido na educação básica. Posteriormente, novos objetivos foram incorporados ao Exame que acabou se tornando uma forma de ingresso nas Instituições de Ensino Superior. O ENEM permitia ao governo examinar se os alunos de fato tinham desenvolvido as competências e habilidades requeridas pelos PCNS por meio da prova com questões de múltipla escolha e a elaboração de uma redação, objeto de nosso estudo.

A proposta de redação é composta por textos motivadores que servem como encaminhadores e embaixadores do tema dado pelo Ministério da Educação para a escritura de um texto dissertativo-argumentativo. Como esse tipo de texto é trabalhado com os alunos a partir do 7º ou 8º ano do ensino fundamental II até o final do ensino médio, compreendemos que o aluno possui a competência e as habilidades para desenvolver a argumentação. O que verificamos, portanto, é a maneira como o MEC trabalha com os mecanismos de enunciação sincrética da totalidade de sentidos da proposta de redação em textos de diferentes linguagens na concretização do ponto de vista dado pela autarquia.

Como o MEC entende a definição de texto dissertativo-argumentativo como sendo “a defesa, por meio de argumentos convincentes, de uma ideia ou opinião; e dissertativo porque se estrutura sob a forma dissertativa” (BRASIL, 2016b, p.14), partimos do pressuposto que a educação brasileira é formadora de sujeitos críticos na sociedade. Sendo assim, esta pesquisa se debruça em algumas questões básicas:

- Quais são os modos que o Ministério da Educação em suas propostas de redação do ENEM articula uma perspectiva sobre um tema dado?
- Como esse tema é concretizado em textos de várias linguagens para o candidato depreendê-lo e, assim, construir a redação dissertativa-argumentativa?
- Como as escolhas das estratégias discursivas do enunciado organizado pelo que o enuncia, o enunciador, intervém na concretização das estruturas semionarrativas da prova com um todo de sentido?
- Como se relacionam os diversos sistemas expressivos que compõem a proposta de redação?
- Como essas atuam em sincretismo na formação do arranjo da expressão para construir o ponto de vista que o enunciador propõe ao enunciatário, o que faz a prova?

Para responder a esses questionamentos, faremos um breve mergulho na história da educação brasileira. No Brasil, a gestão do sistema educacional está atribuída ao Ministério da Educação. Mais conhecida pela sigla MEC, a autarquia inicia o processo de aprendizagem na vida do aluno a partir dos quatro anos, uma vez que desde dessa idade até os 17 anos trata-se de um período assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹, Lei nº

1 – Lei 9.394 – Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 09 de março de 2015.

9.394, de 1996, que detalha os direitos e organiza os aspectos gerais do ensino brasileiro. Conforme artigo 21, dessa mesma LDB, a educação escolar compõe-se de: “I) Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e; II - Educação superior” (BRASIL, 1996).

A expressão *educação básica* já vinha sendo usada em vários documentos oficiais, nos anos 80, extrapolando os limites do ensino fundamental. Acompanhando a tendência mundial, o Brasil se dispôs a ampliar os anos de escolaridade obrigatória. Em 1971, com a Lei² nº 5.692, foi dado o primeiro passo, ampliando os anos da escolaridade obrigatória para oito anos e classificando esse ciclo como ensino de 1º grau (Souza, 1999).

A LDB 9.394/96, no artigo 21, passa a classificar como educação básica desde a educação infantil até o ensino médio e reclassifica a obrigatoriedade do ensino, conforme comenta Souza (1999, p. 37-38):

[...] deve-se entender que a obrigatoriedade da educação infantil e do ensino médio deve ser aplicada progressivamente, mantendo-se a prioridade absoluta para o ensino fundamental. De fato, a Carta Magna, enquanto dispõe que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito (artigo 208, inciso I), estabelece a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio (artigo 208, inciso II) e garante o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

De acordo com o MEC, ao longo do percurso dos ensinos fundamental e médio, crianças e adolescentes devem receber a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, o que inclui também a formação profissional desse indivíduo. Conforme o parágrafo 2, da LDB 9.394/96, fica explícito que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, o que nos leva a refletir sobre o papel desse aluno na sociedade. Para o pensamento de Souza (1997),

O § 2º tem o sabor da modernidade, pois, ao declarar que a educação escolar se deve vincular ao mundo do trabalho e à prática social, visa à formação concomitante do cidadão e do trabalhador, certamente, nas regras da democracia e da economia produtiva (Ibidem, 1997, p.6).

De uma forma geral, os princípios que devem presidir a organização e o funcionamento escolar estão arrolados no artigo 3º dessa lei, no título II. São eles:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

2 – Lei 5.692, artigo 1, § 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 09 de março de 2015.

- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A LDB (9.394/96) trouxe algumas inovações em relação às leis anteriores no que tange à educação. Para isso, Souza (1999) esclarece:

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Principalmente da permanência, eis que o acesso já dispõe de medidas capazes de assegurá-lo;
- b) Gestão democrática do ensino público;
- c) Certificado de validade no ensino regular para estudos e experiências obtidos pelo aluno fora da escola regular. (Ibidem, 1999, p. 14)

Particularmente ao ensino médio, uma breve explanação de sua história requer esclarecimentos. A denominação desse grau de ensino, que se situa entre o fundamental e o superior, tem variado, conforme a lei vigente na educação brasileira. Souza (1999) relata que à época da Lei 4.024/61, que vigorou na definição dos graus de escolaridade, entre os anos de 1961 a 1968 (para o ensino superior) e 1971 (para os ensinos de 1º e 2º graus), foi dado o nome de Ensino Médio, porém com duas ramificações: Ensino Secundário e Ensino Técnico. Já com a reforma dessa lei, passando então para a Lei 5.692, o nome mudou para Ensino de 2º grau e assim se manteve até a Constituição de 1988, que voltou a consagrar a expressão Ensino Médio.

Em uma rápida viagem pelo tempo, percebemos que esse grau de ensino tem gerado inúmeras controvérsias sobre sua natureza. Para uns, conforme Souza (1999, p. 59), trata-se de “um ensino destinado a ampliar a cultura geral do educando”, o que se subdividiu, antes da promulgação da Lei 4.024/61, em duas grandes vertentes: o clássico, mais voltado para as Letras, as Ciências Sociais e a Filosofia, e o científico, mais endereçado às ciências exatas: Matemática, Física, Química e Biologia. Para outros, de acordo com o autor (op. cit), deveria voltar-se para a habilitação profissional, com ênfase maior para as disciplinas específicas e menor para a cultura geral. Assim, essa corrente foi imposta na reforma de 1971, obrigando todas as escolas desse grau de escolaridade a priorizarem a formação técnica sobre qualquer outra.

Contudo, houve um grande fracasso da reforma, o que acabou nem formando técnicos qualificados tampouco desenvolveu o gosto pela cultura geral na juventude brasileira. Souza (1999, p. 59) completa

Essa é inegavelmente uma das principais causas da crise, que se aprofundou nos últimos trinta anos, nesse grau de ensino. Nessa crise, prosperaram os cursinhos pré-universitários e se desqualificaram os cursos superiores, em função do despreparo cultural de seus alunos.

O que saltam aos nossos olhos é de fato o principal objetivo do ensino médio. A LDB consagra a natureza essencialmente cultural do ensino médio, como agência educativa voltada à formação humanística e científica do educando (SOUZA, 1999, p.62-63). Compreendemos que a educação escolar vem trabalhando na criação de condições para que todos os alunos desenvolvam as habilidades e aprendam o conteúdo para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais.

A Lei define que a educação escolar deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social e que compete à educação básica possibilitar uma formação comum com vistas ao exercício da cidadania e ao fornecimento dos meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Como garante o art. 22 “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Com uma carga horária mínima anual de oitocentas horas (art. 24) e com uma duração mínima de três anos, as finalidades do ensino médio estão concentradas na consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; de preparação básica para o trabalho; de formação ética, de desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do educando; de compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, conforme define o texto do artigo 35, a saber:

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
 - II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
 - III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 - IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (BRASIL, 1996)

A concepção de ensino médio estabelecida na LDB traz a ideia de uma educação tecnológica que deveria ser capaz de relacionar teoria e prática, mundo da ciência e mundo do trabalho. Para alcançar essas finalidades, o artigo 36 da LDB propõe que o currículo e a organização pedagógica do ensino médio confirmam especial ênfase à educação tecnológica básica; à compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; ao processo histórico de

transformação da sociedade e da cultura; à língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008);

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008);

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos;

§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008) (BRASIL, 1996).

A LDB ainda promove na educação básica a elaboração de currículos escolares fundamentados em uma base nacional comum, como já determinava a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, mas obrigando a inclusão de estudos da língua portuguesa, matemática, entre outros.

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. (BRASIL, 1996).

Em relação a carga horária, o art. 24º da LDB garante:

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

Para promover a igualdade de aprendizagem e garantir que conteúdos básicos fossem ensinados a todos os alunos, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da

Câmara de Educação Básica (CEB), elaborou em 1998 as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). São normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino.

A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais é uma atribuição federal, exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) nos termos da LDB e da Lei nº 9.131/95 que define na alínea *c* do artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas. Ademais, atribui-lhe, entre outras, a responsabilidade de assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (artigo 7º da Lei nº 4.024/61, com redação dada pela Lei 8.131/95), razão pela qual as diretrizes constitutivas deste Parecer consideram o exame das avaliações por elas apresentadas, durante o processo de implementação da LDB. O Ensino Fundamental está formulado na Resolução CNE/CEB nº 2/98, que as delimita como

Conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas. (BRASIL, 1998a)

Em junho, do mesmo ano, o CNE publica a resolução CNE/CEB nº 3/98 contemplando as diretrizes curriculares para o ensino médio e reiteram os objetivos da DCNs.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM, estabelecidas nesta Resolução, se constituem num conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrante dos diversos sistemas de ensino, em atendimento ao que manda a lei, tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho. (BRASIL, 1998b)

A ideia das DCNs considera, fundamentada na LDB 9394/96, a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, conforme assegura o artigo 2º dessa resolução:

A organização curricular de cada escola será orientada pelos valores apresentados na Lei 9.394, a saber:

- I - os fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - os que fortaleçam os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca. (BRASIL, 1998b).

As instituições eram incentivadas a elaborar o currículo, recortando, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que lhe conviessem para a formação daquelas competências que estavam explicitadas nas diretrizes curriculares, como garantiam os artigos 4º e 5º:

Art. 4º - As propostas pedagógicas das escolas e os currículos constantes dessas propostas incluirão competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos, revistas pelas finalidades do ensino médio estabelecidas pela lei:

- I - desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, de modo a ser capaz de prosseguir os estudos e de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;
- II - constituição de significados socialmente construídos e reconhecidos como verdadeiros sobre o mundo físico e natural, sobre a realidade social e política;
- III - compreensão do significado das ciências, das letras e das artes e do processo de transformação da sociedade e da cultura, em especial as do Brasil, de modo a possuir as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e do trabalho;
- IV - domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos que presidem a produção moderna de bens, serviços e conhecimentos, tanto em seus produtos como em seus processos, de modo a ser capaz de relacionar a teoria com a prática e o desenvolvimento da flexibilidade para novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- V - competência no uso da língua portuguesa, das línguas estrangeiras e outras linguagens contemporâneas como instrumentos de comunicação e como processos de constituição de conhecimento e de exercício de cidadania.

Art. 5º Para cumprir as finalidades do ensino médio previstas pela lei, as escolas organizarão seus currículos de modo a:

- I - ter presente que os conteúdos curriculares não são fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir competências cognitivas ou sociais, priorizando-as sobre as informações;
- II - ter presente que as linguagens são indispensáveis para a constituição de conhecimentos e competências;
- III - adotar metodologias de ensino diversificadas, que estimulem a reconstrução do conhecimento e mobilizem o raciocínio, a experimentação, a solução de problemas e outras competências cognitivas superiores;
- IV - reconhecer que as situações de aprendizagem provocam também sentimentos e requerem trabalhar a afetividade do aluno. (BRASIL, art. 3º e 4º, 1998b)

Dessa forma, a escola deveria trabalhar esse conteúdo nos contextos que lhe parecessem necessários, considerando o tipo de pessoas que atendia, a região em que estivesse inserida e outros aspectos locais relevantes. Entretanto, para a criação do currículo, a LDB impunha a criação de uma base nacional comum, como determinava o artigo 26.

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996).

Atendendo as exigências da lei, essas diretrizes organizaram os currículos por áreas do conhecimento, como seguem no art. 10, da resolução:

A base nacional comum dos currículos do ensino médio será organizada em áreas de conhecimento, a saber:

- I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, objetivando a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:
 - a) Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.
 - b) Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

- c) Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.
- d) Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.
- e) Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais.
- f) Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associá-las aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte e aos problemas que se propõem solucionar.
- g) Entender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, linguagens e códigos, bem como a função integradora que elas exercem na sua relação com as demais tecnologias.
- h) Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
- i) Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

II - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, objetivando a constituição de habilidades e competências que permitam ao educando:

- a) Compreender as ciências como construções humanas, entendendo como elas se desenvolvem por acumulação, continuidade ou ruptura de paradigmas, relacionando o desenvolvimento científico com a transformação da sociedade.
- b) Entender e aplicar métodos e procedimentos próprios das ciências naturais.
- c) Identificar variáveis relevantes e selecionar os procedimentos necessários para a produção, análise e interpretação de resultados de processos ou experimentos científicos e tecnológicos.
- d) Compreender o caráter aleatório e não determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculo de probabilidades.
- e) Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas, realizando previsão de tendências, extrapolações e interpolações e interpretações.
- f) Analisar qualitativamente dados quantitativos representados gráfica ou algebricamente relacionados a contextos sócio-econômicos, científicos ou cotidianos.
- g) Apropriar-se dos conhecimentos da física, da química e da biologia e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural.
- h) Identificar, representar e utilizar o conhecimento geométrico para o aperfeiçoamento da leitura, da compreensão e da ação sobre a realidade.
- i) Entender a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e propõem solucionar.
- j) Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências naturais na sua vida pessoal, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
- l) Aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.
- m) Compreender conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas e aplicá-las a situações diversas no contexto das ciências, da tecnologia e das atividades cotidianas.

III - Ciências Humanas e suas Tecnologias, objetivando a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:

- a) Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e dos outros.
- b) Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nelas intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.

- c) Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos.
 - d) Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos.
 - e) Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural.
 - f) Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura, entre as quais as de planejamento, organização, gestão, trabalho de equipe, e associá-las aos problemas que se propõem resolver.
 - g) Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências humanas sobre sua vida pessoal, os processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.
 - h) Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para o planejamento, gestão, organização, fortalecimento do trabalho de equipe.
 - i) Aplicar as tecnologias das ciências humanas e sociais na escola, no trabalho e outros contextos relevantes para sua vida.
- § 1º A base nacional comum dos currículos do ensino médio deverá contemplar as três áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a interdisciplinaridade e a contextualização.
- § 2º As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para:
- a) Educação Física e Arte, como componentes curriculares obrigatórios;
 - b) Conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania.
- (BRASIL, 1998b)

No ano de 2000, o Governo Federal divulgou as referências básicas para a elaboração das matrizes curriculares ao publicar os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio³ (PCNs), elaborados para difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Esses documentos traçam um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção dos jovens na vida adulta; orientam os professores quanto ao significado do conhecimento escolar quando contextualizado e quanto à interdisciplinaridade, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender.

Estruturado em quatro partes, a primeira parte é formada pelas bases legais do documento, embasando o “novo ensino médio”, inclusive com a presença da *Lei de Diretrizes e Bases* da Educação de 1996. As demais se subdividem entre três grandes áreas do conhecimento, enfocando o sentido do aprendizado de cada área, suas competências e habilidades e os seus rumos e desafios (Brasil, 2000a).

3 – Definição e diretrizes dos PCNs, conforme publicação do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <http://provabrazil.inep.gov.br/parametros-curriculares-nacionais>. Acesso em 04 de janeiro de 2017.

Assim, os PCNs do Ensino Médio se apresentam como:

- a) Parte I - Bases Legais
- b) Parte II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
- c) Parte III - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias
- d) Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias

Como o objeto de pesquisa deste trabalho está focado nas propostas de redação do ENEM, o nosso estudo se debruça apenas na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, o que envolve a disciplina de Língua Portuguesa.

A discussão sobre essa área de ensino, de acordo com os PCNs, está centralizada na linguagem como “capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade” (BRASIL, 2000a, p. 19). De acordo com o documento, qualquer ato de linguagem produz sentido. Podemos, assim, falar em linguagens que se inter-relacionam nas práticas sociais e na história, fazendo com que a circulação de sentidos produza formas sensoriais e cognitivas diferenciadas, envolvendo a apropriação demonstrada pelo uso e pela compreensão de sistemas simbólicos sustentados sobre diferentes suportes e de seus instrumentos como instrumentos de organização cognitiva da realidade e de sua comunicação. É exatamente nesse ponto que os PCNs chamam a nossa atenção, principalmente quando os parâmetros reconhecem que “as linguagens verbais, icônicas, corporais, sonoras e formais, dentre outras, se estruturam de forma semelhante sobre um conjunto de elementos (léxico) e de relações (regras) que são significativas” (BRASIL, 2000a, p.19). Mais ainda:

A prioridade para a Língua Portuguesa, como língua materna geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria interioridade. [...] Importa ressaltar o entendimento de que as linguagens e os códigos são dinâmicos e situados no espaço e no tempo, com as implicações de caráter histórico, sociológico e antropológico que isso representa. [...] No mundo contemporâneo, marcado por um apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos e sobre os processos e procedimentos comunicativos, é, mais do que uma necessidade, uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada. (Ibidem, 2000a, p.19)

Outras mudanças no sistema educacional se fazem presentes na história do Brasil. No ano de 2010, surge a resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs). Essa resolução tem como objetivo assegurar a formação básica comum nacional, subsidiando a formulação, a execução

e a avaliação do projeto político-pedagógico⁴ da escola de Educação Básica, e, ainda, orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica. O art. 2º estabelece os três objetivos fundamentais para as Diretrizes Curriculares Nacionais da educação básica. São eles:

Estas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm por objetivos:

I - sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III - orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertencam. (BRASIL, 2010).

Em 2012, uma mudança importante ocorreu no ensino médio quando foi publicada a resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, pelo Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica. Foram as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, desta vez específicas para o ensino médio. Como são definidas pelo art. 2º,

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos, definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que oferecem o Ensino Médio. (BRASIL, art. 2º, capítulo I, 2012a).

A partir desta resolução, as palavras de ordem para o ensino médio são trabalho, ciência, tecnologia e cultura. De acordo com o art. 5º da resolução, todas devem estar incorporadas ao currículo dos últimos anos da educação básica.

O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em

I - formação integral do estudante;

II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;

III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;

IV - sustentabilidade ambiental como meta universal;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

4 - O Projeto Político Pedagógico é um documento desenvolvido pela instituição, devendo contribuir para a aprendizagem do educando e o desenvolvimento do trabalho pedagógico, com o objetivo auxiliar em várias questões relacionadas ao cotidiano escolar. “Denomina-se projeto porque faz uma projeção da intencionalidade educativa para futura operacionalização, a teleologia, ou seja, a finalidade de cada organização educativa expressa nos seus processos e metas propostos [...] Político porque supõe uma proposta coletiva, consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão [...] Pedagógico, porque define a intencionalidade formativa, porque expressa uma proposta de intervenção formativa, refletida e fundamentada, ou seja, a efetivação da finalidade da escola na formação para a cidadania” (EYNG, 2002, p. 26).

- VI - integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;
- VII - reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;
- VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular. (BRASIL, art. 2º, capítulo II, 2012a).

No que diz respeito a organização curricular do ensino médio, o sistema terá uma base nacional comum e uma parte diversificada que não devem constituir blocos distintos, mas um todo integrado, de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais currículo do ensino médio (Art. 7º).

O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber: I - Linguagens; 2 II - Matemática; III - Ciências da Natureza; IV - Ciências Humanas, conforme assegura o art. 8º.

Em termos operacionais, os componentes curriculares obrigatórios decorrentes da LDB que integram as áreas de conhecimento estão representados sendo:

Linguagens	Matemática	Ciências da natureza	Ciências Humanas
<ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa • Língua Materna para população indígena • Língua Estrangeira • Arte • Educação Física 		<ul style="list-style-type: none"> • Biologia • Física • Química 	<ul style="list-style-type: none"> • História • Geografia • Filosofia • Sociologia

Tabela 1– Componentes curriculares obrigatórios
Fonte: Brasil, 2012a.

O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização, a interdisciplinaridade e também outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos. A organização por áreas não dilui, nem exclui componentes curriculares com especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados, mas implica no fortalecimento das relações entre eles e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade (art. 7º-9º).

A legislação nacional determina componentes obrigatórios que devem ser tratados em uma, ou mais das áreas de conhecimento para compor o currículo (art. 9º e 10º). De acordo com a resolução, são eles:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Matemática;
- c) Mundo físico e natural;
- d) Realidade Social e Política;
- e) Arte;
- f) Educação Física;
- g) História do Brasil;
- h) História e Cultura Afro-brasileira e indígena;
- i) Filosofia e Sociologia;
- j) Língua Estrangeira Moderna.

Já o currículo do ensino médio deve garantir, de acordo com o art. 12º,

I - garantir ações que promovam:

- a) a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes;
- b) o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura;
- c) a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - organizar os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação de tal forma que ao final do Ensino Médio o estudante demonstre:

- a) domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- b) conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (BRASIL, 2012a).

Assim, ao tabelarmos as alterações que surgiram no sistema educacional brasileiro, teremos:

ANO	ACONTECIMENTO
1988	É promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que prevê, em seu Artigo 210, a Base Nacional Comum Curricular.
1996	É aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu Artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica.
1997	São consolidados, em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, apontados como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Foram feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos, sobretudo no desenvolvimento do currículo.
1998	São consolidados, em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. A intenção é ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade.
2000	São lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), em quatro partes, com o objetivo de cumprir o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias.
2008	É instituído em 2008 e funciona até 2010 o Programa Currículo em Movimento que busca melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio.
2010	A Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs) com o objetivo de orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em 2010 é lançado o documento.
2011	A Resolução n.7, de 14 de dezembro de 2010, fixa a Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
2012	A Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
2014	A Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 (dez) anos. O Plano tem 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica e 4 (quatro) delas falam sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNC).

Tabela nº 2 – alterações no sistema educacional brasileiro

Fonte: elaborado pelo autor

Durante a elaboração deste estudo, o presidente do Brasil Michel Temer sancionou no dia 16 de fevereiro de 2017 uma outra reforma do ensino médio. O texto aprovado pelo Senado no dia 8 de fevereiro foi inicialmente colocado em vigor como Medida Provisória (MP) nº 746. Trata-se um conjunto de diretrizes que propõe a flexibilização da grade curricular do ensino médio. O novo modelo permite que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos.

A estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outra parte flexível. Tudo o que será lecionado

estará inserido nas seguintes áreas, chamadas de "itinerários formativos": 1. Linguagens; 2. matemática; 3. ciências da natureza; 4. ciências humanas; 5. formação técnica e profissional, Como determina o art. 36º da MP:

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional:

I - linguagens;

II - matemática;

III - ciências da natureza;

IV - ciências humanas; e

V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2016^a, p.1)

As escolas, pela reforma, não são obrigadas a oferecer aos alunos todas as cinco áreas, mas deverão oferecer ao menos um dos itinerários formativos. De acordo com a MP, “1º Os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área prevista nos incisos I a V do caput” (BRASIL, 2016^a, p.1).

A BNCC⁵ é um conjunto de orientações que deverá nortear os currículos das escolas, redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil. A Base trará os conhecimentos essenciais, as competências e as aprendizagens pretendidas para as crianças e jovens em cada etapa da Educação Básica em todo país. O documento conterá:

- a) Competências gerais que os alunos devem desenvolver em todas as áreas;
- b) Competências específicas de cada área e respectivos componentes curriculares;
- c) Conteúdos que os alunos devem aprender e habilidades a desenvolver a cada etapa da Educação Básica — da Educação Infantil ao Ensino Médio.

A BNCC é uma só e se refere a toda Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio. De acordo com o planejamento do MEC, a previsão para o envio da terceira versão da etapa de Ensino Médio da Base para o Conselho Nacional de Educação é final do primeiro semestre de 2017.

Todas as alterações propostas pela MP causam um impacto no sistema de ensino, entre elas, a carga horária. O texto também determina que 60% da carga horária seja ocupada obrigatoriamente por conteúdos comuns da BNCC, enquanto os demais 40% serão optativos,

5 – As informações sobre a Base Nacional Comum Curricular foram consultadas no site do Ministério da Educação. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#!/site/faq>. Acesso em 02 de março de 2017.

conforme a oferta da escola e interesse do aluno. No conteúdo optativo, o aluno poderá, caso haja a oferta, se concentrar em uma das cinco áreas mencionadas acima. De acordo com a LDB 9394/96, o ensino médio contava com uma carga horária anual de oitocentas horas. Com as alterações da MP, essa carga horária será ampliada para mil e quatrocentas horas. Contudo, uma carga horária excessiva pode tornar as aulas mais cansativas, o que reduz o processo de aprendizagem, acarretando em uma evasão escolar.

Outro pilar da mudança na lei está relacionado às disciplinas Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes que funcionarão como “optativas”. As escolas serão obrigadas a oferecerem as matérias, mas ficará a cargo do aluno escolher estudar as disciplinas ou não.

Em resumo, as alterações na LDB propostas pela MP ficam assim representadas:

Mudanças na LDB 9.394/96	Como fica na MP 746/2016
Altera o inciso I do Art. 24 da LDB:	
Inciso I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;	Inciso I: Parágrafo único. A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser progressivamente ampliada, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, observadas as normas do respectivo sistema de ensino e de acordo com as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias de implementação estabelecidos no Plano Nacional de Educação." (NR).
Altera os parágrafos 1º, 2º, 3º, 5º e 7º, incluindo um décimo parágrafo do Art. 26 da LDB.	
Parágrafo 1º: § 1º Os currículos a que se refere o <i>caput</i> devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;	Parágrafo 1º: § 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente da República Federativa do Brasil, observado, na educação infantil, o disposto no art. 31, no ensino fundamental, o disposto no art. 32, e no ensino médio, o disposto no art. 36.
Parágrafo 2º: § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover	Parágrafo 2º: § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a

o desenvolvimento cultural dos alunos. (Redação dada pela Lei 12.287 de 2010).	promover o desenvolvimento cultural dos alunos.
Parágrafo 3º: § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno. (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003);	Parágrafo 3º: § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, sendo sua prática facultativa ao aluno:
Parágrafo 5º: § 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.	Parágrafo 5º: § 5º No currículo do ensino fundamental, será ofertada a língua inglesa a partir do sexto ano.
Parágrafo 7º: § 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)	Parágrafo 7º: § 7º A Base Nacional Comum Curricular disporá sobre os temas transversais que poderão ser incluídos nos currículos de que trata o caput.
	Parágrafo 10º: § 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação, ouvidos o Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed e a União Nacional de Dirigentes de Educação - Undime." (NR. (Incluído pela Medida Provisória nº 746, de 2016)
Altera os incisos I, II, III, IV e inclui o inciso V; altera o parágrafo 1º e 3º e inclui os parágrafos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º do Art. 36 da LDB.	
I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;	Inciso I - linguagens;

<p>II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;</p>	<p>Inciso II - matemática;</p>
<p>III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.</p>	<p>Inciso III - ciências da natureza;</p>
<p>IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008)</p>	<p>Inciso IV - ciências humanas; e</p>
	<p>Inciso V - formação técnica e profissional. (inclusão)</p>
<p>Parágrafo 1º: § 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:</p> <p>I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;</p> <p>II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;</p> <p>III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.</p>	<p>Parágrafo 1º: § 1º Os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área prevista nos incisos I a V do caput.</p>
<p>Parágrafo 3º: § 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.</p>	<p>Parágrafo 3º: § 3º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências, habilidades e expectativas de aprendizagem, definidas na Base Nacional Comum Curricular, será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.</p>
	<p>Parágrafo 5º: § 5º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para a sua formação nos aspectos cognitivos e socioemocionais, conforme diretrizes definidas pelo Ministério da Educação.</p> <p>Parágrafo 6º: § 6º A carga horária destinada ao cumprimento da Base</p>

	<p>Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e duzentas horas da carga horária total do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.</p> <p>Parágrafo 7º: § 7º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar integrada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.</p> <p>Parágrafo 8º: § 8º Os currículos de ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.</p> <p>Parágrafo 9º: § 9º O ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio.</p> <p>Parágrafo 10º: § 10. Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar, no ano letivo subsequente ao da conclusão, outro itinerário formativo de que trata o caput.</p> <p>Parágrafo 11º: § 11. A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação a que se refere o inciso V do caput considerará:</p> <p>I - a inclusão de experiência prática de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; e</p> <p>II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.</p>
--	--

Parágrafo 12º: § 12. A oferta de formações experimentais em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação.

Parágrafo 13º: § 13. Ao concluir o ensino médio, as instituições de ensino emitirão diploma com validade nacional que habilitará o diplomado ao prosseguimento dos estudos em nível superior e demais cursos ou formações que pressuponham o ensino médio.

Parágrafo 14º: § 14. A União, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal, estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, considerada a Base Nacional Comum Curricular.

Parágrafo 15º: § 15. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos ou disciplinas com terminalidade específica, observada a Base Nacional Comum Curricular, a fim de estimular o prosseguimento dos estudos.

Parágrafo 16º: § 16. Os conteúdos cursados durante o ensino médio poderão ser convalidados para aproveitamento de créditos no ensino superior, após normatização do Conselho Nacional de Educação e homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Parágrafo 17º: § 17. Para efeito de cumprimento de exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer, mediante regulamentação própria, conhecimentos,

	<p>saberes, habilidades e competências, mediante diferentes formas de comprovação, como:</p> <p>I - demonstração prática;</p> <p>II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;</p> <p>III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino;</p> <p>IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;</p> <p>V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; e</p> <p>VI - educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias." (NR).</p>
Inclui o parágrafo 3º do Art. 44 da LDB.	
	<p>Parágrafo 3º: § 3º O processo seletivo referido no inciso II do caput considerará exclusivamente as competências, as habilidades e as expectativas de aprendizagem das áreas de conhecimento definidas na Base Nacional Comum Curricular, observado o disposto nos incisos I a IV do caput do art. 36.</p>
Altera o inciso III e inclui inciso IV do Art. 61 da LDB.	
	<p>Inciso III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;</p> <p>Inciso IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do caput do art. 36.</p>
Inclui o parágrafo 8º do Art. 62 da LDB	
	<p>Parágrafo 8: § 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes tepor referência a Base Nacional Comum Curricular." (NR)</p>
Altera o Art. 10 da lei 11.494 do FUNDEB.	

<p>Art. 10: A distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta as seguintes diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica:</p> <p>XIV - educação especial;</p> <p>XV - educação indígena e quilombola;</p> <p>XVI - educação de jovens e adultos com avaliação no processo;</p> <p>XVII - educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo.</p>	<p>XIV - formação técnica e profissional prevista no inciso V do <i>caput</i> do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</p> <p>XV - segunda opção formativa de ensino médio, nos termos do § 10 do <i>caput</i> do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996;</p> <p>XVI - educação especial;</p> <p>XVII - educação indígena e quilombola;</p> <p>Inclusão do inciso XVIII - educação de jovens e adultos com avaliação no processo; e</p> <p>Inclusão do inciso XIX - educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo.</p>
--	--

Tabela nº 3: Principais mudanças na LDB
Fonte: elaborado pelo autor

Até a finalização desta dissertação, a MP ainda não tinha sido aprovada pelo Congresso Nacional.

1.1 O ENEM até 2008

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi implantado no governo Fernando Henrique Cardoso, durante a gestão do Ministro da Educação Paulo Renato Souza. Trata-se de um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente às pessoas que concluíram o ensino médio.

Instituído pela Portaria 438, de 28 de maio de 1998, os objetivos do Exame eram, a saber:

- I - conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- II - criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;
- III - fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
- IV - constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio. (BRASIL, p. 5, 1998c).

Até o ano de 2008, o objetivo do exame era permitir ao indivíduo fazer uma autoavaliação do aprendizado adquirido durante a educação básica, além de auxiliar o governo na elaboração de políticas educacionais de melhoria da educação do país.

Conforme a Portaria 55, de 03 de abril de 1998, artigo 2º, a autarquia faz uso de quatro objetivos em seus exames:

I - oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua autoavaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;

II - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;

III - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior;

IV - possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais. (BRASIL, 2008, p. 10)

Com base nesses objetivos, o que se compreende é que o aluno tome maior consciência de seu processo de aprendizado, funcionando o exame como um referencial nacional. A segunda reflexão está relacionada aos itens de II, III e IV. Aqui, o ENEM produz efeitos mais objetivos porque é utilizado como referência para processos de seleção, seja para trabalhar, estudar ou receber ajuda do governo. É um único "tipo de objetivo" aplicado a três atividades bastante distintas. Pressupõe-se que tais atividades necessitam de habilidades semelhantes, que possam ser "medidas" por um mesmo instrumento, ou seja, o Exame Nacional.

O *Relatório Pedagógico*⁶ publicado pelo INEP informa que o modelo de avaliação do ENEM foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais constrói-se continuamente o conhecimento e não apenas uma memória que, conforme publicação, sozinha não consegue ser capaz de compreender o mundo em que se vive por causa da velocidade das mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e do próprio acervo de novos conhecimentos, com os quais se convivem diariamente e que invadem todas as estruturas da escola (BRASIL, 2009a). O objetivo do exame é medir e qualificar as estruturas responsáveis por essas interações que se desenvolvem e são fortalecidas em todas as dimensões da vida, pela quantidade e qualidade das interações que são estabelecidas com o mundo físico e social desde o nascimento.

Para atender a esses objetivos, até 2008, o ENEM apresentava uma prova composta por 63 questões de múltipla escolha e uma redação, aplicadas em um único dia. As questões eram centradas na avaliação individual de desempenho por competências, com eixos estruturados na interdisciplinaridade e na contextualização de conhecimentos expressos na

6 – O INEP disponibiliza anualmente o Relatório Pedagógico com informações sobre os resultados obtidos no ENEM, dirigido às escolas. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/>. Acesso em 03 de março de 2017.

forma de situações-problema. O exame foi estruturado a partir de uma Matriz de 5 competências, expressas por 21 habilidades de acordo com a publicação⁷ *Relatório Pedagógico 2008* feita pelo INEP.

A seguir, apresentam-se as competências e habilidades consideradas para a elaboração dos itens de avaliação da parte objetiva do ENEM⁸:

Competências (período de 1998 a 2008)

- I. Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.
- II. Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- IV. Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- V. Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Habilidades

1. Dada a descrição discursiva ou por ilustração de um experimento ou fenômeno, de natureza científica, tecnológica ou social, identificar variáveis relevantes e selecionar os instrumentos necessários para a realização ou interpretação do mesmo.

7 – Disponível em

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/relatorios_pedagogicos/relatorio_pedagogico_enem_2008.pdf
f. Acesso em 03 de março de 2017.

8 – Embora as Competências e as Habilidades do período de 1998 a 2008 não configurem o recorte do nosso *corpus*, optamos em colocá-las no trabalho para que seja possível comparar as mudanças inseridas neste exame ocorridas a partir de 2009, principalmente na Matriz de referência usada na redação.

2. Em um gráfico cartesiano de variável socioeconômica ou técnico-científica, identificar e analisar valores das variáveis, intervalos de crescimento ou decréscimo e taxas de variação.
3. Dada uma distribuição estatística de variável social, econômica, física, química ou biológica, traduzir e interpretar as informações disponíveis, ou reorganizá-las, objetivando interpolações ou extrapolações.
4. Dada uma situação-problema, apresentada em uma linguagem de determinada área de conhecimento, relacioná-la com sua formulação em outras linguagens ou vice-versa.
5. A partir da leitura de textos literários consagrados e de informações sobre concepções artísticas, estabelecer relações entre eles e seu contexto histórico, social, político ou cultural, inferindo as escolhas dos temas, gêneros discursivos e recursos expressivos dos autores.
6. Com base em um texto, analisar as funções da linguagem, identificar marcas de variantes linguísticas de natureza sociocultural, regional, de registro ou de estilo, e explorar as relações entre as linguagens coloquial e formal.
7. Identificar e caracterizar a conservação e as transformações de energia em diferentes processos de sua geração e uso social, e comparar diferentes recursos e opções energéticas.
8. Analisar criticamente, de forma qualitativa ou quantitativa, as implicações ambientais, sociais e econômicas dos processos de utilização dos recursos naturais, materiais ou energéticos.
9. Compreender o significado e a importância da água e de seu ciclo para a manutenção da vida, em sua relação com condições socioambientais, sabendo quantificar variações de temperatura e mudanças de fase em processos naturais e de intervenção humana.
10. Utilizar e interpretar diferentes escalas de tempo para situar e descrever transformações na atmosfera, biosfera, hidrosfera e litosfera, origem e evolução da vida, variações populacionais e modificações no espaço geográfico.
11. Diante da diversidade da vida, analisar, do ponto de vista biológico, físico ou químico, padrões comuns nas estruturas e nos processos que garantem a continuidade e a evolução dos seres vivos.
12. Analisar fatores socioeconômicos e ambientais associados ao desenvolvimento, às condições de vida e saúde de populações humanas, por meio da interpretação

de diferentes indicadores.

13. Compreender o caráter sistêmico do planeta e reconhecer a importância da biodiversidade para a preservação da vida, relacionando condições do meio e intervenção humana.
14. Diante da diversidade de formas geométricas planas e espaciais, presentes na natureza ou imaginadas, caracterizá-las por meio de propriedades, relacionar seus elementos, calcular comprimentos, áreas ou volumes, e utilizar o conhecimento geométrico para leitura, compreensão e ação sobre a realidade.
15. Reconhecer o caráter aleatório de fenômenos naturais ou não e utilizar em situações-problema processos de contagem, representação de frequências relativas, construção de espaços amostrais, distribuição e cálculo de probabilidades.
16. Analisar, de forma qualitativa ou quantitativa, situações-problema referentes a perturbações ambientais, identificando fonte, transporte e destino dos poluentes, reconhecendo suas transformações; prever efeitos nos ecossistemas e no sistema produtivo e propor formas de intervenção para reduzir e controlar os efeitos da poluição ambiental.
17. Na obtenção e produção de materiais e de insumos energéticos, identificar etapas, calcular rendimentos, taxas e índices, e analisar implicações sociais, econômicas e ambientais.
18. Valorizar a diversidade dos patrimônios etnoculturais e artísticos, identificando-a em suas manifestações e representações em diferentes sociedades, épocas e lugares.
19. Confrontar interpretações diversas de situações ou fatos de natureza histórico-geográfica, técnico-científica, artístico-cultural ou do cotidiano, comparando diferentes pontos de vista, identificando os pressupostos de cada interpretação e analisando a validade dos argumentos utilizados.
20. Comparar processos de formação socioeconômica, relacionando-os com seu contexto histórico e geográfico.
21. Dado um conjunto de informações sobre uma realidade histórico-geográfica, contextualizar e ordenar os eventos registrados, compreendendo a importância dos fatores sociais, econômicos, políticos ou culturais.

A redação era avaliada por meio das mesmas cinco competências que estruturam a

parte objetiva da prova, mas “traduzidas” para uma situação específica de produção de texto escrito e desdobradas, cada uma, em quatro níveis que determinam os critérios de avaliação em cada competência (Brasil, 2009a).

Competências da redação (1998 a 2009)

- I. Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita;
- II. Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo;
- III. Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
- IV. Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação;
- V. Elaborar proposta de solução para o problema abordado, mostrando respeito aos valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

No período de 1998 a 2008 as 63 questões tinham igual valor e o total de pontos obtidos eram colocados em uma escala de 0 a 100. A avaliação de cada participante do ENEM era composta de dois resultados correspondentes ao seu desempenho na Redação e na parte objetiva da prova cada uma delas valendo 100 pontos. A qualificação do desempenho, em cada parte do exame, era expressa em termos de Faixas de Desempenho, construídas em intervalos onde se localizam os totais de pontos obtidos (notas), conforme descrito a seguir.

FAIXA DE DESEMPENHO	INTERVALO DE NOTAS
Insuficiente a Regular	[0, 40]
Regular a Bom	[40, 70]
Bom a Excelente	[70, 100]

Tabela nº 4 - Faixa de desempenho e intervalo de notas
Fonte: Relatório Pedagógico 2008, INEP.

A nota da Redação era calculada a média aritmética das notas atribuídas a cada uma das cinco competências avaliadas na correção e situada na Faixa de Desempenho correspondente.

1.2 A evolução do Exame Nacional: o novo ENEM

O ENEM contou em sua primeira edição com 157.221 inscritos em sua prova. Em 1999, esse número saltou para 346.953. Em 2001, o Exame alcançou a casa dos 1.624.131 inscritos por conta da isenção do pagamento da inscrição dos alunos das escolas públicas, o que acabou por impulsionar a democratização.

O Ministério da Educação concedeu inscrição gratuita aos concluintes do ensino médio em 2001, aos que concluíram o ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos nos doze meses anteriores ao período de inscrição e aos concluintes e egressos do ensino médio em qualquer das modalidades que se declararam impossibilitados de pagar a taxa de inscrição. (BRASIL, 2001, p. 19)

Em 2004, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Universidade para Todos - PROUNI que concedia bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior. De acordo com a lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, a bolsa era destinada aos estudantes das escolas públicas, ou instituições privadas na condição de bolsista integral, aos estudantes portadores de deficiência e aos professores da rede pública de ensino.

A tabela 5 mostra⁹ que a criação do Prouni fez com que o número de inscritos em 2005 quase que dobrasse em relação ao ano anterior, chegando na ordem de 3.004.491.

Ao longo das onze edições (1998 a 2008), a procura pelo ENEM subiu de 150 mil para mais de 4,5 milhões de inscritos. O *Relatório Pedagógico de 2008* apontou que uma das principais alegações dos candidatos para fazer a prova era entrar em uma faculdade, conforme mostra figura 1, o que representou mais de 70% dos participantes, comprovando que o ENEM passou a ter um caráter seletivo em sua existência na educação brasileira.

9 – A elaboração dessa tabela foi construída com base em duas fontes de consultas. Até o fechamento desta dissertação, o INEP disponibilizou em seu endereço eletrônico os relatórios pedagógicos do ENEM até o ano de 2012. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br>. Acesso em 09 de março de 2017. Os dados de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos do arquivo “Dados de abstenção e eliminação enem 2016, divulgado pela Diretoria de Gestão e Planejamento - DGP do INEP. Disponível em http://download.inep.gov.br/imprensa/2016/dados_de_abstencao_e_eliminacao_enem_2016.pdf. Acesso em 09 de março de 2017.

Edição	Inscritos	Participantes
1998	157221	115575
1999	346953	315.960
2000	390180	352.487
2001	1.624.131	1.200.883
2002	1.829.170	1.318.820
2003	1.882.393	1.322.644
2004	1.552.316	1.035.642
2005	3.004.491	2.200.618
2006	3.742.827	2.783.968
2007	3.584.569	2.738.610
2008	4.018.050	2.920.560
2009	4.148.721	2.426.474
2010	4.626.094	3.242.776
2011	5.380.856	3.863.653
2012	5.791.065	4.079.886
2013	7.173.574	5.043.023
2014	8.721.946	6.201.304
2015	7.746.436	5.608.420

Tabela nº 5 – Relação Inscritos e Participantes do ENEM

Fonte: elaborado pelo autor

Esse índice foi avaliado pelo questionário socioeconômico aplicado pelo INEP, desde a primeira edição do ENEM, que permite contextualizar o desempenho em situações pessoais, familiares, de trajetória escolar, de condição econômica, de experiência de trabalho, nas percepções sobre a escola, nas crenças, nos valores e nas expectativas dos candidatos.

Categorias de respostas	Frequência absoluta	Percentual (%)	
		Todas as categorias	Categorias válidas
Para testar meus conhecimentos/ minha capacidade de raciocínio	377.306	12,92	15,37
Para entrar na faculdade/ conseguir pontos para o vestibular	1.811.079	62,01	73,79
Para ter um bom emprego/ saber se estou preparado (a) para o futuro profissional	255.619	8,75	10,41
Não sei	10.481	0,36	0,43
Subtotal	2.454.485	84,04	100,00
Sem informação	294.313	10,08	
Resposta inválida	10.683	0,37	
Não entregou o questionário	161.079	5,52	
Subtotal	466.075	15,96	
Total	2.920.560	100,00	

Figura nº 01: motivos para fazer o Enem 2008
Fonte: Proposta à Andifes

A partir desse dado, inicia-se um novo processo de reestruturação do ENEM. De acordo com o documento¹⁰ intitulado *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior* encaminhado pelo presidente do INEP/MEC à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 30 de março de 2009, que se desejava era democratizar as oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior por meio da unificação da seleção às vagas das IFES, utilizando uma única prova, e racionalizar a disputa por essas vagas, de forma a democratizar a participação nos processos de seleção para vagas em diferentes regiões do país (Rabelo, 2011).

Como justificativa para a implantação de um sistema de seleção unificado, o documento enviado pelo INEP diz que dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad/IBGE/2007 apontam que apenas 0,4% de todos os estudantes matriculados no seu primeiro ano do ensino superior residem há menos de um ano no estado onde estudam. O Inep argumenta ainda que em países como os Estados Unidos, cerca de 20% dos estudantes americanos cruzam as fronteiras estaduais para estudarem em universidades de sua escolha. Desse modo, o ENEM passaria a ampliar também as oportunidades para acesso à educação brasileira em instituições superiores de outros estados.

10 – Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=768-proposta-novovestibular1-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 02 de março de 2017.

A partir de 26 de maio de 2009, por meio da Portaria 109, capítulo I, seção II, art. 2º, estabeleceu a sistemática para a realização do ENEM 2009 como procedimento de avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos participantes, para aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania. Assim, ficam estabelecidos os objetivos:

- I. oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- II. estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- III. estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior;
- IV. possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais;
- V - promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do artigo 38, §§ 1º- e 2º- da Lei no- 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- VI - promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;
- VII - promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior; (BRASIL, 2009b, p.56).

Uma das novidades nesses objetivos era a incorporação da certificação de jovens e adultos no nível de ensino médio. Essa função era atribuída anteriormente pela Certificação de Competências de Jovens e Adultos¹¹ (ENCCEJA) do ensino médio.

Outra função adicional do exame foi promover a avaliação do desempenho dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior, cumprindo uma das atribuições que até então estava reservada para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

As novas mudanças também passaram a contar com a escolha da Teoria de Resposta ao Item (TRI) como metodologia utilizada para análise do desempenho dos estudantes e geração dos resultados dos participantes do exame.

11 - O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é um exame gratuito e de participação voluntária ofertado aos jovens e adultos residentes no Brasil e no Exterior que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos em idade própria. Constitui-se em um exame para aferir as competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos. Esses últimos incluem o desenvolvimento na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros. No Brasil, com a instituição do novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir de 2009 o Encceja passou a ser realizado visando à certificação apenas do Ensino Fundamental, pois a certificação do Ensino Médio passou a ser realizada com os resultados do Enem. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/enceja>>. Acesso em 11 de março de 2017.

Para se implantar essas mudanças, foi necessário recorrer às técnicas oriundas da TRI. A utilização dessa teoria no ENEM abriu a possibilidade de se construir uma série histórica do desempenho dos estudantes e dos egressos do ensino médio brasileiro, como é feito com os resultados do SAEB e da Prova Brasil. (RABELO, 2011, p.27)

Trata-se de um sistema que analisa as questões que o estudante respondeu corretamente e atribui um peso específico para cada acerto. Diferentemente dos modelos clássicos de avaliações que tratam a soma de acertos, a Teoria de Resposta ao Item possui o foco no próprio item. A teoria se preocupa em medir níveis de conhecimentos diferentes pelas perguntas. Em uma mesma prova, é importante que elas variem: sejam fáceis, medianas e difíceis. Além disso, esses itens têm de conseguir separar quem sabe o conteúdo de quem tenta acertar no chute. Como explica o manual *Guia do Participante – Entenda sua nota no ENEM*, divulgado pelo INEP

A nota do Enem é calculada mediante um modelo matemático da Teoria da Resposta ao Item (TRI), em que cada questão é um item. Essa teoria considera para o cálculo da nota a consistência da resposta segundo o grau de dificuldade de cada questão. (BRASIL, 2012, p.11)

O método TRI é aplicado somente nas questões da prova. Para avaliar a redação, o ENEM calcula a média aritmética das notas atribuídas pelos avaliadores que fizeram o uso das cinco competências, conforme será descrito no subcapítulo “A redação do novo ENEM”.

Uma nova Matriz de Referência foi elaborada a partir das matrizes de competências e habilidades que compõem o ENCCEJA do ensino médio e da própria matriz do ENEM do período 1998-2008 que subsidiaram a reestruturação do exame. A prova passou de 63 questões para 180 questões, distribuídas nas quatro áreas do conhecimento. São elas:

- I. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (incluindo redação);
- II. Ciências Humanas e suas Tecnologias;
- III. Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- IV. Matemática e suas Tecnologias.

A prova passa, então, a ser aplicada em dois dias, contemplando essas quatro áreas do conhecimento, além da redação. Em cada dia do exame são aplicados 4 cadernos de provas, diferenciando-se apenas pelas cores e pela ordem de seus itens dentro de cada área do conhecimento. Todos os participantes fazem a mesma prova¹², sendo que, no primeiro dia, são aplicadas as questões de Ciências Humanas e suas Tecnologias, numeradas de 1 a 45, junto

12 – Tomou-se como exemplo o caderno azul, usado no primeiro e segundo dia da aplicação.

com as de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, numeradas de 46 a 90. No segundo dia, a numeração segue as provas do dia anterior e são de conhecimentos Linguagens, Códigos e suas Tecnologias com questões de 91 a 135, e a de Matemática e suas Tecnologias com questões de 136 a 180. A Redação é aplicada no segundo dia de prova.

Dia	Duração	Área do Conhecimento	Questões
1º	4h30m	Ciências Humanas e suas Tecnologias	1 a 45
		Ciências da Natureza e suas Tecnologias	46 a 90
2º	5h30	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	91 a 135
		Redação	1
		Matemática e suas Tecnologias	136 a 180

Tabela nº 6 - Aplicação da prova
Fonte: Elaborado pelo autor

Na nova configuração da Matriz de Referência¹³ foi organizada por um conjunto de competências amplas a serem avaliadas para cada uma das quatro áreas. E essas competências foram desdobradas em habilidades mais específicas (em cada área), resultantes da associação dos conteúdos gerais aos cinco eixos cognitivos, totalizando 30 habilidades para cada uma das áreas.

As competências de área foram submetidas ao tratamento cognitivo das competências do sujeito do conhecimento e permitiram a definição de habilidades específicas, que estabelecem as ações ou operações que descrevem desempenhos a serem avaliados na prova. Nessa concepção, as referências de cada área descrevem as interações mais abrangentes ou complexas (nas competências) e as mais específicas (nas habilidades) entre as ações dos participantes, que são os sujeitos do conhecimento, com os objetos de conhecimento, selecionados e organizados a partir das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – OCNEM. (RABELO, 2011, p. 27-28).

Seguem as tabelas que mostram a relação entre competências, habilidades e os eixos cognitivos. Entretanto, como o objeto de estudo deste trabalho é a Redação, optamos em apresentar somente a matriz de referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

¹³ – Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf. Acesso em 16 de março de 2017.

Eixos Cognitivos (comuns a todas as áreas de conhecimento)	
I	Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
II	Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos históricogeográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
III	Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
IV	Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
V	Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Tabela 7 – Eixos Cognitivos
Fonte: INEP

Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	
Competência de área 1 - Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.	H1 - Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação.
	H2 - Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais.
	H3 - Relacionar informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas.

	H4 - Reconhecer posições críticas aos usos sociais que são feitos das linguagens e dos sistemas de comunicação e informação.
Competência de área 2 - Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais*.	H5 – Associar vocábulos e expressões de um texto em LEM ao seu tema.
	H6 - Utilizar os conhecimentos da LEM e de seus mecanismos como meio de ampliar as possibilidades de acesso a informações, tecnologias e culturas.
	H7 – Relacionar um texto em LEM, as estruturas linguísticas, sua função e seu uso social
	H8 - Reconhecer a importância da produção cultural em LEM como representação da diversidade cultural e linguística.
Competência de área 3 - Compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade.	H9 - Reconhecer as manifestações corporais de movimento como originárias de necessidades cotidianas de um grupo social.
	H10 - Reconhecer a necessidade de transformação de hábitos corporais em função das necessidades cinestésicas.
	H11 - Reconhecer a linguagem corporal como meio de interação social, considerando os limites de desempenho e as alternativas de adaptação para diferentes indivíduos.
Competência de área 4 - Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significado e integrador da organização do mundo e da própria identidade.	H12 - Reconhecer diferentes funções da arte, do trabalho da produção dos artistas em seus meios culturais.
	H13 - Analisar as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos.
	H14 - Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

<p>Competência de área 5 - Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.</p>	<p>H15 - Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.</p>
	<p>H16 - Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário.</p>
	<p>H17 - Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional.</p>
<p>Competência de área 6 - Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.</p>	<p>H18 - Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.</p>
	<p>H19 - Analisar a função da linguagem predominante nos textos em situações específicas de interlocução.</p>
	<p>H20 - Reconhecer a importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional.</p>
<p>Competência de área 7 - Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.</p>	<p>H21 - Reconhecer em textos de diferentes gêneros, recursos verbais e não-verbais utilizados com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos.</p>
	<p>H22 - Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.</p>
	<p>H23 - Inferir em um texto quais são os objetivos de seu produtor e quem é seu público alvo, pela análise dos procedimentos argumentativos utilizados.</p>

	H24 - Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras.
Competência de área 8 - Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.	H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro.
	H26 - Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social.
	H27 - Reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação.
Competência de área 9 - Entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida pessoal e social, no desenvolvimento do conhecimento, associando-o aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte, às demais tecnologias, aos processos de produção e aos problemas que se propõem solucionar.	H28 - Reconhecer a função e o impacto social das diferentes tecnologias da comunicação e informação.
	H29 - Identificar pela análise de suas linguagens, as tecnologias da comunicação e informação.
	H30 - Relacionar as tecnologias de comunicação e informação ao desenvolvimento das sociedades e ao conhecimento que elas produzem.

Tabela nº 8 - Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
Fonte: INEP

Durante a escritura desta pesquisa, logo nos primeiros meses de 2017, o Ministério da Educação¹⁵ abriu uma consulta pública para a sociedade opinar sobre mudanças no ENEM. Por meio de um formulário *online* criado pelo INEP, disponível entre os dias 18 de janeiro e 17 de fevereiro de 2017, o MEC perguntou se a aplicação do Enem deveria manter o formato atual, em dois dias, ou ser realizada em apenas um dia, com uma prova de até 100 questões, além da redação. Seriam, então, 5 horas e meia de duração. A segunda questão complementa a anterior. Caso o exame continue a ser aplicado em dois dias, os cidadãos deveriam opinar sobre os mais adequados — domingo e segunda-feira, que se tornaria feriado escolar, dois domingos consecutivos ou, como hoje, no sábado e no domingo. Na terceira pergunta, queria saber a opinião sobre a aplicação do Enem por computador. Por fim, o participante teve a oportunidade de apresentar sugestões para o aprimoramento do exame em um texto com no máximo 300 caracteres.

Em 9 de março de 2017, durante uma entrevista coletiva na sede do MEC, o ministro da Educação Mendonça Filho apresentou o resultado da consulta sobre essas mudanças. De acordo com as informações da Assessoria de Comunicação Social do Ministério¹⁶, mais de 600 mil pessoas participaram da pesquisa. Desse total, 63,70% optaram pela aplicação da prova passará a ser realizada em dois domingos seguidos e não mais no formato atual, concentrado em um único final de semana. Outra novidade é que o Enem deixará de servir para certificação de nível educacional. Essa função passará a ser exclusiva do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), em parceria com estados e municípios.

Outra mudança é que não haverá mais a divulgação dos resultados do Enem por escola, reivindicação antiga de especialistas e profissionais da educação. Conforme nota publicada pela Assessoria, o MEC entende que se trata de uma avaliação única e exclusiva do desempenho do estudante e que não serve para fazer ranking entre as instituições. “Isso produzia um desserviço, uma desinformação. Não vamos transformar o Enem em instrumento de propaganda falsa para as escolas”, disse Mendonça Filho durante a entrevista coletiva.

15 – Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/01/mec-realiza-consulta-publica-sobre-mudancas-no-enem>. Acesso em 09 de março de 2017.

16 – Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46041. Acesso em 09 de março de 2017.

1.3 – A redação do Novo ENEM

Este estudo nasceu pelo interesse pessoal, como professor de Língua Portuguesa para o ensino médio, em que me eram dadas as instruções por parte da direção pedagógica das escolas para que as aulas de redação fossem trabalhadas no “formato ENEM”. Como a maioria das instituições privadas desejam ocupar a lista das escolas bem posicionadas no exame, saber elaborar uma redação é fator crucial na obtenção da média geral, até porque a redação possui uma nota própria, contabilizada com a nota das outras questões na classificação do INEP. A postura das escolas me despertou alguns questionamentos. Qual é o formato da proposta de redação do ENEM? Como que o MEC deseja a elaboração da redação? De que maneira o aluno deve se posicionar com sua opinião frente a um tema dado pela proposta de redação? Como que o MEC elabora os enunciados da proposta de redação para que, de fato, o aluno possa desenvolver as habilidades e as competências que foram trabalhadas no ensino básico?

Debrucei-me sobre as propostas de redação do exame. Em linhas gerais, observei que a proposta é sempre composta por um tema dado pelo MEC, na qual solicita a redação de um texto dissertativo-argumentativo, e por um conjunto de textos motivadores¹⁷, que são textos em linguagem verbal e em linguagem não verbal (imagem) que remetem ao tema proposto a fim de orientar a reflexão do candidato. Surge que então a problemática sobre a qual esse trabalho está centrado, a saber: quais são os modos que o Ministério da Educação em suas propostas de redação do exame, compreendido entre 2009 a 2015, articula uma perspectiva sobre um tema dado? Como esse tema é concretizado em textos de várias linguagens para o candidato depreendê-lo e, assim, construir a redação dissertativa-argumentativa?

Dada a problemática essa nos remete a outras questões que são tomadas como eixos norteadores, o que podemos definir como parâmetros a serem seguidos no planejamento desse trabalho, os quais destrinchamos: como as escolhas das estratégias discursivas do enunciado organizado pelo que o enuncia, o enunciador, intervém na concretização das estruturas semionarrativas da prova com um todo de sentido? Como se relacionam os diversos sistemas expressivos que compõem a proposta de redação? Como essas atuam em sincretismo na formação do arranjo da expressão para construir o ponto de vista que o enunciador propõe ao enunciatário, o que faz a prova?

17 - Conceito de textos motivadores de acordo com o Guia do Participante, publicado pelo INEP.”. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf. Acesso em 23.mar.2016.

A redação faz parte do ENEM desde o primeiro ano de aplicação do exame. Ela deve ser estruturada na forma de texto em prosa, sendo do tipo dissertativo-argumentativo. O padrão dissertativo argumentativo é definido pelo MEC como sendo “é o tipo de texto que demonstra a verdade de uma ideia ou tese. [...] É preciso apresentar um texto que expõe um aspecto relacionado ao tema, defendendo uma posição, uma tese” (BRASIL, 2016b, p.15). O tema sugerido em todas as edições é de ordem social, científica, cultural ou política, devendo o aluno demonstrar seu posicionamento diante do que lhe é posto.

Para elaborar a redação, o MEC sugere por meio da Cartilha do Participante, que o texto defenda uma tese, apoiada em argumentos estruturados com coerência e coesão na modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e apresente uma proposta de intervenção.

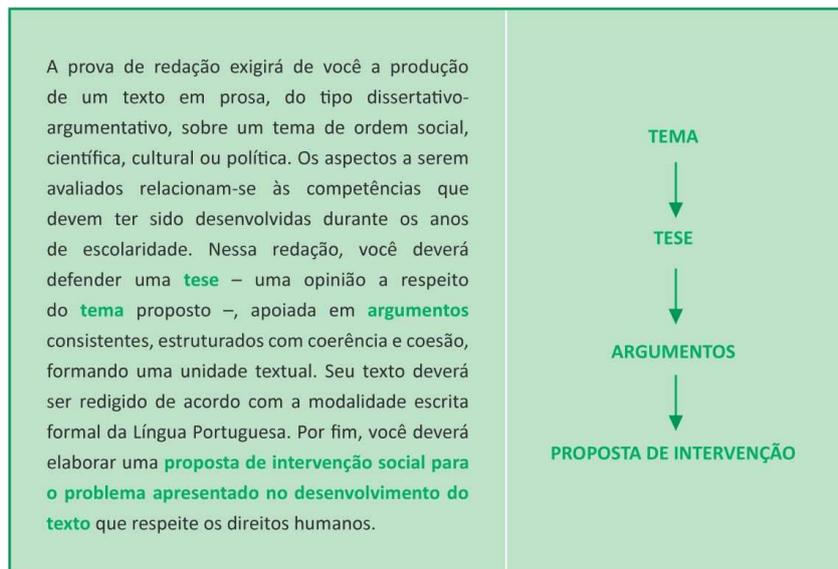


Figura nº 2 – Modelo de criação do texto dissertativo-argumentativo
Fonte: Redação do Enem 2016 – Cartilha do Participante

A partir desse entendimento, a pesquisa busca compreender o que de fato o MEC espera do candidato em sua produção textual. Considerando o significado palavra “exame”, como é composto o nome do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, encontramos no dicionário Michaelis¹⁸ em sua versão *online* os significados: 1) ação de examinar; 2) observação ou investigação minuciosa e atenta; inspeção, verificação; 3) prova oral ou escrita, teórica ou prática com finalidade de avaliar a aptidão e os conhecimentos de aluno. Portanto, a função do ENEM é verificar na produção da redação se foram aplicados os conhecimentos adquiridos no ensino médio. Conforme descreve o *Relatório Pedagógico 2011-2012* do ENEM é,

18 – Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em 17 de março de 2017

O ENEM foi instituído como forma de avaliação com o objetivo de aferir se o participante, ao final do Ensino Médio, demonstra domínio dos princípios científicos e tecnológicos que embasam a produção moderna, conhecimento das formas contemporâneas de linguagem, bem como conhecimentos de ciências humanas necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 2015, p. 61)

Para fazer essa aferição, o ENEM usa como critério a avaliação as estruturas mentais que construímos continuamente por meio das competências e habilidades que estejam de acordo com o que se espera do aluno ao final do ensino médio. O documento intitulado *Exame Nacional do Ensino Médio ENEM – Fundamentação Teórico-Metodológico* concebe competências como ações e operações e as habilidades ao saber-fazer.

[...] competências cognitivas as modalidades estruturais da inteligência – ações e operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas que deseja conhecer. As habilidades instrumentais referem-se, especificamente, ao plano do ‘saber fazer’ e decorrem, diretamente do nível estrutural das competências já adquiridas e que se transformam em habilidades (BRASIL, 2005, p. 8)

Em consonância com o documento do MEC, competência seria a operacionalização da inteligência e a forma concreta e prática de colocá-la em ação, ou seja, seria faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Estão ligadas a contextos culturais, profissionais e condições sociais. (Perrenoud, 1999).

Conforme o documento, as competências e habilidades possuem concepções complementares, podendo estar imbricadas nas situações-problemas propostas pelo Exame.

A diferença entre competência e habilidade, em uma primeira aproximação, depende do recorte. Resolver problemas, por exemplo, é uma competência que supõe o domínio de várias habilidades. Calcular, ler, interpretar, tomar decisões, responder por escrito, etc., são exemplos de habilidades requeridas para a solução de problemas de aritmética. Mas, se saímos do contexto de problema e se consideramos a complexidade envolvida no desenvolvimento de cada uma dessas habilidades, podemos valorizá-las como competências que, por sua vez, requerem outras tantas habilidades. (BRASIL, 2005, p. 19)

Outro fator importante para o ENEM está relacionado ao conhecimento, conforme destaca o documento.

O conhecimento é aqui caracterizado como uma rede de significações, onde os diversos nós/significados são construídos dualmente por meio de relações estabelecidas entre eles. Além disso, também já se chamou a atenção para o fato de que todo conhecimento justifica-se apenas à medida que é mobilizado a serviço das pessoas. Assim, uma vez que não basta apenas o voluntarismo, ou uma declaração de intenções, abre-se a porta, naturalmente, para a emergência de um elemento mediador entre o conhecimento e a inteligência, para operacionalizar o deslocamento do foco das atenções das matérias, ou dos conteúdos disciplinares, para a construção da cidadania, para as pessoas, com seus projetos. (Ibidem, 2005, p.51-52)

Essa dualidade de relações que o MEC se refere está por conta dos conhecimentos Tácito e Explícito. Portanto, na esteira dessa discussão, buscamos na obra *Gestão do Conhecimento* as definições como explicam os autores Takeuchi e Nonaka (2008, p. 19),

Conhecimento explícito pode ser expresso em palavras, números ou sons, e compartilhado na forma de dados, fórmulas científicas, recursos visuais, fitas de áudio, especificações de produtos ou manuais. O conhecimento explícito pode ser rapidamente transmitido aos indivíduos, formal e sistematicamente.

O conhecimento tácito, por outro lado, não é facilmente visível e explicável. Pelo contrário, é altamente pessoal e difícil de formalizar, tornando-se de comunicação e compartilhamento dificultoso. [...] o conhecimento tácito está profundamente enraizado nas ações e na experiência corporal do indivíduo, assim como nos ideais, valores ou emoções que ele incorpora.

O MEC considera o fato do conhecimento apresentar como característica um fator tácito, ou seja, é aquele conhecimento que faz parte das experiências vividas pelo aluno (Brasil, 2005). Isso leva a consciência de que o candidato pode ter determinado conhecimento sobre um assunto por conta de seu viver na sociedade. Porém, ele pode não conseguir demonstrá-lo por meio do conhecimento explícito, ou seja, através da linguagem verbal em uma situação específica, como no caso da produção da Redação.

Para a elaboração da Redação do ENEM, parte-se do princípio de que, através de competências, é possível articular o explícito e o tácito. Enquanto grande parte dos vestibulares avalia os conhecimentos explícitos das disciplinas, no ENEM, o importante é estimular e avaliar um conjunto de competências, e as disciplinas são instrumentos para que isso seja realizado.

Os vestibulares, por exemplo, procuram avaliar o conhecimento explícito sobre as diversas disciplinas. Quando o que se busca é o desenvolvimento das potencialidades humanas, a construção da identidade pessoal e da cidadania, é natural que se procure reconhecer as motivações mais radicais das questões usualmente formuladas nos âmbitos das disciplinas. É possível, então, mapear um espectro de formas de manifestação de tais potencialidades, que podem ser denominadas habilidades. (BRASIL, 2005, p. 52)

Surge a necessidade de consideração do conhecimento tácito que subjaz a qualquer forma de explicitação: a grande questão é como promover a emergência do tácito no explícito. Nos dois casos, a ideia de competência como mediação é esclarecedora e parece inteiramente adequada (Brasil, 2005).

A partir das ideias propostas pelos PCNs e pela Matriz de Referência do ENEM¹⁹, as competências e habilidades, previstas para a atividade de escrita no exame, são elencadas na *Matriz de Referência para a Redação do ENEM*. Desse modo, o texto deve ser escrito e

19 - A Matriz de Referência foi desenvolvida para estruturar o ENEM para definir as habilidades e competências cobradas aos candidatos durante o processo de avaliação.

corrigido com base nas cinco competências que integram esse documento, conforme aponta a publicação *Redação do ENEM 2016 – Cartilha do Participante*, a saber:

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Tabela nº 9 – Competências da Redação
Fonte: Redação do ENEM 2016 – Cartilha do Participante

A correção do texto é feita por dois professores, de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo outro. Cada avaliador atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 pontos para cada uma das cinco competências e a soma desses pontos comporá a nota total de cada avaliador, que pode chegar a 1.000 pontos. A nota final do participante será a média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois avaliadores (Brasil, 2016b).

A primeira competência avaliada é o domínio da modalidade escrita formal da língua. O MEC sugere que o candidato evite, ao relacionar ideias, o emprego repetido de palavras como *e, aí, daí, então*, próprias de um uso mais informal. Por isso, para atender a essa exigência, o aluno precisa ter consciência da distinção entre a modalidade escrita e a oral, bem como entre registro formal e informal.

Um dos problemas mais frequentes na produção de textos de jovens redatores é a confusão entre a modalidade oral, que permeia a escrita informal, e a modalidade escrita formal. Para analisar essa questão, alguns itens merecem atenção, porque representam estruturas próprias da fala e podem aparecer em textos informais, mas são indevidas na escrita formal, como a esperada nas redações do ENEM. (BRASIL, 2013, p.10).

Ao mapear esses itens da modalidade informal, de acordo com o *Manual de capacitação para avaliação das redações do ENEM 2013*, encontramos:

1	Formas reduzidas ou contraídas: pra (para); tô (estou); tá (está); né (não é); peraí (espere aí); cê (você); taí (está aí).
2	Palavras de articulação entre ideias (repetidas em excesso) que substituem conjunções mais exatas: então, daí; aí; e; que.
3	Sinais utilizados na fala para orientar a atenção do ouvinte: bem; bom; veja bem; certo? viu? entendeu? de acordo? não sabe? sabe?
4	Verbos de sentido muito geral (dar, ficar, dizer, ter, fazer, achar, ser, colocar) no lugar de verbos de sentido mais exato.
5	Gírias e coloquialismos: papo, enche, velho, maneira, pega leve, amarra, se toca, rolando um papo, sem essa.
6	Inconsistência no uso de pronomes: te, você, seu, sua; a gente, nós.

Tabela nº 10 – Itens da modalidade informal
Fonte: Manual de Capacitação para avaliação das redações do ENEM 2013

Além dos requisitos de ordem textual como coesão, coerência, sequenciação e informatividade, há outras exigências para o desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo avaliado por essa competência como a ausência de marcas de oralidade e de registro informal; precisão vocabular e a obediência às regras de concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; pontuação; flexão de nomes e verbos; colocação de pronomes oblíquos (átonos e tônicos); grafia das palavras (inclusive acentuação gráfica e emprego de letras maiúsculas e minúsculas); e divisão silábica na mudança de linha (translineação).

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que são utilizados para avaliar a Competência 1.

200 pontos	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.
160 pontos	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
120 pontos	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
80 pontos	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.

40 pontos	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
0 ponto	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Tabela nº 11 – Níveis de desempenho da Competência 1
 Fonte: Redação do ENEM 2016 – Cartilha do Participante

O segundo aspecto a ser avaliado na redação é a compreensão da proposta de redação. Ela exige que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo com a verdade de uma ideia ou tese (Brasil, 2016b). É preciso apresentar um texto que expõe um aspecto relacionado ao tema, defendendo uma posição, uma tese.

[...] o texto é argumentativo porque o objetivo é a defesa, por meio de argumentos convincentes, de uma ideia ou opinião; e dissertativo porque se estrutura sob a forma dissertativa — proposição, argumentação e conclusão. (Ibidem, 2016b, p.14)

O MEC espera encontrar no texto os argumentos que sustentem a tese da dissertação. De acordo com o *Manual de Capacitação para Avaliação das Redações do ENEM 2013* “os argumentos de um texto são facilmente localizados: identificada a tese ou proposição, faz-se a pergunta por quê?” (BRASIL, 2013, p.15).

Para concluir a redação, o aluno deve retomar a tese defendida, a partir da sintetização das ideias gerais do texto, apresentando propostas de solução para o problema discutido, ou sugestões relacionadas à questão desenvolvida (Ibidem, 2013, p. 15).

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que são utilizados para avaliar a Competência 2.

200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
80 pontos	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto

	dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos a redação recebe nota 0 (zero) e é anulada.

Tabela nº 12 – Níveis de desempenho da Competência 2
 Fonte: Redação do ENEM 2016 – Cartilha do Participante

O terceiro aspecto a ser avaliado na redação é a forma como o candidato seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista defendido como tese. O MEC julga a posição assumida pelo autor da redação por meio da ideia defendida e dos argumentos que foram justificados na tese (Brasil, 2016b).

Essa competência trata da inteligibilidade do texto, ou seja, da coerência entre as ideias apresentadas que dependem dos seguintes fatores:

- relação de sentido entre as partes do texto;
- precisão vocabular;
- seleção de argumentos;
- progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são pouco a pouco apresentadas, em uma ordem lógica; e
- adequação entre o conteúdo do texto e o mundo real.

A competência 3 nos leva a alguns questionamentos na pesquisa. De acordo com a *Cartilha do Participante* (Brasil, 2016b), a coerência se estabelece com base nas ideias apresentadas no texto e nos conhecimentos dos interlocutores, o que garante a construção do sentido de acordo com as expectativas do leitor, pois ligada à compreensão, à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. Uma vez tomada a afirmação que a coerência se dá com base nos sentidos apreendidos pelos textos motivadores, como o MEC articula esses textos, em diferentes linguagens, em que ele apresenta o seu ponto de vista e ainda solicita ao candidato a defesa do seu próprio ponto de vista? Como que o MEC apresenta ao candidato informações em forma de texto verbal e não verbal para que esse candidato possa depreendê-las e associá-las ao mundo real? Essas questões buscamos respondê-las em nossas análises, a partir do capítulo “Análise dos textos motivadores” da dissertação.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que são utilizados para avaliar a Competência 3.

200 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
120 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

Tabela nº 13 – Níveis de desempenho da Competência 3
Fonte: Redação do ENEM 2016 – Cartilha do Participante

Os aspectos a serem avaliados na quarta competência dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência das ideias. Esse encadeamento pode ser expresso por conjunções, por determinadas palavras, ou pode ser inferido a partir da articulação dessas ideias. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem inter-relação de orações, frases e parágrafos. Cada parágrafo será composto de um ou mais períodos também articulados; cada ideia nova precisa estabelecer relação com as anteriores (Brasil, 2016b).

Assim, na produção da redação, o aluno deve utilizar recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso. De acordo com o MEC (Brasil, 2016b), na avaliação dessa competência, será considerado o encadeamento textual. Assim, para garantir a coesão textual, devem ser observados determinados princípios em diferentes níveis como:

- a) Estruturação dos parágrafos: Um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver uma articulação entre um parágrafo e outro.
- b) Estruturação dos períodos: Pela própria especificidade do texto dissertativo-argumentativo, os períodos do texto são, normalmente, estruturados de forma complexa, formados por duas ou mais orações, para que se possam expressar as ideias de causa-consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, entre outras.
- c) Referenciação: As referências a pessoas, coisas, lugares, fatos são introduzidas e, depois, retomadas, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser expresso por pronomes, advérbios, artigos ou vocábulos de base lexical, estabelecendo relações de sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia, uso de expressões resumitivas, expressões metafóricas ou expressões metadiscursivas.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que são utilizados para avaliar a Competência 4.

200 pontos	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
160 pontos	Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
120 pontos	Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
80 pontos	Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
40 pontos	Articula as partes do texto de forma precária.
0 ponto	Não articula as informações.

A quinta competência requerida pelo ENEM é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado. Como recomendação, o MEC diz que o texto produzido deve apresentar uma tese sobre o tema, apoiada em argumentos consistentes, e ainda conter uma proposta de intervenção na vida social (Brasil, 2016b). De acordo com o documento, a proposta deve manter um vínculo direto com a tese desenvolvida no texto e demonstrar coerência com os argumentos utilizados, já que expressa a visão do aluno e suas possíveis soluções para a questão discutida.

A proposta de intervenção precisa ser detalhada e deve conter a exposição da intervenção sugerida, junto com o detalhamento dos meios para realizá-la (Ibidem, 2016b).

Para obter nota máxima nesta competência, o MEC sugere ao candidato uma reflexão dos conhecimentos de mundo e o respeito aos direitos humanos.

Deve refletir os conhecimentos de mundo de quem a redige, de modo que a coerência da argumentação será um dos aspectos decisivos no processo de avaliação. É necessário respeitar os direitos humanos, não romper com valores como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural. (BRASIL, 2016b, p. 24).

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que são utilizados para avaliar a Competência 5.

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, de forma detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou proposta não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga ou apenas citada, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

Tabela nº 15 – Níveis de desempenho da Competência 5
Fonte: Redação do ENEM 2016 – Cartilha do Participante

Na construção de uma proposta de intervenção o aluno precisará de conhecimentos que lhe abarcam experiência em seu viver cotidiano e justamente nesse ponto recaem nossos olhares. Como afirma o documento oficial do MEC,

As habilidades propostas no *Documento Básico do Enem* remetem à Competência V na medida em que os dados, conceitos, argumentos e instrumentos utilizados, preparam o cidadão para uma intervenção solidária, atitude que leva em consideração valores éticos de cidadania; esses devem ser construídos a partir do conhecimento e da compreensão da realidade nas suas dimensões ética, social, histórico-geográfica, política, econômica, científica, e portanto, humanas. (BRASIL, 2005, p. 94)

Essa interação com o mundo natural, como regulam as Bases Legais dos PCNs, são compreendidas por conta da linguagem, considerada pelo MEC como a capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências de vida. O documento do MEC ainda afirma que o aluno deve ter a competência de compreender as mais diversas formas de linguagens existentes na sociedade. Assim,

Podemos falar em linguagens que se inter-relacionam nas práticas sociais e na história, fazendo com que a circulação de sentidos produza formas sensoriais e cognitivas diferenciadas. Isso envolve a apropriação demonstrada pelo uso e pela compreensão de sistemas simbólicos sustentados sobre diferentes suportes e de seus instrumentos de organização cognitiva da realidade e de sua comunicação (BRASIL, 2000, p. 19)

A linguagem se torna constitutiva da realidade humana porque por meio dela é possível estabelecer a comunicação, uma vez tão intrínseca e elementar à sociedade que não pode se pensar nela fora dos sujeitos, mas um conteúdo e um continente pertencente a eles. A comunicação é, então, o ato de se comunicar, de se relacionar com as outras pessoas e serve para que as pessoas possam se relacionar, transformando-se respectivamente e a realidade em que vivem.

Sem comunicação, cada pessoa seria um mundo fechado em si mesmo. Pela comunicação as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos. Ao se relacionarem como serem interdependentes, influenciam-se mutuamente e, juntas, modificam a realidade onde estão inseridas. (BORDENAVE, 1992, p. 36).

Para que ocorra a comunicação deve haver um conjunto de elementos constituídos por um emissor (ou remetente), que produz e emite uma determinada mensagem dirigida a um receptor (ou destinatário). Contudo, para que a comunicação se processe efetivamente entre estes dois elementos, a mensagem deve ser realmente recebida e decodificada pelo receptor. Assim, faz-se necessário que ambos estejam dentro de um mesmo contexto, devem utilizar um mesmo código e estabelecerem um efetivo contato através de um canal de comunicação (Jakobson, 2007).

Assim, é sabido que o processo de comunicação se dá:

O REMETENTE envia uma mensagem ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um contexto a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um código total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (oi, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos entrarem e permanecerem em comunicação. (JAKOBSON, 2007, p. 123)

Na escapatória de uma concepção mecanicista, a semiótica greimasiana situa a noção de “comunicação” em contextos mais amplos, como o das atividades humanas em geral. Para Greimas & Courtés (2013, p.81) é “indispensável situar essa noção-chave em um contexto mais amplo”. Isso implica, de acordo com a semiótica francesa, enxergar a aspectualização da comunicação como processo comunicativo. Os semioticistas explicam que as ações humanas são divididas em dois blocos: o eixo da produção, quer dizer, a ação dos homens sobre as coisas; e o eixo da comunicação – a ação do homem sobre os próprios homens, criadora das relações intersubjetivas e fundadoras da sociedade.

As atividades humanas, no seu conjunto, são geralmente vistas como ocorrendo em dois eixos principais: o da ação sobre as coisas, pela qual o homem transforma a natureza – e o eixo da produção -, e o da ação sobre os outros homens, criadora das relações intersubjetivas, fundadoras da sociedade – é o eixo da comunicação. (GREIMAS & COURTÉS, 2013, p. 81)

Desse modo, para Greimas, o ato de comunicar é visto como uma manipulação²⁰, não num sentido depreciativo, porque se trata apenas de um *fazer-fazer* e um *fazer-criar*. Assim, quem comunica algo quer fazer com que o outro faça algo ou creia em alguma coisa. Comunicar, antes de qualquer coisa, é pressupor a quem eu me dirijo, qual é o saber desse enunciatário, o que será comunicado, de que maneira, para que, de fato, a comunicação seja bem-sucedida.

Se assumir a fala do outro é nela acreditar de uma certa maneira, então, fazê-la assumir equivale a falar para ser acreditado. Assim considerada, a comunicação é mais um *fazer-criar* e um *fazer-fazer* do que um *fazer-saber*, como se imagina um pouco apressadamente. (GREIMAS & COURTES, 2013, p. 83)

A abordagem propriamente semiótica da comunicação caminha por um viés bem diferente da apresentada pela teoria da comunicação tradicional, da qual o esquema mencionado pode ser considerado representativo. À medida em que a comunicação se situa entre sujeitos e em que os valores investidos nos objetos postos em circulação (valores pragmáticos ou

20 – Conforme Greimas & Courtes (2013, p.300) “manipulação caracteriza-se como uma ação do homem sobre outros homens (...) um *fazer-fazer*”.

cognitivos, descritivos ou modais) são considerados constitutivos do ser do sujeito, é evidente que emissor e o receptor (considerados pela teoria da comunicação) cedam lugar ao destinador e ao destinatário, instâncias trabalhadas pela semiótica, uma vez que o sujeito não é um mero espectador do discurso.

Essa diferença terminológica está ligada à que opõe a teoria da comunicação à semiótica: enquanto o emissor representa uma posição vazia (numa perspectiva essencialmente mecanicista, que procura lidar com puros autônomos), o destinador é um sujeito dotado de uma competência particular e apreendido em um momento de seu devir (o que corresponde a um ponto de vista mais ‘humanizante’, adotado pela semiótica) (GREIMAS & COURTES, 2013, p. 163).

Desta forma, o que temos é o Ministério da Educação servindo-se da nomenclatura de Destinador que pressupõe um Destinatário, logo sendo o candidato. “Destinador e destinatário (...) designam, em sua acepção mais geral, os dois actantes da comunicação (chamados também, na teoria da informação, mas numa perspectiva mecanicista e não dinâmica, emissor e receptor)” (GREIMAS & COURTES, 2013, p. 132).

Na relação entre os dois sujeitos, o que está em jogo é o texto como objeto de comunicação (Barros, 2005). A palavra “texto” provém do verbo latino *texo, texui, textum, texere*, que quer dizer *tecer*. Da mesma forma que um tecido não é um amontoado desorganizado de fios, o texto não é um amontoado de frases, nem uma grande frase. Tem ele uma estrutura, que garante que o sentido seja apreendido em sua globalidade, que o significado de cada uma de suas partes dependa do todo (Fiorin, 1995). Logo, a proposta de redação do ENEM torna-se um texto organizado de sentido, formado por partes que se completam (Saviolli & Fiorin, 2007).

O texto passa a ser concebido como discurso no momento em que o sujeito constrói e transforma a prática social em que ele está inserido, apresentando uma quando concretizado nas relações sociais.

Um domínio semiótico pode ser denominado discurso (discurso literário ou filosófico, por exemplo) em razão de sua conotação social relativa ao contexto cultural dado (um texto medieval sagrado é considerado por nós literário, dirá J. Lotman), independente e anteriormente à sua análise sintática ou semântica. (GREIMAS & COURTES, 2013, p. 147).

Toda proposta de redação do ENEM é feita por escolhas que podem se dar a partir das palavras, dos tipos de verbos, pronomes, adjetivos e outras estruturas sintáticas e semânticas escolhidas para compor o enunciado, ou até mesmo das fotografias, charges, tirinhas e gráficos presentes na prova, da diagramação dos fragmentos de jornais, campanhas publicitárias e textos verbais de outros destinadores que ocupam os espaços da folha, entre outros detalhes que colocam o MEC como manipulador dos discursos enunciados levando o enunciatário a crer nos

valores ali colocados. Trata-se de um discurso que produz um efeito de verdade, construído para fazer parecer verdade. Assim, afirma Landowski (2002, p. 165-166)

[...] “os sujeitos enunciantes”, ao enunciar (isto é, entre outras coisas, ao produzir “textos”), constroem o mundo externo enquanto mundo significante. Correlativamente, apreender o sentido de um discurso enunciado, o “ler”, será refazer o mesmo percurso em sentido inverso, remontando, se assim se pode dizer, do plano discursivo manifesto em direção às operações semióticas que sua produção pressupõe, e que, uma vez o enunciado produzido, o torna interpretável.

Ao tomarmos em mãos as propostas de redação, podemos reconstruir a enunciação, em razão de certos procedimentos do texto que apontam a relação entre o discurso e a enunciação pressuposta nos diferentes níveis do percurso gerativo. Tomamos aqui o conceito de percurso gerativo, conforme apresentado por Greimas & Courtés (2013, p. 232):

Designamos pela expressão percurso gerativo a economia geral de uma teoria semiótica (ou apenas linguística), vale dizer, a disposição de seus componentes uns com relação aos outros, e isso na perspectiva da geração, isto é, postulando que, podendo todo objeto semiótico ser definido segundo o modo de sua produção, os componentes que intervêm nesse processo se articulam uns com os outros de acordo com um ‘percurso’ que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto.

Por meio do percurso gerativo, observaremos as instâncias fundamentais superpostas do percurso que permitem a produção do sentido: as estruturas semionarrativas e discursivas. A primeira preside a geração de sentidos e comporta as formas gerais de organização dos enunciados, exprime valores e ações e revela o abstrato, o mais complexo. A segunda organiza as instâncias da enunciação que revela a lógica do percurso. Conforme Greimas & Courtés (2013, p. 234-235):

As estruturas semionarrativas [...] se apresentam sob a forma de uma gramática semiótica e narrativa que comporta dois componentes – sintático e semântico – e dois níveis de profundidade: uma sintaxe fundamental e uma semântica fundamental (no nível profundo) e uma sintaxe narrativa (no nível de superfície). As estruturas discursivas, menos profundas, são encarregadas de retomar as estruturas semióticas de superfície e de ‘colocá-las em discurso’, fazendo-as passar pela instância da enunciação.

O primeiro contato que o candidato tem com a prova está no nível discursivo e, conseqüentemente, passamos a observar a dinâmica das ações do sujeito da enunciação e suas interações, abarcando os atos dos atores do discurso: o MEC, agora denominado enunciador e o candidato, o enunciatário. Enunciador é o destinador e o enunciatário corresponde ao destinatário, ambos implícitos da enunciação (Greimas & Courtés, 2013). Já a enunciação,

[...] enquanto ato, esta tem por efeito produzir a semiose ou, para ser mais preciso, essa sequência contínua de atos semióticos que se denomina manifestação. O ato de significar encontra aqui as coerções da substância da expressão, que obrigam a fazer uso de procedimentos de textualização (unidimensional e linear, mas também bidimensional e planar, etc.). É evidente que a enunciação, considerada do ponto de vista do enunciatário, opera em sentido oposto e procede, em primeiro lugar, à abolição de toda linearidade. (Ibidem, 2013, p. 168).

A ação cognitiva do enunciador é a de fazer saber o enunciatário os modos por meio dos quais cada um dos sujeitos com seus papéis discursivos tem seus próprios desempenhos na elaboração do sentido. Oliveira (2013, p.235) explica que “com os usos dos sistemas, ou linguagens uma série de escolhas são realizadas para dizer, mostrar, a organização do discurso”. Ainda de acordo com os estudos da autora,

O processo comunicacional instaura percursos do sentir o sentido, assim como percursos de articulação lógica dos elementos integrantes do arranjo que tracejam a trajetória de processamento da significação. (2013, p.235)

Em todo enunciar o enunciador e o enunciatário estão sempre em presença um do outro na situação interativa em que constroem os processos de comunicação e de subjetivação do discurso. Essas interações de enunciador e enunciatário, a produção de sentido faz ser esses sujeitos, tornando-os presentes ao mundo discurso (Oliveira, 2013).

Essas interações se concentram nos modelos actanciais e narrativos, que se manifestam por formas verbais, por comportamentos gestuais, posturais, por atos de linguagem indiretos que “são justamente de grande importância para a colocação do discurso” (OLIVEIRA, 2013, p.239).

Os estudos de Landowski (apud Oliveira, 2013) definem que a enunciação como um ato de instalar as presenças discursivas de um ator em interação com o outro ator que resultam em modos de interação, conceituando o nível discursivo como aquele da atividade geradora de sentido. Assim, os mecanismos de *ter sentido* e *fazer sentido* são determinados pelas escolhas da dimensão figurativa e de sua manifestação plástica, assim como dos tipos de presenças do sujeito da enunciação, que se serve de mecanismos produtores de efeitos de sentido como de proximidade ou distanciamento. “Nesse processo, ela (enunciação) faz uso de dois mecanismos básicos: a *debreagem* e a *embreagem*”, completa Fiorin (2014, p. 57).

Para Greimas & Courtes (2013, p.111) *debreagem* pode ser definida como:

A operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso. Se se concebe, por exemplo, a instância da enunciação como um sincretismo de ‘eu-aqui-agora’, a *debreagem*, enquanto um dos aspectos constitutivos do ato de

linguagem original, inaugura o enunciado, articulando ao mesmo tempo, por contrapartida, mas de maneira implícita, a própria instância da enunciação.

Por sua vez, embreagem é:

O efeito de retorno à enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos da categoria da pessoa e/ou do espaço, e/ou do tempo, bem como pela denegação da instância do enunciado. Toda embreagem pressupõe, portanto, uma operação de debreagem que lhe é logicamente anterior. (GREIMAS & COURTES, 2013, p. 159-160).

A enunciação projeta, para fora de si, os actantes e as coordenadas espaçotemporais do discurso, que não se confundem com o sujeito, o espaço e o tempo da enunciação. “Se a enunciação se define a partir de um *eu-aqui- agora*, ela instaura o discurso-enunciado, projetando para fora de si os atores do discurso, bem como suas coordenadas espaçotemporais”, explica Fiorin (2014, p. 57).

Em sua obra, Fiorin (2014) refere-se aos estudos feitos por Greimas sobre os dois tipos de debreagens: as enunciativas e a enuncivas que podem ser de três tipos: de pessoa (actancial), de espaço (espacial) e de tempo (temporal). Por meio da debreagem enunciativa se projeta no enunciado o *eu-aqui- agora* da enunciação e se instala no enunciado os actantes enunciativos *eu/tu*, os espaços enunciativos *aqui, ai* e os tempos presente, pretérito perfeito e o futuro do presente. Por sua vez, a debreagem enunciva é construída com *ele, alhures e então*. O objetivo é ocultar os actantes, os espaços e o tempo da enunciação. Assim, o enunciado passa a ser construído com os actantes do enunciado (terceira pessoa), os espaços do enunciado (aqueles que não estão relacionados ao *aqui*) e os tempos do enunciado (pretérito perfeito, imperfeito, mais que perfeito e futuro do pretérito ou presente do futuro, futuro anterior e futuro do presente).

As duas formas de debreagem descritas conferem à enunciação diferentes efeitos de sentidos. Antes disso, vale ressaltar que, para Barros (2012, p.29), os sujeitos envolvidos na comunicação não são lugares vazios e sim casas cheias de valores, de crenças de projetos, de aspirações e de sentimentos. Desta forma, a relação entre esses sujeitos define o tipo de interação, criada com base na articulação do enunciador ao elaborar o texto com os mecanismos de debreagem.

O efeito produzido pela enunciação pode ser na ordem da objetividade ou subjetividade decorrente “dos modos diversos pelos quais a instância da enunciação projeta e produz seu texto-enunciado”, explica Barros (2012, p.30). A partir daí, dois tipos de discursos podem ser distinguidos: os projetados em primeira (e segunda) pessoa, no tempo do *agora* e no espaço do *aqui*, que caracterizam uma *enunciação enunciada* e os organizados em terceira

pessoa, no tempo de *então* e no espaço do *lá*, que são ditos *enunciados enunciados*. Como esclarece Barros (2012, p.30):

Os discursos do primeiro tipo (enunciação enunciada) produzem, geralmente, efeitos de sentido de aproximação da enunciação e de relação dialógica entre sujeitos, pois se apresentam como simulacros da enunciação. Em outras palavras, constroem interações com efeitos de subjetividade e, portanto, predominantemente sensoriais e emocionais. Os discursos do segundo tipo (enunciado enunciado) produzem, por sua vez, os efeitos de distanciamento da enunciação e de um certo ‘monologismo’ ou autoritarismo das verdades ‘únicas’ e ‘objetivas’. Constroem, por conseguinte, interações com efeitos de objetividade e, predominantemente, racionais ou intelectuais.

A situação enunciativa de intransitividade é marcada pelo posicionamento do MEC (enunciador) em que comanda a interação e o aluno (enunciatário) que é comandado na interação discursiva. “Ao assumir o controle da interação o enunciador rege uma transmissão de saber ao enunciatário para ele poder operar os passos de um desbravamento teleguiado do discurso” (OLIVEIRA, 2013, p. 244). Essa interação é caracterizada por conta dos enunciados instalados nas propostas de redação em conjunto com os textos motivadores. O detalhamento dos comandos de programação do exame nacional abordamos no capítulo seguinte.

Nas lógicas narrativas, outras interações emergem a partir da relação entre MEC e o candidato. São os regimes de interação que correspondem a dois modos de agir dos actantes, uns sobre os outros, a partir de dois grandes modos de “estar no mundo”, o *fazer ser* (modos de existência) e o *fazer fazer* (modos de ação). Correlacionados estão, respectivamente, os regimes da programação e do acidente, da manipulação e do ajustamento (Landowski, 2014).

O regime de programação repousa sobre as regularidades de comportamento de todos os tipos de atores possíveis. Há formas de programação baseadas tanto em causalidades físicas quanto em condicionamentos socioculturais que são o objeto de aprendizagens e se exprimem em práticas rotineiras (ordem social). Em outras palavras, o sujeito e o objeto agem conforme um programa de comportamento determinado, como está colocado no enunciado da proposta de redação em que o MEC instala comandos prescritivos para o fazer do candidato. Caso essa *programação* seja quebrada, ou interrompida, sua oposição é o *acidente*, fundado sob o princípio da probabilidade, o que não segue os comandos dados pela programação.

Outro modo de interação entre o MEC e o aluno está na ordem da *manipulação*. As escolhas feitas pelo MEC estabelecem um contrato de fidúcia, em que o enunciador põe em jogo um fazer persuasivo e, em contrapartida, a adesão do destinatário (Greimas & Courtés, 2013). O intuito dessa relação é um *fazer-criar* ser verdade o discurso enunciado. Assim o enunciador faz crer ao enunciatário sobre o temário na redação com base na totalidade de sentidos apreendidos pelos textos motivadores. Caso o enunciatário não tenha uma adesão a

esse contrato de fidejussão estabelecido, a penalidade será a nota zero. Na oposição desse regime está o *ajustamento*, o que se busca um *fazer-junto* entre os sujeitos. Contudo, não é o caso da relação do MEC com o candidato que se submete ao exame nacional.

Ao esquematizar os regimes de interação propostos por Landowski (2014), teremos:

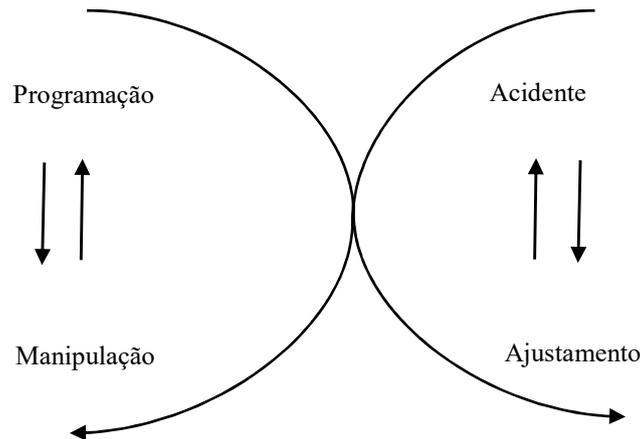


Figura 3: regimes de interação
Fonte: elaborado pelo autor

Outra produção de sentido observada na linguagem verbal das propostas do exame é intertextualidade, recurso utilizado entre textos, de maneira que se estabelece uma analogia mediada por um diálogo existente entre eles, sejam da mesma natureza ou não. “A esse diálogo entre os textos dá-se o nome de intertextualidade” (FIORIN, 2007, p. 19). Em outras palavras “A intertextualidade é o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo”, explica Fiorin (1999, p.30).

Observemos que para ocorrer a intertextualidade é preciso a existência de um texto que o influencie a produção dele. Consideramos o texto-base como uma concretização do que Greimas (1986) denomina “instância da produção intertextual segundo o fazer emissor”, enquanto o texto concretizador ou as variantes intertextuais são as “estruturas interpretantes da intertextualidade segundo o fazer receptor”.

Estudos feitos por Discini (2002) apontam que

Ao observar uma variante intertextual, o analista não se deve prender, portanto, à expressão dessa heterogeneidade mostrada. O texto deve ser desbastado de suas significações aparentes, e, então vai-se (re)construindo o percurso percorrido em termos de relações das mais simples e abstratas às mais complexas e concretas. Aí, sim, examina-se a expressão, relacionada ao conteúdo. As marcas intertextuais mostradas no plano da expressão configuram-se, portanto, como absolutamente não-

gratuitas, por ser geradas na imanência discursiva, por refletir formações discursivas, por revelar intenções do sujeito da enunciação. ‘Fora do texto não há salvação’ (ibidem, p.18)

Podemos depreender que a enunciação é fruto da articulação das condições em que o enunciado foi produzido como da intencionalidade do sujeito. Conforme completa Discini (2002):

Tal afirmação levou-nos a projetar uma sequência narrativa (SN) da enunciação como construção do enunciado intertextual, mas isso não nos pareceu relevante. Vale é entendermos que há um sujeito que se deixa manipular pelo enunciado do texto-base, para querer captar sintática e semanticamente esse enunciado. Vale pensamos que esse sujeito pode ter outros querer, como destruir esse enunciado e/ou destruir até a enunciação pressuposta nesse enunciado. Vale é descobrirmos que esse sujeito terá como performance a construção de um objeto-valor contratual (paráfrase, estilização), ou um objeto-valor polêmico (polêmica, paródia), caso entre em conjunção com os valores propostos pelo enunciado do texto-base ou em conjunção com seus próprios valores, discrepantes daqueles propostos. Vale é enxergarmos por trás de tais valores ‘os contextos de crenças e de consciência’, que se confirmam ou se hostilizam, ou que se confirmam mesmo quando se hostilizam. (ibidem, p.19)

Para esses estudos, admitem-se três possibilidades de intertextualidade: *a citação, a alusão e a estilização*, conforme explica Fiorin (1999):

O primeiro processo- a citação – pode confirmar ou alterar o sentido do texto citado. É claro que não nos interessam aqui citações de textos não-artísticos, que devem ser explícitas, ou seja, em que a fonte aparece ao pé-da-página. [...] o outro processo de relação intertextual é a alusão. Neste, não se citam as palavras [...], mas reproduzem-se construções sintáticas em que certas figuras são substituídas por outras, sendo que todas mantêm relações hiperonímicas com o mesmo hiperônimo ou são figurativizações do mesmo tema. A estilização é a reprodução do conjunto dos procedimentos do ‘discurso de outrem’, isto é, do estilo de outrem. Estilos devem ser entendidos aqui como o conjunto das recorrências formais tanto no plano da expressão quanto no plano do conteúdo [...] que produzem um efeito de sentido de individualização. Também a estilização pode ser polêmica ou contratual. (ibidem, p.30-31)

Além da intertextualidade, há também a interdiscursividade, “a interdiscursividade não implica a intertextualidade, embora o contrário seja verdadeiro, pois ao se referir a um texto, o enunciador se refere também ao discurso que ele manifesta” (FIORIN, 1999, p. 35). Em resumo, “A interdiscursividade é o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro” (ibidem, p.32). Na semântica discursiva tema é a disseminação, ao longo dos programas e percursos narrativos, dos valores já atualizados pela semântica narrativa. Já a figura está reservado às figuras do conteúdo que correspondem às figuras do plano da expressão do mundo natural (Greimas & Courtés, 2013).

Desse modo, percebe-se que quando um discurso cita o outro, não há apenas uma referência ao texto ou partes do texto, mas também à situação de produção dele (quem fez, para quem, em qual momento histórico, com qual finalidade etc), à ideologia subjacente e aos

significados que esse discurso foi assumindo historicamente. O discurso não é único, pois um discurso discursa outros discursos. Nessa medida o discurso é social. Na verdade, se um discurso mantém relações com outro, ele não é concebido como um sistema fechado sobre si mesmo, mas é visto como um lugar de trocas enunciativas, em que a história pode inscrever-se, pois ele se transforma, ao mesmo tempo, num espaço conflitual e heterogêneo e num espaço contratual (Fiorin, 1999).

Assim como a intertextualidade, a interdiscursividade também possui seus processos interdiscursivos, como explanados por Fiorin (1999):

A citação ocorre quando um discurso repete ‘ideias’, isto é, percursos temáticos e/ou figurativos de outros. [...] Havia, nesse discurso [da situação na ditadura militar], ênfase nos percursos temáticos da moralização, da modernização, da ascensão social, da redistribuição de renda pela ‘mão invisível, da manutenção da ordem. O outro processo interdiscursivo é a alusão que ocorre quando se incorporam temas e/ou figuras de um discurso que vai servir de contexto (unidade maior) para a compreensão do que foi incorporado. [...] No texto ‘Sampa’, de Caetano Veloso, há os seguintes versos: ‘quando eu te encarei frente a frente, não vi o meu rosto/ é que narciso acha feio o que não é espelho’. O mito de Narciso serve de contexto para entender o sentido dos versos” (ibidem, p.32-34).

Como vimos anteriormente, o texto não está restrito somente as palavras, mas como um todo organizado de sentido manifestado *nas e pelas* linguagem verbal (uma dissertação), linguagem visual (um quadro), linguagem verbal e visual (um filme), linguagem sonora (uma música), entre outras (Saviolli & Fiorin, 2007).

Nas práticas sociais, estamos expostos ao excesso comunicacional, à fragmentação dos conteúdos das mensagens e imersos, até mesmo, às variedades de linguagens nos arranjos da expressão que o Destinator destina aos Destinatários. Em uma sociedade na qual a comunicação midiática se faz presente fazendo com que pessoas sejam rodeadas por mundos de diferentes manifestações de linguagens, são travados conosco, interruptamente, diálogos de várias ordens. Não há como ignorarmos as pinturas, os prédios, os cartazes, os jornais, as revistas, a televisão, o computador, a internet, a fotografia, um corpo vestido, um rosto, entre muitas outras, que nos cercam e atuam sobre nós, nos tocando, nos fazendo pensar, refletir, enfim, dando compreensão em várias linguagens às ideias, conceitos e conteúdos.

Esse viver com diversos sentidos é parametrizado pelo Ministério da Educação ao definir nos PCNs que o aluno precisa ter domínio da linguagem como instrumento de comunicação, uma vez que ele está inserido em uma produção contemporânea essencialmente simbólica.

No mundo contemporâneo, marcado por um apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos e sobre os processos e procedimentos comunicativos, é, mais do que uma necessidade,

uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada. (BRASIL, 2000, p. 19)

Temos essas linguagens em sincretismo, que para apreender a totalidade de sentidos, devemos levar em consideração as articulações de expressões de mais de uma linguagem, uma vez que os textos sincréticos em circulação na sociedade são produzidos por uma única enunciação, chamada por Floch (2001) de enunciação global. As particularidades das linguagens se submetem a uma força enunciativa coesiva que reúne as materialidades significantes em uma só linguagem. Estamos falando de uma linguagem sincrética, em que “temos uma única enunciação sincrética, realizada por um mesmo enunciador, que recorre a uma pluralidade de linguagens de manifestação para constituir um texto sincrético” (FIORIN, 2009, p. 38).

Para dar conta dos textos formados por múltiplas linguagens, como um jornal, uma campanha publicitária, uma história em quadrinhos, uma charge, ou o Exame do ENEM, a semiótica operacionaliza o conceito de sincretismo que nos serviremos:

As semióticas que – como a ópera ou o cinema – acionam várias linguagens de manifestação; da mesma forma, a comunicação verbal não é somente de tipo linguístico: inclui igualmente elementos paralinguísticos (como a gestualidade ou a proxêmica), sociolinguísticos etc. (GREIMAS & COURTES, 2013, p. 467)

Como explica Fiorin (2009, p.37)

O sincretismo da forma da expressão é, assim, o estabelecimento de uma forma de expressão distinta da forma de expressão de cada uma das semióticas que entram em sincretismo, pois os traços particulares de cada uma delas deixam de ser levados em conta.

Portanto, um texto sincrético se faz manifesto quando:

Temos uma única enunciação sincrética, realizada por um mesmo enunciador, que recorre a uma pluralidade de linguagens de manifestação para constituir um texto sincrético. Essa enunciação constitui uma estratégia global de comunicação, que se vale de diferentes substâncias para manifestar, na textualização, um conteúdo e uma forma de expressão. [...] melhor do que falar em semióticas sincréticas seria dizer textos sincréticos (Ibidem, p.38).

Por este motivo, o Destinator opta pela produção do texto sincrético na construção de qualquer tipo de enunciado, uma vez que esse tipo de linguagem está presente em nosso viver. É o caso dos enunciados das propostas de redação do ENEM, cuja as propostas não podem ser compreendidas como mero resultado de uma soma de partes dos tipos de linguagens presentes no enunciado global da proposta, como demonstra a figura XX. De acordo com a publicação *Exame Nacional do ensino Médio (ENEM) - Fundamentação Teórico Metodológico*, o objeto da proposta de intervenção apresentada na redação é a realidade em que vive o candidato, tratando do desenvolvimento da capacidade de agir “sobre e nessa realidade

e de maneira solidária” (Brasil, 2005, p.94). Tal afirmação nos permite conhecer uma realidade citada por meio das suas manifestações: dados estatísticos ou geométricos, expressões artísticas e indicadores (Ibidem, p.94). Mais ainda, as Bases Legais dos PCNs para o Ensino Médio já vinham reforçando essas manifestações ao dedicarem uma atenção especial a Língua Portuguesa.

(...) envolve ainda o reconhecimento de que as linguagens verbais, icônicas, corporais, sonoras e formais, dentre outras, se estruturam de forma semelhante sobre um conjunto de elementos (léxico) e de relações (regras) que são significativas: a prioridade para a Língua Portuguesa, como língua materna geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria interioridade (BRASIL, 2000, p. 19).

É possível verificarmos que o Destinator faz escolhas em sua organização textual para concretizar o temário a partir de diferentes autores em diferentes textos sobre um tema que os reúne, dada a distribuição topológica dessas expressões no formato da página. Tem-se uma composição textual organizada entre as linguagens verbal, visual, gestual e espacial, presentes nas propostas como sendo os textos motivadores, conforme mostra a figura 4.

Podemos esquematizar essas linguagens como sendo:

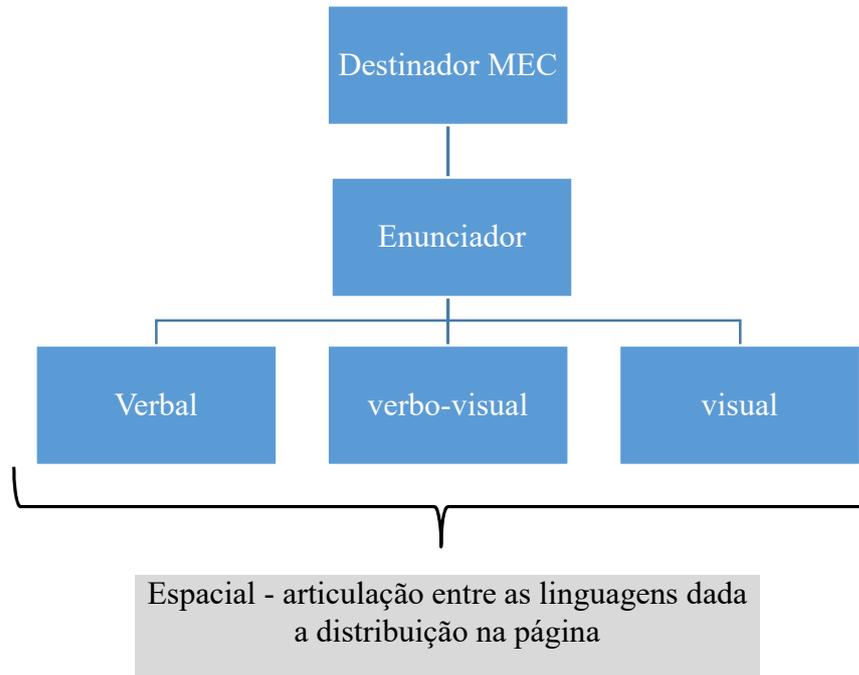


Figura nº 4 – linguagens presentes nas propostas de redação
Fonte: elaborado pelo autor

As estruturas expressivas dos sistemas verbo (gráfico)-visual-espacial materializam na concretização do enunciado as opções da construção enunciativa do enunciador no seu orientar o percurso do enunciatário em direção à significação. Compreendemos, portanto, que a reunião entre sistemas, ou a expressão sincrética, é uma escolha do MEC quando ao modo de expressão do conteúdo. Como postula Oliveira (2009, p.88),

O objeto sincrético estrutura-se sob uma perspectiva interacional que está montada pelos mecanismos da enunciação empregados pelo enunciador para produzir também a angulação do apreender o sentido, possibilitando entrever a assunção de um posicionamento materializado no enunciado por suas escolhas e ordenamentos destas na plástica da expressão.

Em linhas gerais, podemos definir o sincretismo da expressão como um campo da semiótica que tem proposto a construção de um modelo geral para análise e procedimentos metodológicos que possam dar conta do estudo dos textos sincréticos. Em outras palavras, textos que possuem em seu plano de expressão mais do que um sistema expressivo, visando o tratamento das interconexões sistêmicas. Na compreensão dos elementos de linguagem distintas que passam a atuar juntos pela enunciação global, Oliveira (2009, p.80) explica

Considerando que a totalidade do sentido de um objeto sincrético é processada pelo arranjo global de formantes de distintos sistemas, assim como de suas regras de

distribuição e ordenação, assumimos que essa integração se caracteriza por procedimentos de sincretização.

Esses procedimentos analisam as correspondências existentes entre as várias expressões de linguagens, figurativizadas no plano da expressão e homologadas no plano do conteúdo. Não é apenas a linguagem verbal que toma conta das propostas de redação do ENEM. O exame nacional conta também com outros sistemas semióticos: o visual ou imagético que inclui as manifestações fotográficas, os desenhos, gráficos e outros tipos de “ilustrações”. Na constituição da proposta, as linguagens visual e verbal se integram num todo de sentido. Não se trata, portanto, de um texto verbal, de um lado, e um texto visual, de outro, mas as distinções no modo de manifestação dos conteúdos que formam uma totalidade de sentido.

A constituição sincrética do plano de expressão das propostas de redação se dá pelo “agir relacional integrador de suas partes em uma só totalidade, uma vez que também é assim que a sua apreensão sensível é processada” (OLIVEIRA, 2009, p. 80). Essa totalidade significativa é processada por mecanismos de reunião das partes heterogêneas, uma vez que esses elementos coexistem no uso em copresença, sendo atualizados em simultaneidade ou não. “Essa constatação é da maior relevância quando a reflexão é sobre os procedimentos de operação sincrética, pois nos conduz a perquirir quais os mecanismos produtores dos tipos de coexistência de traços” (Ibidem, p.81). Servimos dos conceitos de Greimas & Courtés (2013) para considerar como “partes” os elementos que constituem uma grandeza decomponível e “heterogêneo” como sendo o conjunto de elementos constituintes que têm propriedades diferentes de tal modo que impeçam a sua inscrição em uma única classe.

Ao serem articulados, esses elementos heterogêneos são processados por operações de neutralização. Desta maneira, os elementos que compõem uma fotografia, por exemplo, são remodelados com outras grandezas semióticas sincretizadas para montar uma totalidade partitiva pela reunião estruturada. “As particularidades do arranjo da expressão sincrética, estão, pois, na diferenciação dos traços e regras para que os sistemas articulados coatuem em regimes de coexistência, copresença” (OLIVEIRA, 2009, p. 81).

Na manifestação sincrética é possível depreendermos as escolhas feitas pelo MEC para interagir com o candidato na construção da enunciação global da proposta de redação. Como esclarece Oliveira (2009, p.83)

Nos traços de expressões distintas articuladas tem-se um modo de caracterizar as escolhas do enunciador e saber mais de suas opções para interagir com o enunciatário no concretizar a rede de correlações semânticas por uma rede significativa sincrética.

O mapeamento das operações sincréticas nos permitirá seguirmos as pistas que o enunciador deixa na enunciação global para mostrar ao enunciatário o que de fato é esperado na produção textual. Essa investigação parte, então, observar os tipos de processamento da neutralização dos traços dos objetos semióticos. Para tanto, servir-nos-emos dos quatro tipos classificados por Oliveira (2009, p.85). São eles:

- i) Relações de *reunião*, produtoras de correspondências entre os traços coordenativos que se completam, complementam;
- ii) Relações de superposição, que produzem *concentração/contenção* de elementos que se encaixam;
- iii) Relações de *superposição*, que geram expansão/difusão, que se realizam em cadeias de subordinações;
- iv) Relações de *justaposição/paralelismo* produtoras de correlações por similaridades, contraposições entre os elementos de distintos sistemas que estão coordenados entre si.

Uma vez observada a neutralização dos traços, passamos a verificar os sentidos decorrentes dos tipos de sincretismo que, classificamos por Oliveira (2009), são eles:

- a) *Mecanismos de união*, em que os elementos se mantêm na reunião mais ou menos diluídos;
- b) *Operação de contração*, em que há uma condensação dos traços e a diluição de certos constituintes faz com que estes sejam englobados por outros englobantes que montam a reunião das partes no todo sincretizado;
- c) *Operação de difusão expansiva por acréscimo*, em que pode haver uma manutenção de traços reiterativos dos vários sistemas;

Além desses três processamentos do sincretismo, os elementos dos sistemas heterogêneos podem *atuar* na sua associação, “um montando com o seu par uma relação de paralelismo, de justaposição, para articulados formar a figura da expressão sincrética” (Ibidem, p. 94).

Conforme os distintos modos de neutralização dos traços em copresença, os sentidos são convocados a operar com especificidades que podem se dar:

- i) *No sincretismo por união* dos traços intersistêmicos, operando em reciprocidade no encadeamento das ordens sensoriais;

- ii) *No sincretismo por separação* dos traços intersistêmicos, quando há uma atuação dos sentidos nas corrências em paralelismos, justaposições;
- iii) *No sincretismo por contração*, uma ordem vai sobrepor a outra;
- iv) *No sincretismo por difusão*, quando uma múltipla convocação das ordens sensoriais em copresença operam a pluralidade de traços significantes.

Como afirma Oliveira (2009, p. 95) “A evidência que ressalta desses distintos tipos de articulação de traços de mais de um sistema é que todos eles se dão por tipos de interação intersistêmicas montados pelos tipos de associação entre as ordens sensoriais”.

Formando, aparentemente, unidades autônomas como fotografia, desenhos, gráficos e texto verbal com notícias, campanhas publicitárias e tirinhas, essas partes de um todo são articulados pelo Destinator para criar a totalidade de sentido com o seu próprio ponto de vista na enunciação global à medida que o Destinatário passa a interagir com o exame. Em outras palavras, todo texto, ou discurso, é produzido com uma intencionalidade e, desejemos ou não, construímos sentidos da maneira como esses arranjos nos são apresentados e já projetam o modo como interagimos com eles. Assim, entendemos que “a interação faz ser o sentido” (OLIVEIRA, 2013, p. 235).

Com embasamento nessas reflexões, trabalhamos com a hipótese inicial de que o enunciador opera nos regimes da programação e manipulação, residentes nas escolhas das estratégias enunciativas presentes nas propostas de redação, levando o enunciatário a aderir ao mesmo modo de pensar do enunciador, o que não permite ao candidato assumir uma opinião contrária ao ponto de vista colocado pelo próprio MEC. A segunda hipótese a ser testada é que o ENEM considera os candidatos como sujeitos dotados de linguagem, aptos a reelaborar as suas traduções de mundo em produções de linguagens verbal escrita, uma vez que a escola trabalhou com as habilidades e competências deste aluno, conforme parametrizam os PCNs. Essas produções partem de um temário apresentado pelo enunciador, o que nos leva a terceira hipótese. Uma tendência das propostas de redação do ENEM, de 2009 a 2015, foi abarcar temas nacionais, apresentando questões e debates que já fazem parte do viver do candidato. Assim, as propostas tratam de problemas existentes na sociedade, o que propiciam os argumentos na construção da proposta de intervenção conforme é requerida pela Competência V do Exame Nacional. A próxima hipótese está relacionada ao ENEM que explora assuntos polêmicos na sociedade como violência, política e educação presentes nos fragmentos de jornais, revistas e Internet disponibilizados aos candidatos como textos motivadores. Esses textos, articulados em várias linguagens, criam na enunciação global o sentido do próprio ponto de vista do MEC,

uma vez que o Destinator delega vozes a outros destinadores que compartilham da mesma opinião. A quinta e última hipótese está focada no arranjo plástico da expressão da proposta de redação, em que o Destinator destaca uma linguagem, ou outras linguagens, em suas estratégias persuasivas no intuito de nortear os pensamentos do candidato com argumentos que deverão ser apresentados em sua escritura.

O *corpus* da pesquisa é composto por sete propostas de redação do exame, compreendidas entre 2009 a 2015, período em que o exame passou a ser aceito como forma de ingresso nas universidades (2009) até o início desta pesquisa (2015). São elas:

PROPOSTA DE REDAÇÃO



Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O indivíduo frente à ética nacional**, apresentando proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione coerentemente argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.



Millôr Fernandes

Disponível em <http://www2.uol.com.br/millor>. Acesso em 14 jul. 2009.

Andamos demais acomodados, todo mundo reclamando em voz baixa como se fosse errado indignar-se.

Sem ufanismo, porque dele estou cansada, sem dizer que este é um país rico, de gente boa e cordata, com natureza (a que sobrou) belíssima e generosa, sem fantasiar nem botar óculos cor-de-rosa, que o momento não permite, eu me pergunto o que anda acontecendo com a gente.

Tenho medo disso que nos tornamos ou em que estamos nos transformando, achando bonita a ignorância eloqüente, engraçado o cinismo bem-vestido, interessante o banditismo arrojado, normal o abismo em cuja beira nos equilibramos — não malabaristas, mas palhaços.

LUFT, L. Ponto de vista. *Veja*. Ed. 1988, 27 dez. 2006 (adaptado).

Qual é o efeito em nós do "eles são todos corruptos"?

As denúncias que assolam nosso cotidiano podem dar lugar a uma vontade de transformar o mundo só se nossa indignação não afetar o mundo inteiro. "Eles são TODOS corruptos" é um pensamento que serve apenas para "confirmar" a "integridade" de quem se indigna.

O lugar-comum sobre a corrupção generalizada não é uma armadilha para os corruptos: eles continuam iguais e livres, enquanto, fechados em casa, festejamos nossa esplendorosa retidão.

O dito lugar-comum é uma armadilha que amarra e imobiliza os mesmos que denunciam a imperfeição do mundo inteiro.

CALLIGARIS, C. *A armadilha da corrupção*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> (adaptado).

INSTRUÇÕES

- Seu texto tem de ser escrito à **tinta**, na **folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O Trabalho na Construção da Dignidade Humana**, apresentando experiência ou proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

O que é trabalho escravo

Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzir carvão para a indústria siderúrgica, preparar o solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão de obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados “gatos”. Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. Este segundo fator nem sempre é visível, uma vez que não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias que separam a propriedade da cidade mais próxima.

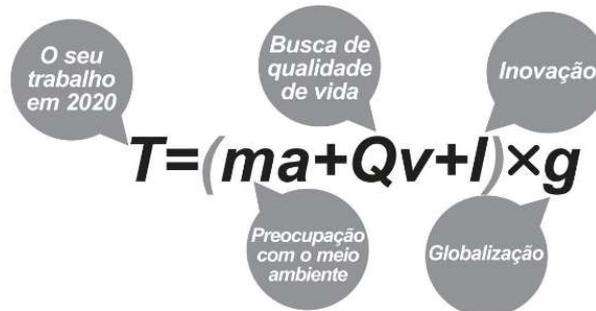


Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 02 set.2010 (fragmento).

O futuro do trabalho

Esqueça os escritórios, os salários fixos e a aposentadoria. Em 2020, você trabalhará em casa, seu chefe terá menos de 30 anos e será uma mulher

Felizmente, nunca houve tantas ferramentas disponíveis para mudar o modo como trabalhamos e, conseqüentemente, como vivemos. E as transformações estão acontecendo. A crise despedaçou companhias gigantes tidas até então como modelos de administração. Em vez de grandes conglomerados, o futuro será povoado de empresas menores reunidas em torno de projetos em comum. Os próximos anos também vão consolidar mudanças que vêm acontecendo há algum tempo: a busca pela qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, e a vontade de nos realizarmos como pessoas também em nossos trabalhos. “Falamos tanto em desperdício de recursos naturais e energia, mas e quanto ao desperdício de talentos?”, diz o filósofo e ensaísta suíço Alain de Botton em seu novo livro *The Pleasures and Sorrows of Works* (Os prazeres e as dores do trabalho, ainda inédito no Brasil).



Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).

INSTRUÇÕES:

- Seu texto tem de ser escrito **à tinta, na folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **Rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**, apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Liberdade sem fio

A ONU acaba de declarar o acesso à rede um direito fundamental do ser humano – assim como saúde, moradia e educação. No mundo todo, pessoas começam a abrir seus sinais privados de *wi-fi*, organizações e governos se mobilizam para expandir a rede para espaços públicos e regiões onde ela ainda não chega, com acesso livre e gratuito.

ROSA, G.; SANTOS, P. *Galileu*. Nº 240, jul. 2011 (fragmento).

A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo *on-line* em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. "Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar numa rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado", acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.Life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para disseminar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <http://www.terra.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011 (adaptado).



DAHMER, A. Disponível em: <http://malvados.wordpress.com>. Acesso em: 30 jun. 2011.

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada "insuficiente" e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti



Disponível em: <http://mg1.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2012.

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1 400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil.

Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro.

Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114ª de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso.

OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada “insuficiente” e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

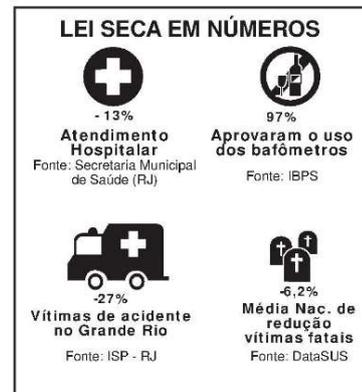
De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: www.dprf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

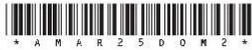
Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem "a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço" e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. *A publicidade infantil deve ser proibida?* Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

TEXTO II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fontes: OMS e Conar/2013

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. *A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil*. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **"A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira"**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

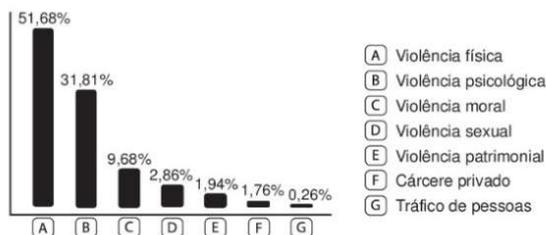
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2014**. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoatitudo.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

33,4%
de processos julgados

9.715
prisões em flagrante

1.577
prisões preventivas decretadas



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Arquitetados o problema, os objetivos e as hipóteses partimos para o esclarecimento do processo de pesquisa. Para guiar esse estudo, foram trabalhados os estudos da semiótica discursiva no que tange ao sincretismo das linguagens e seus desdobramentos, com reflexões a partir dos estudos dos regimes de interação e sentido envolvendo o enunciador e o enunciatário.

O processo de desenvolvimento da pesquisa parte da análise de um objeto mais geral, sendo a compreensão dos objetivos que o Ministério da Educação possui na avaliação das competências dos candidatos ao ENEM e a mensuração dos conhecimentos de mundo que o candidato possui, passando a investigar os regimes de interação existentes nos enunciados ao longo do período recortado e, por fim, analisar as estratégias adotadas na enunciação global dadas pelos arranjos dos textos de várias linguagens presentes em de cada uma das proposta de redação. O percurso foi, assim, esquematizado:

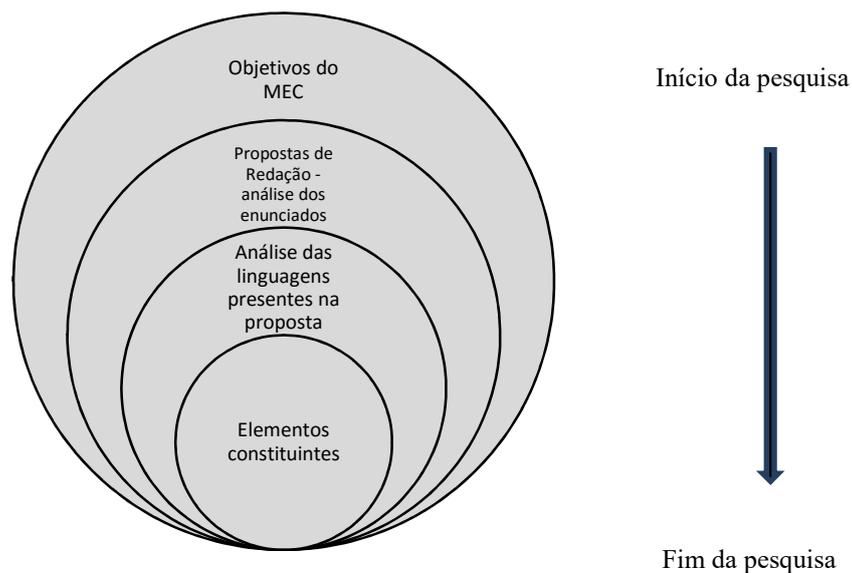


Figura nº 12: organização da pesquisa
Fonte: elaborado pelo autor

A bibliografia empregada se constitui de referências de dois tipos: obras com fundamentação teórica da semiótica greimasiana desenvolvida por A.J. Greimas e seus desdobramentos realizados por J.M. Floch, E. Landowski, A.C. de Oliveira, J.L. Fiorin, N.Discini, D. Barros e L. Teixeira e os documentos oficiais do Ministério da Educação como a Lei de Diretrizes Básicas (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais e os Relatórios Pedagógicos do ENEM.

Após as considerações iniciais, o segundo capítulo analisa a plasticidade da proposta de redação, além de identificar os enunciados que permanecem invariantes ao longo

das edições. O terceiro capítulo traz a análise semiótica da totalidade de sentido produzida pelo sincretismo existente entre os tipos de linguagens organizadas no interior da proposta de redação.

Por tudo explanado, esta pesquisa convida os leitores a refletirem de que maneira um candidato ao Exame Nacional do Ensino Médio pode construir um ponto de vista de acordo com o pensar do MEC e embasado na construção de sentidos das mais diferentes linguagens instaladas em sincretismo que nos envolve em um mundo natural.

Boa leitura!

2 AS PROPOSTAS DE REDAÇÃO

No presente trabalho consideramos na análise não apenas o componente verbal de um texto, mas sim todas as relações entre os componentes verbo-espaco-visual e gestual que configuram as manifestações textuais de mais de uma linguagem, ou só de uma, que são articulados em um todo de sentido da proposta de redação. Compreendemos que o Destinator faz uso de vários textos em várias linguagens, que realizam o temário da prova, para criar entre os fatos, números, informações do governo, campanhas publicitárias, quadrinhos, fotografias, entre outros acontecimentos na sociedade, a elaboração de um ponto de vista que direcione a produção textual do aluno.

A análise do *corpus* está dividida em duas partes. Tomamos como referência o trabalho de Oliveira “A dupla expressão da identidade do jornal” (2006) no que diz respeito aos mecanismos de invariabilidade e variabilidade na leitura da proposta de redação. “Esse mecanismo de variabilidade e o da invariabilidade da ordenação do arranjo forma a dupla expressão da identidade midiática” (OLIVEIRA, 2006, p. 14). A primeira estudamos a articulação das características invariantes constituídas pela logomarca do ENEM, do título “PROPOSTA DE REDAÇÃO” e os enunciados situados topologicamente no alto e baixo da página. No capítulo seguinte, apresentamos os sentidos formados pelos textos motivadores considerados como sendo as características variantes da proposta.

A análise é realizada também a partir do vai e vem entre o plano da expressão e o plano de conteúdo do conjunto dos formantes plásticos presentes na proposta da redação. Trabalhos de Greimas e Floch dividem os formantes plásticos em três categorias, ligadas à posição, formas e cores (Hernandes, 2004).

1 – categoria topológica: organiza espacialmente um texto e seus elementos por meio das relações:

- a) De dimensão: grande x pequeno;
- b) De posição: alto x baixo;
- c) De orientação: na frente x atrás;

2 – categoria cromática: está relacionada às cores:

- a) De valor: claro x escuro;
- b) De tonalidade: quente x frio;
- c) De pureza: cor limpa x cor suja;
- d) De luminosidade: brilhante x opaco;

2 – categoria eidética: relacionada à forma:

- a) Reto x curvo;
- b) Angular x arredondado;

Lançamos um olhar no *layout* da página, considerado por Ambrose & Harris (2009, p. 11) como sendo “o arranjo dos elementos de um design em relação ao espaço que eles ocupam e em conformidade com um esquema estético geral”. O objetivo do *layout* é apresentar os elementos visuais e textuais que precisam ser transmitidos de uma forma que o leitor os receba com o mínimo esforço (Ibidem, 2009).

Ao consideramos o início da escrita ocidental é sempre no lado superior esquerdo da página e o movimento ótico no processo de leitura é da esquerda para a direita, logo a nossa visão instintivamente se desloca em trajetória diagonal para o lado inferior oposto, traçando assim uma rota básica da visão que se projeta do lado superior esquerdo para o lado inferior direito. O lugar da página em que um determinado tema encontra-se mostra o grau de tratamento daquele fato ao Destinator, balizando a leitura dos candidatos.

Numa página de jornal podem ser observadas as zonas de visualização. Quando alguém recebe uma comunicação escrita, uma carta, qualquer recado de um amigo, instintivamente sua visão se fixa no lado superior à esquerda do papel, pois estamos condicionados a saber o começo da escrita ocidental será sempre no lado superior esquerdo. (SILVA, 1985, p. 47).

Tomada a prova em mãos, o candidato parte com “os olhos em movimento que buscam incessantemente obstáculos para fixar o foco”, como explica Kuntzel (2003, p. 97) e assim a fixação da leitura tende a ser em zonas estratégicas de uma página. Lugares onde os temas que o MEC deseja ressaltar são colocados por Zonas de Visualização, apresentadas por Edmund C. Arnold, em uma página impressa (Kuntzel, 2003).

A figura 13 mostra as zonas de visualização demonstradas nos estudos de Silva (1985).

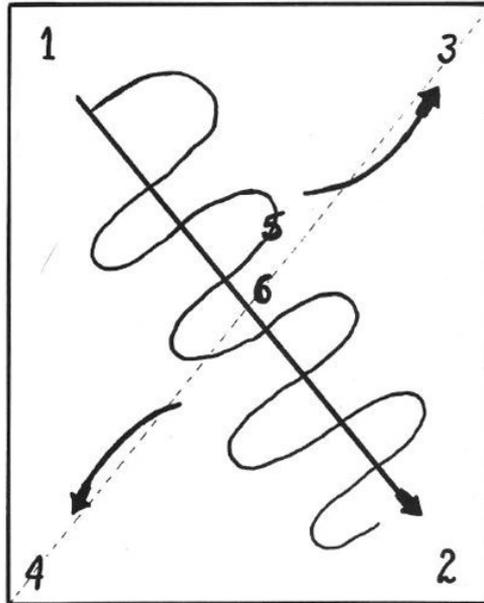


Figura nº 13 – Zonas de visualização da página
Fonte: Silva, 1985

A zona 1 é a principal de uma página, sendo a primeira área vista pelo candidato. A zona 2 é considerada como sendo a secundária, em oposição a zona 1 no sentido de leitura ocidental. As áreas 3 e 4 são as chamadas zonas mortas, utilizadas para inserir informações com um grau de importância inferior às demais. A posição 6 é o centro geométrico de uma página, porém, é na zona 5, considerado como centro óptico, que a visão tende a se fixar por um tempo maior. Essa é a área reservada para fatos que qualquer Destinatário deseja evidenciar no espaço gráfico (Silva, 1985).

Na organização espacial o suporte também produz sentido. O papel branco das propostas de redação serve de primeira base de construção do contraste para as várias linguagens instaladas na superfície. É no espaço do papel, claramente delimitado, repetido a cada edição, que se constrói um mundo de linguagens e são encenados os valores em jogo pela proposta de redação (Hernandes, 2004).

O projeto gráfico é apresentado no espaço retangular com dois lados mais longos na vertical e dois mais curtos na horizontal, conforme demonstra a figura 14. As categorias espaciais onde se distribuem as diferentes manifestações da expressão estão organizadas e distribuídas em alto *versus* baixo; esquerda *versus* direita; e a centralidade do papel. É sobre esse formato que os sentidos próprios da página, conforme ocupação das posições das categorias espaciais em que se distribuem as diferentes manifestações da expressão.

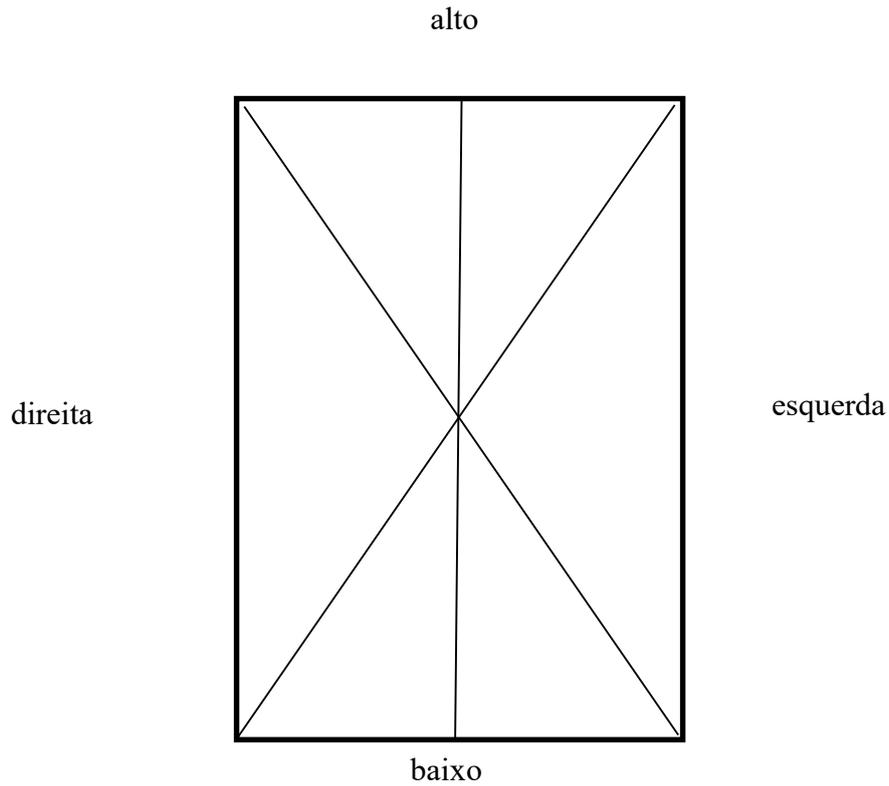


Figura nº 14 – Distribuição espacial
 Fonte: elaborado pelo autor

Ao demarcar a superfície da proposta de redação, verificamos:

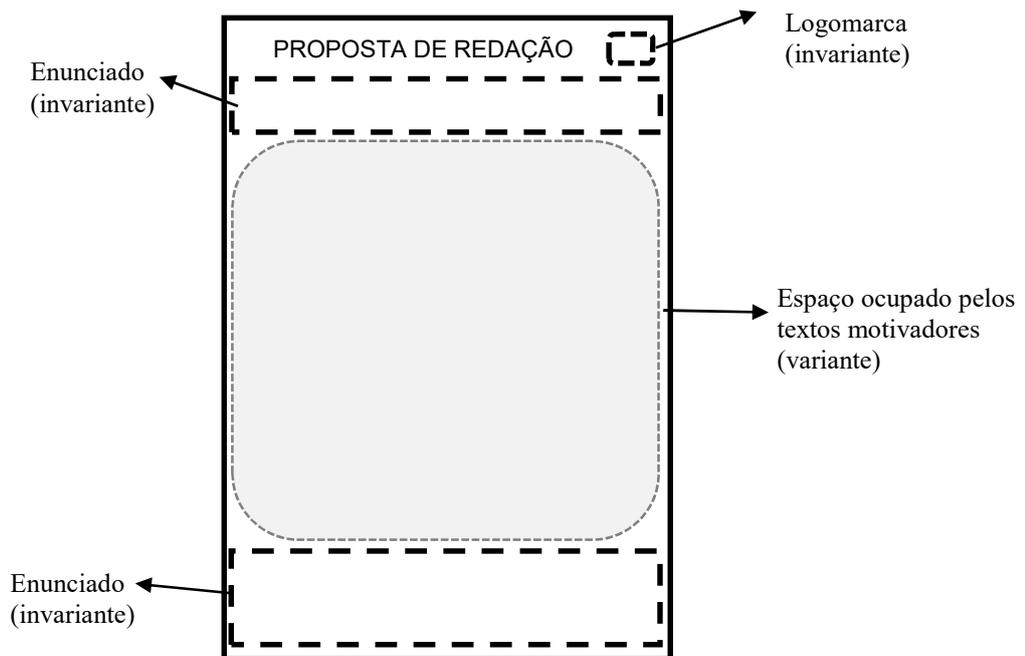


Figura nº 15: Distribuição na superfície da página edição de 2009
 Fonte: elaborado pelo autor

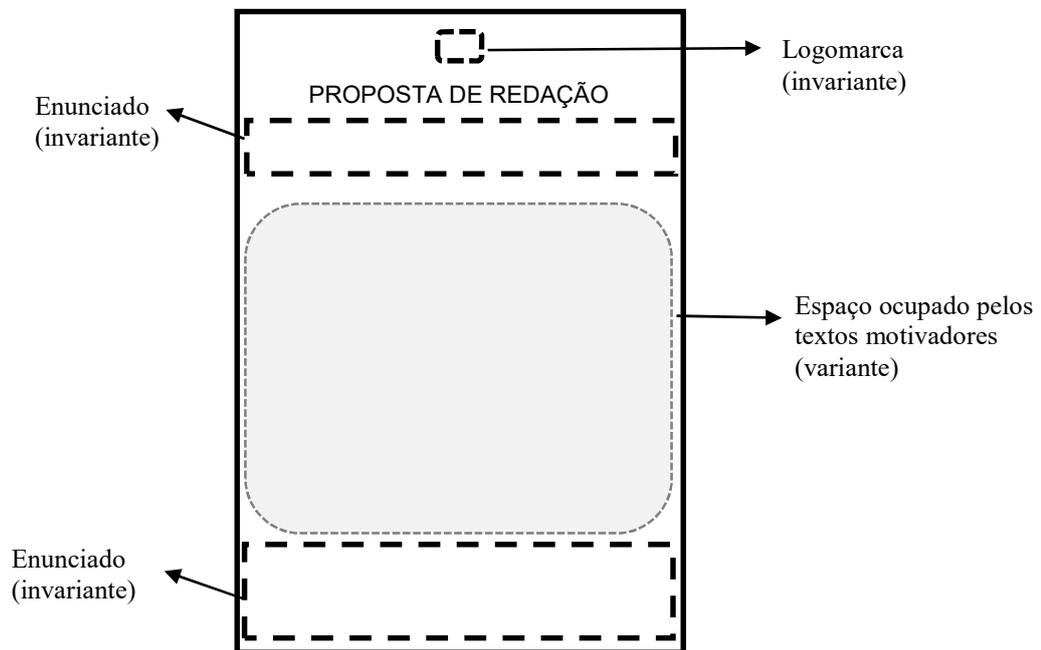


Figura nº 16: Distribuição na superfície da página das edições de 2010 a 2015
 Fonte: elaborado pelo autor

Nas sete edições algumas escolhas foram reiteradas pelo Destinator na montagem das propostas.

Tomado a folha em sua posição vertical, no alto da página, o Destinator se faz presente em todas as edições da prova ao instalar a sua logomarca, sua representação gráfica para a sociedade que permite identificá-lo. O que se coloca é um elemento invariante, na expressão de Oliveira (2006), “um eu que se mostra”, em outras palavras “faz sentir a variedade dos seus modos de presença juntos aos fatos e ao leitor” (Ibidem, p. 14). Trata-se de um sujeito que se coloca manifesto na primeira linha da página.



Figura nº 17: logomarca do ENEM

Fonte: <https://logodownload.org/enem-logo-exame-nacional-do-ensino-medio/>

Na edição de 2009, a imagem está localizada na margem direita da folha no canto superior e ocupando um espaço geométrico de menor importância comparado ao conteúdo do texto verbal. O título “PROPOSTA DE REDAÇÃO” apresenta uma tipografia grafada em letras maiúsculas, presente na centralidade do alto da página, compartilhando da linha horizontal em que está instalada a imagem (figura 18). Essa ocupação confere uma capacidade maior em atrair os olhos do candidato. Seria como se o Destinator quisesse chamar a atenção do leitor para a identificação da prova como sendo mais importante em relação com quem a produziu.

PROPOSTA DE REDAÇÃO



Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O indivíduo frente à ética nacional**, apresentando proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione coerentemente argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.



Millôr Fernandes

Disponível em <http://www2.uol.com.br/millor>. Acesso em 14 jul.2009.

Andamos demais acomodados, todo mundo reclamando em voz baixa como se fosse errado indignar-se.

Sem ufanismo, porque dele estou cansada, sem dizer que este é um país rico, de gente boa e cordata, com natureza (a que sobrou) belíssima e generosa, sem fantasiar nem botar óculos cor-de-rosa, que o momento não permite, eu me pergunto o que anda acontecendo com a gente.

Tenho medo disso que nos tornamos ou em que estamos nos transformando, achando bonita a ignorância eloqüente, engraçado o cinismo bem-vestido, interessante o banditismo arrojado, normal o abismo em cuja beira nos equilibramos — não malabaristas, mas palhaços.

LUFT, L. Ponto de vista. *Veja*. Ed. 1988, 27 dez. 2006 (adaptado).

Qual é o efeito em nós do "eles são todos corruptos"?

As denúncias que assolam nosso cotidiano podem dar lugar a uma vontade de transformar o mundo só se nossa indignação não afetar o mundo inteiro. "Eles são TODOS corruptos" é um pensamento que serve apenas para "confirmar" a "integridade" de quem se indigna.

O lugar-comum sobre a corrupção generalizada não é uma armadilha para os corruptos: eles continuam iguais e livres, enquanto, fechados em casa, festejamos nossa esplendorosa retidão.

O dito lugar-comum é uma armadilha que amarra e imobiliza os mesmos que denunciam a imperfeição do mundo inteiro.

CALLIGARIS, C. *A armadilha da corrupção*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> (adaptado).

INSTRUÇÕES

- Seu texto tem de ser escrito **à tinta**, na **folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.

Figura nº 18: Posição da logomarca – ano 2009

Fonte: INEP

A partir do ano de 2010, o ENEM passa a ganhar importância no cenário nacional e o número de participantes aumenta chegando na casa dos 3 milhões, o que representa mais de 800 mil candidatos em relação ao ano anterior que registrou 2.426.474. Trata-se da valorização do Exame Nacional frente aos brasileiros. A logomarca toma uma nova posição no arranjo gráfico das propostas de redação. O sentido apreendido seria como se o reconhecimento de quem elaborou a prova fosse mais importante do que a própria proposta.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O Trabalho na Construção da Dignidade Humana**, apresentando experiência ou proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

O que é trabalho escravo
Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzir carvão para a indústria siderúrgica, preparar o solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão de obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados “gatos”. Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

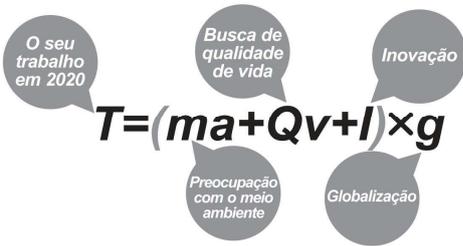
Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. Este segundo fator nem sempre é visível, uma vez que não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias que separam a propriedade da cidade mais próxima.

Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).



O futuro do trabalho
Esqueça os escritórios, os salários fixos e a aposentadoria. Em 2020, você trabalhará em casa, seu chefe terá menos de 30 anos e será uma mulher

Felizmente, nunca houve tantas ferramentas disponíveis para mudar o modo como trabalhamos e, conseqüentemente, como vivemos. E as transformações estão acontecendo. A crise despedaçou companhias gigantes tidas até então como modelos de administração. Em vez de grandes conglomerados, o futuro será povoado de empresas menores reunidas em torno de projetos em comum. Os próximos anos também vão consolidar mudanças que vêm acontecendo há algum tempo: a busca pela qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, e a vontade de nos realizarmos como pessoas também em nossos trabalhos. “Falamos tanto em desperdício de recursos naturais e energia, mas e quanto ao desperdício de talentos?”, diz o filósofo e ensaísta suíço Alain de Botton em seu novo livro *The Pleasures and Sorrows of Works* (Os prazeres e as dores do trabalho, ainda inédito no Brasil).



Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).

INSTRUÇÕES:

- Seu texto tem de ser escrito à tinta, na **folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **Rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.

LC - 2º dia | Caderno 7 - AZUL - Página 1

Figura nº 19: Posição da logomarca – ano 2010
 Fonte: INEP



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**, apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Liberdade sem fio

A ONU acaba de declarar o acesso à rede um direito fundamental do ser humano – assim como saúde, moradia e educação. No mundo todo, pessoas começam a abrir seus sinais privados de *wi-fi*, organizações e governos se mobilizam para expandir a rede para espaços públicos e regiões onde ela ainda não chega, com acesso livre e gratuito.

ROSA, G.; SANTOS, P. *Galileu*. Nº 240, jul. 2011 (fragmento).

A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo *on-line* em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. "Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar numa rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado", acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.Life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para disseminar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <http://www.terra.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011 (adaptado).



DAHMER, A. Disponível em: <http://malvados.wordpress.com>. Acesso em: 30 jun. 2011.

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito à **tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada "insuficiente" e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti



Disponível em: <http://mg1.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2012.

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1 400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileira (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileira no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil.

Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro.

Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpt.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114ª de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso.

OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada “insuficiente” e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de milímetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: www.dprf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Seleccione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem "a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço" e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. *A publicidade infantil deve ser proibida?* Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

TEXTO II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fontes: OMS e Conar/2013

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. *A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil*. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

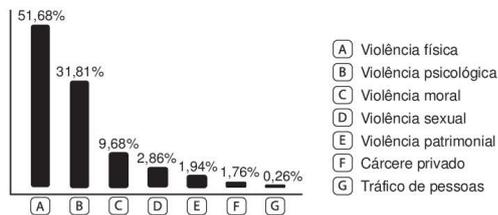
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2014**. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoeatlitude.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil

relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

O sentido manifesto na imagem da logomarca também possui sua devida importância no conjunto da apresentação da prova. Ao dividirmos a imagem em quatro quadrantes, observamos um equilíbrio na composição entre as linguagens verbal e não verbal, usados na composição visual o que produz um efeito ordenado e organizado.



Figura nº 25: Análise da logomarca do ENEM

Fonte: <https://logodownload.org/enem-logo-exame-nacional-do-ensino-medio/>

No quadrante inferior, o destaque da imagem é a palavra *enem* impressa em letras minúsculas, em fonte sem serifa, conferindo-lhe uma certa suavidade na trajetória arredondada do curso das letras que se encadeiam. No lado esquerdo, há uma figura de uma pessoa com os braços e pernas abertas que remetem ao sentido de luta, de batalha, como se um braço estivesse atacando a palavra “enem” e o outro no contra-ataque, proporcionando um equilíbrio ao corpo. Como justifica Dondis (1997, p.32) “O equilíbrio é, então, a referência visual mais forte e firme do homem, sua base consciente e inconsciente para fazer avaliações visuais”. Atrás do jovem há uma curva que o rodeia, quase que desenhando um ângulo de 270°, que forma um rastro no caminho percorrido pelo braço do rapaz para acertar a palavra “enem”. Com o início da curva no pé da figura, outras duas curvas se juntam à principal, logo em cima da cabeça, o que homologam o fim da trajetória ao provocar o desarranjo do alinhamento da primeira letra, “e”, em relação às demais no percurso da palavra escrita. Há presenças de linhas circulares o que reitera o dinamismo da figura. O semantismo dessa logomarca se concretiza se relacionarmos a figura do humano, presente na logomarca, com o candidato. Seria como se o Destinator

quisesse imprimir no Exame uma expectativa otimista em relação ao candidato que conseguirá alcançar bons resultados.

O Destinador identifica a proposta em todas as edições com o título “PROPOSTA DE REDAÇÃO”, colocado em caixa alta, sem serifa, o que chama a atenção do candidato e lhe dá a marcação que aquele é o caderno de redação. Em seguida, há dois textos verbais. Cada um inserido em um bloco retangular. O primeiro está distribuído ao alto, logo após o título “PROPOSTA DE REDAÇÃO” e o outro na parte baixa da folha. Ambos quase que emolduram os textos motivadores como mostram as figuras.

Os enunciados são invariantes no conjunto das propostas selecionadas e arranjos juntos pelo regime de programação, em que o enunciador deixa claro o percurso e as instruções que devem ser seguidas pelo candidato em sua proposta de redação.

No primeiro enunciado, localizado no alto da página, o destinador manteve algumas reiteraões nas instruções em todas as edições analisadas. São elas: a) com base na leitura dos textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo; b) apresentar o texto na modalidade escrita forma da Língua Portuguesa; c) Selecionar, organizar e relacionar argumentos e fatos para defesa do seu ponto de vista.

Para dar conta em realizar a programação, o Destinador faz uso de comandos prescritivos como os verbos flexionados na 3ª pessoa do singular do Imperativo Afirmativo, modo verbal que o MEC escolheu para expressar uma ordem, uma recomendação, uma orientação ao candidato. Essas escolhas estão presentes em “redija texto dissertativo-argumentativo”, “Selecione, organize e relacione [...] argumentos e fatos”. Tratam-se de três competências exigidas pelo Destinador, conforme demonstradas na figura 26.

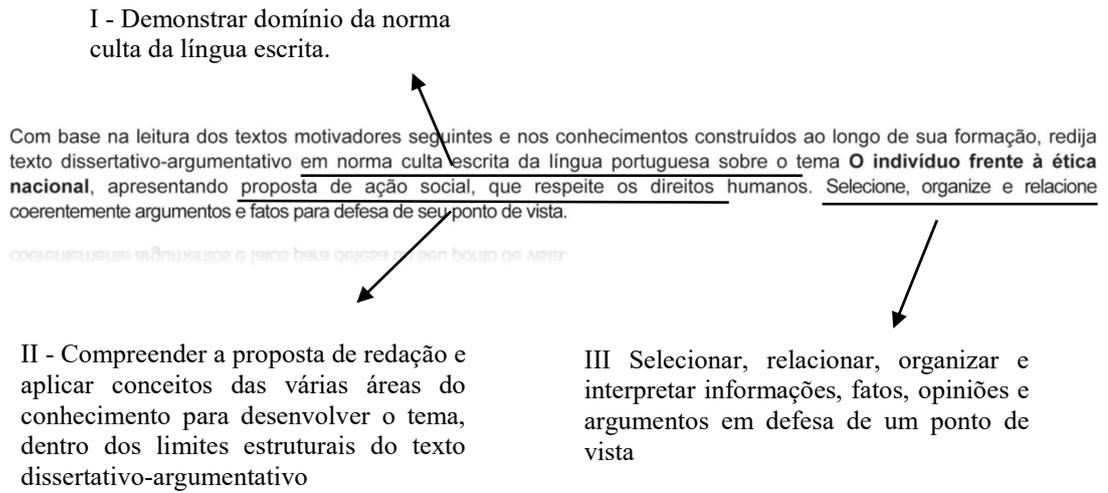


Figura nº 26 - Enunciado da proposta de redação – 2009
 Fonte: Inep

Nas edições de 2013, 2014 e 2015 um retângulo preenchido pela cor preta e posicionado verticalmente ao lado do primeiro enunciado, marca um acento nos comandos estipulados pelo Destinator.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão:

Figura 27 – Enunciado da edição 2013
 Fonte: INEP

→ Acento do comando referente a programação do enunciado



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Figura 28 – Enunciado da edição 2014
Fonte: INEP

→ Acento do comando referente a programação do enunciado



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%,

Figura 29 – Enunciado da edição 2015
Fonte: INEP

→ Acento do comando referente à programação do enunciado

As edições de 2009 e 2010 apresentaram o objetivo do candidato em elaborar uma proposta de ação social. Em 2011, foi uma conscientização social, depois alterada nas redações dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 para uma proposta de intervenção. Em todos os enunciados, o enunciador ordenava ao enunciatário que “respeite os direitos humanos”. O verbo *respeitar*, empregado no modo imperativo afirmativo, traz uma ordem ao candidato que não deve ser contrariada, caso contrário, haverá punições na nota final.

Os comandos dados pelo Destinator sempre envolvem a construção de um texto dissertativo-argumentativo com situações variadas do cotidiano. Nas edições de 2009 e 2010, o MEC esperava do candidato sugestões de ações no comportamento da sociedade. Em 2011, o pedido era para transformar o tema dado em um assunto público. Nas outras edições, o participante deveria propor ações que visassem o bem-estar na sociedade. Assim, em todos os exames, o participante deve defender uma tese apoiada em argumentos consistentes, demonstrando sua argumentação diante do que lhe é posto e estruturada de maneira coerente e coesa. Além disso, a produção deve atender as normas da escrita formal da Língua Portuguesa.

Ao retomarmos a plástica da expressão da proposta, na parte inferior da página, o candidato encontra outras instruções do Destinator, empregadas no modo Imperativo, com comandos que devem ser seguidos e as penalidades caso o candidato não os atenda a recomendação da prova. Nas edições dos anos de 2009 e 2010, o Destinator apresenta as seguintes instruções, como mostra a figura : a) o texto deve ser escrito à tinta, na folha própria; b) desenvolver o texto em prosa; não redija em narração, nem poema; c) texto com até sete linhas será considerado texto em branco; d) o texto deve ter no máximo 30 linhas; e) o rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.

INSTRUÇÕES

- Seu texto tem de ser escrito **à tinta**, na **folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.

Figura nº 30 – Instruções das edições dos anos de 2009 e 2010
Fonte: INEP

No percurso prescritivo das instruções, o MEC informa que a produção textual tem que ser escrita, feita à tinta e em espaço apropriado. O Destinator usa recursos gráficos no cromatismo preto, o que ressalta as expressões “à tinta” e “folha própria” conferindo um destaque ao que está sendo ordenado. Outros pontos ressaltados também no cromatismo preto dizem respeito a quantidade de linhas e do rascunho da produção. O MEC ressalta “30 linhas”, sendo o limite do texto e “rascunho” posicionando o candidato a ler a instrução sobre o fazer no espaço apropriado.

Está presente no enunciado das *Instruções* o pronome possessivo *seu*, que marca uma interação entre o destinador e o candidato conferindo-lhes uma certa proximidade no

enunciado por conta da relação *eu/tu* como em “seu texto tem de ser escrito à tinta [...]” e “desenvolva seu texto em prosa [...]”. Outro destaque está na modalidade do *dever* em que o MEC marca as instruções com expressões como “[...] tem de ser escrito à tinta [...]”, “O texto deve ter, no máximo, [...]” e “o rascunho da redação deve ser feito [...]”.

Observamos que a cada dois anos o MEC aumentava e/ou adaptava as instruções para a produção da redação. Nos anos de 2011 e 2012 foram incorporadas novas instruções ao aluno sobre a regência das ordens estabelecidas. Caso não fossem cumpridas, o Destinator atribuiria a ele a nota zero em redação.

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada “insuficiente” e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Figura nº 31 – Instruções das edições dos anos de 2011 e 2012

Fonte: INEP

Há um destaque gráfico nas instruções dadas pelo Destinator nos anos de 2013, 2014 e 2015 (figura 32). Com espaçamento diferenciado no texto das “Instruções”, em comparação às edições anteriores, e com cromatismo preto ressaltado, a oração “Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que” chega para organizar o sentido do texto subordinando a ela as instruções: a) tiver até sete linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”; b) fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo; c) apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos; d) apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

Figura nº 32 – Instruções das edições dos anos de 2013, 2014 e 2015

Fonte: INEP

PROPOSTA DE REDAÇÃO



Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O indivíduo frente à ética nacional**, apresentando proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione coerentemente argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.



Millôr Fernandes

Disponível em <http://www2.uol.com.br/millor>. Acesso em 14 jul. 2009.

Andamos demais acomodados, todo mundo reclamando em voz baixa como se fosse errado indignar-se.

Sem ufanismo, porque dele estou cansada, sem dizer que este é um país rico, de gente boa e cordata, com natureza (a que sobrou) belíssima e generosa, sem fantasiar nem botar óculos cor-de-rosa, que o momento não permite, eu me pergunto o que anda acontecendo com a gente.

Tenho medo disso que nos tornamos ou em que estamos nos transformando, achando bonita a ignorância eloqüente, engraçado o cinismo bem-vestido, interessante o banditismo arrojado, normal o abismo em cuja beira nos equilibramos — não malabaristas, mas palhaços.

LUFT, L. Ponto de vista. *Veja*. Ed. 1988, 27 dez. 2006 (adaptado).

Qual é o efeito em nós do "eles são todos corruptos"?

As denúncias que assolam nosso cotidiano podem dar lugar a uma vontade de transformar o mundo só se nossa indignação não afetar o mundo inteiro. "Eles são TODOS corruptos" é um pensamento que serve apenas para "confirmar" a "integridade" de quem se indigna.

O lugar-comum sobre a corrupção generalizada não é uma armadilha para os corruptos: eles continuam iguais e livres, enquanto, fechados em casa, festejamos nossa esplendorosa retidão.

O dito lugar-comum é uma armadilha que amarra e imobiliza os mesmos que denunciam a imperfeição do mundo inteiro.

CALLIGARIS, C. *A armadilha da corrupção*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> (adaptado).

INSTRUÇÕES

- Seu texto tem de ser escrito **à tinta**, na **folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O Trabalho na Construção da Dignidade Humana**, apresentando experiência ou proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

O que é trabalho escravo

Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzir carvão para a indústria siderúrgica, preparar o solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão de obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados "gatos". Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. Este segundo fator nem sempre é visível, uma vez que não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias que separam a propriedade da cidade mais próxima.

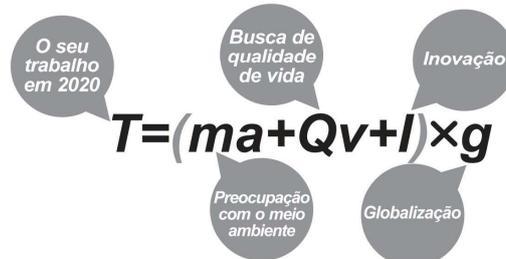
Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 02 set.2010 (fragmento).



O futuro do trabalho

Esqueça os escritórios, os salários fixos e a aposentadoria. Em 2020, você trabalhará em casa, seu chefe terá menos de 30 anos e será uma mulher

Felizmente, nunca houve tantas ferramentas disponíveis para mudar o modo como trabalhamos e, conseqüentemente, como vivemos. E as transformações estão acontecendo. A crise despedaçou companhias gigantes tidas até então como modelos de administração. Em vez de grandes conglomerados, o futuro será povoado de empresas menores reunidas em torno de projetos em comum. Os próximos anos também vão consolidar mudanças que vêm acontecendo há algum tempo: a busca pela qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, e a vontade de nos realizarmos como pessoas também em nossos trabalhos. "Falamos tanto em desperdício de recursos naturais e energia, mas e quanto ao desperdício de talentos?", diz o filósofo e ensaísta suíço Alain de Botton em seu novo livro *The Pleasures and Sorrows of Works* (Os prazeres e as dores do trabalho, ainda inédito no Brasil).



Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).

INSTRUÇÕES:

- Seu texto tem de ser escrito **à tinta, na folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **Rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**, apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Liberdade sem fio

A ONU acaba de declarar o acesso à rede um direito fundamental do ser humano – assim como saúde, moradia e educação. No mundo todo, pessoas começam a abrir seus sinais privados de *wi-fi*, organizações e governos se mobilizam para expandir a rede para espaços públicos e regiões onde ela ainda não chega, com acesso livre e gratuito.

ROSA, G.; SANTOS, P. *Galileu*. Nº 240, jul. 2011 (fragmento).

A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo *on-line* em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. "Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar numa rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado", acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.Life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para disseminar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <http://www.terra.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011 (adaptado).



DAHMER, A. Disponível em: <http://malvados.wordpress.com>. Acesso em: 30 jun. 2011.

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
 - O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em **até 30 linhas**.
 - A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada "insuficiente" e receberá nota zero.
 - A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Figura nº 35: Visualização dos enunciados – edição 2011
Fonte: INEP



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de "fazer a América" e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti



Disponível em: <http://mg1.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2012.

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1 400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil.

Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro.

Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114^º de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso.

OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada "insuficiente" e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

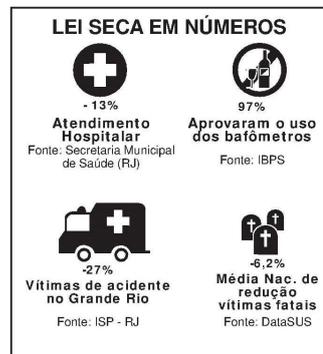
De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: www.dprf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.operacaoleiseca.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: www.operacaoleiseca.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem "a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço" e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. *A publicidade infantil deve ser proibida?* Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

TEXTO II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fontes: OMS e Conar/2013

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. *A criança e o marketing infantil*. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

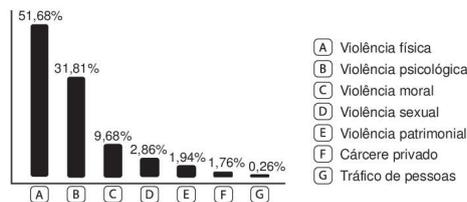
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012*. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Balanco 2014*. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializadas

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

33,4% de processos julgados

9.715 prisões em flagrante

1.577 prisões preventivas decretadas



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil

relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoeh.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Figura nº 39: Visualização dos enunciados – edição 2015
Fonte: INEP

Ao analisarmos esses dois enunciados, arranjados na parte alta e baixa da folha, encontramos um Destinator-programador com um percurso descritivo fornecido ao Destinatário.

A segunda reiteração que se percebe no Exame está por conta da escolha dos temas propostos pelo Destinator. Em linhas gerais, a cada edição, o MEC elabora um enunciado com tema sempre comentado e relevante para a sociedade brasileira, com tendências para abarcar temas nacionais. Entretanto, essa realidade não é apresentada de forma neutra para os candidatos. Pelo contrário, é marcada por um posicionamento valorativo de acordo com cada edição. O Destinator compromete o sujeito a entrar em conjunção com um determinado objeto de valor, ou seja, com o seu ponto de vista dado no temário e homologado pelos outros Destinadores presentes nos textos motivadores. Estamos assim nos referindo a um Destinator-manipulador.

Para elaborar a redação, é fundamental para o candidato ter conhecimento linguísticos e também estar informado de tudo o que acontece no país. Os conteúdos temáticos²¹ abordados no período da análise deste trabalho foram:

Edição	Tema
2009	O indivíduo frente à ética nacional.
2010	O Trabalho na Construção da Dignidade Humana.
2011	VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.
2012	O MOVIMENTO MIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI.
2013	“Efeitos da Implantação da lei seca no Brasil”.
2014	Publicidade infantil em questão no Brasil.
2015	“A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”.

Tabela nº 16 – Temas abordados nas propostas de redação
Fonte: elaborado pelo autor

21 – Para a elaboração da tabela, respeitou-se a forma como o MEC apresentou a grafia do tema na proposta de redação. Trata-se de uma reprodução fiel do que está colocado na proposta, respeitando o uso das aspas e as letras em maiúsculas.

A terceira reiteração é que o MEC opera as articulações de expressões de mais de uma linguagem em suas propostas de redação, delegando vozes a outros Destinatores, o que homologam o ponto de vista do Destinator maior com base no temário dado. Verifica-se a presença de textos produzidos pelo próprio governo, Organizações não governamentais e imprensa de circulação nacional.

Nas edições analisadas encontramos textos presentes que circulam pela sociedade. Conseqüentemente, todos esses textos estão ao alcance do candidato como é o caso do jornal e, principalmente, da Internet. Analisamos que a grande parte dos textos disponibilizados eram as notícias de jornais *online*, produzidas a partir da junção de várias linguagens (verbal, visual e espacial) em um arranjo único, com um único plano de conteúdo e de expressão. Desta maneira, o candidato que fará a redação do ENEM vive em contato na produção de textos com diferentes linguagens. Abaixo, está a lista de Destinatores presentes em nosso *corpus* e identificados com a sigla *Dtor*.

Ano	Cartaz	Charge	Fotografia	Gráficos	História em quadrinhos	Mapas	Publicidade	Texto verbal
2009		Dtor: Millor Fernandes						2 - Dtor: Revista Veja; Folha de S.Paulo
2010			Dtor: Reporter Brasil.org	Dtor: Revista galileu.globo.com				
2011					Dtor: Malvados.worldpress			Dtor: Revista Galileu; Portal Terra;
2012						Dtor: MG1.com		3 - Dtor: Museu da Imigração; Polícia Federal; Ipea.gov
2013	Dtor: RJ.gov						Dtor: Brasil.gov	Dtor: Polícia Rodoviária Federal; Governo Estado RJ;
2014						Dtor: Folha.uol		3 Dtor: BBC.co; Silva, A.M e Vasconcelos, L.R.
2015	Dtor: Compromissoeatitude.com			Dtor: Brasil.com e Isto É.com				2 - Dtor: Isto é Gente; Walselisz, J.J.

Tabela nº 17 : Relação das modalidades de diferentes linguagens

Fonte: elaborado pelo autor

De acordo com o nosso levantamento dos textos selecionados, verificamos que o MEC faz o uso de três gráficos nas propostas de redação dentro do período analisado. Outros textos com usos de linguagens que se destacaram foram o cartaz e o mapa, usados duas vezes cada um pelo destinador em suas propostas de redação. Por fim, os enunciados tiveram a presença de charge, fotografia, história em quadrinhos e publicidade. Cada um desses textos apareceram uma vez em nossa análise. O que temos são diferentes modalidades textuais com diferentes usos de linguagens. Cada linguagem mobiliza diferentes competências e habilidades, exigindo do sujeito o domínio da leitura do verbal, do entendimento da contextualização de mapas, cartazes, diagramas juntos com outras linguagens. Essa parametrização já foi determinada pelo governo no que tange ao documento *Orientações curriculares para o ensino médio*, ou seja, se houve um aprendizado do aluno sobre os saberes de textos que circulam socialmente, recorrendo a diferentes universos semióticos (Brasil, 2006). O documento ainda completa,

Propiciar ao aluno o refinamento de habilidades de leitura e de escrita, de fala e de escuta. Isso implica tanto a ampliação contínua de saberes relativos à configuração, ao funcionamento e à circulação dos textos quanto ao desenvolvimento da capacidade de reflexão sistemática sobre a língua e a linguagem. (Brasil, 2006, p. 18)

Depreendemos por uso que o MEC selecionou diferentes formas de expressão das linguagens em diferentes modos de expressão, que integram a vida diária dos candidatos que são rodeados em seus contatos com o mundo natural por meio de textos similares e que estariam assim no seu universo de leitura.

3. PRODUÇÃO DE SENTIDO DOS TEXTOS MOTIVADORES

Ao compreendermos que a enunciação é ato fundador do discurso e enunciar já é tomar posição em relação a um ponto de vista, então, como se relacionam os diversos sistemas expressivos que compõem a proposta de redação que atuam sincretizados na formação do arranjo da expressão para construir o ponto de vista do Destinator?

Para esse questionamento, partimos para a investigação da enunciação global formada pela articulação entre os textos motivadores. Ocupando a centralidade da folha e englobados pelos enunciados invariáveis da proposta de redação, conforme alisados no capítulo anterior, os textos disponibilizados pelo MEC ocupam o espaço geométrico com variações de importância na organização espacial.

Ao todo são analisadas sete edições do Exame Nacional, no período de 2009 a 2015. São elas:

3.1 O indivíduo frente à ética nacional, edição do ano 2009

PROPOSTA DE REDAÇÃO



Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O indivíduo frente à ética nacional**, apresentando proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione coerentemente argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.



Millôr Fernandes

Disponível em <http://www2.uol.com.br/millor>. Acesso em 14 jul.2009.

Andamos demais acomodados, todo mundo reclamando em voz baixa como se fosse errado indignar-se.

Sem ufanismo, porque dele estou cansada, sem dizer que este é um país rico, de gente boa e cordata, com natureza (a que sobrou) belíssima e generosa, sem fantasiar nem botar óculos cor-de-rosa, que o momento não permite, eu me pergunto o que anda acontecendo com a gente.

Tenho medo disso que nos tornamos ou em que estamos nos transformando, achando bonita a ignorância eloqüente, engraçado o cinismo bem-vestido, interessante o banditismo arrojado, normal o abismo em cuja beira nos equilibramos — não malabaristas, mas palhaços.

LUFT, L. Ponto de vista. *Veja*. Ed. 1988, 27 dez. 2006 (adaptado).

Qual é o efeito em nós do "eles são todos corruptos"?

As denúncias que assolam nosso cotidiano podem dar lugar a uma vontade de transformar o mundo só se nossa indignação não afetar o mundo inteiro. "Eles são TODOS corruptos" é um pensamento que serve apenas para "confirmar" a "integridade" de quem se indigna.

O lugar-comum sobre a corrupção generalizada não é uma armadilha para os corruptos: eles continuam iguais e livres, enquanto, fechados em casa, festejamos nossa esplendorosa retidão.

O dito lugar-comum é uma armadilha que amarra e imobiliza os mesmos que denunciam a imperfeição do mundo inteiro.

CALLIGARIS, C. *A armadilha da corrupção*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> (adaptado).

INSTRUÇÕES

- Seu texto tem de ser escrito **à tinta**, na **folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.

No ato da ocupação do espaço da folha, os sentidos captam a ação do Destinator em seu projeto gráfico ao estampar com artigos e uma ilustração com uma ordem de valor no que se refere ao tema da edição de 2009 “O indivíduo frente à ética nacional”.

Dois retângulos com dois lados mais longos na horizontal e dois menores na vertical, com textos verbais extraídos dos veículos de comunicação nacional *Veja* e *Folha de S.Paulo*, sustentam um quadrado com os quatro lados do mesmo tamanho com uma imagem verbo-visual publicada pelo site *UOL* e localizado na parte superior do espaço reservado aos textos motivadores.

Na diagramação a ilustração assinada por Millor Fernandes é logo percebida por esse quadrado que chama a atenção do leitor. Em seu arranjo interno, o texto verbal se harmoniza visualmente com a imagem sendo um vazio esmaecido e cinzento, ocupando quase que toda a lateral direita interna do quadrante e quase que envolvendo a figura de uma pessoa projetada na centralidade superior em meio as linhas sinuosas horizontais dispostas por toda ilustração. Grafadas em tom preto, a figura e as linhas irregulares contrastam com o cromatismo cinza. Essa articulação entre esses elementos produzem o sentido de um sertão, de um deserto, ou de um ambiente inabitável e, assim, acaba por marcar o distanciamento do sujeito com os demais integrantes da sociedade.



Millor Fernandes

Disponível em <http://www2.uol.com.br/millor>. Acesso em 14 jul.2009.

Figura 41: análise da Ilustração – texto motivador

Fonte: INEP

Ao produzir a ilustração, Millor Fernandes reforça o sentido de solidão ao estampar o texto verbal “SÓ LIDAR COM GENTE HONESTA, MEU DEUS, QUE SOLIDÃO!”. A oração é praticamente um holofote que ilumina o sentido de uma pessoa em meio a tantas pessoas desonestas já que aquelas parecem estar em extinção. Outro revestimento de valor está instalado no substantivo “gente”. Semanticamente, a palavra não está relacionada apenas aos

políticos como desonestos, mas sim a maioria da população. Esse trecho verbal é homologado com a expressão “meu deus” e em seguida pelo uso do ponto de exclamação “!” no final da frase, revelando a constatação, surpresa, ou até mesmo horror em que o autor sente solitário na sociedade. O processamento desse sincretismo se dá por *paralelismo*, a partir do modo como a articulação de formantes produz *correspondência* entre os traços, produzindo sentido de “montes de areia” presentes em um deserto.

Na sequência da leitura, o ENEM apresenta um trecho adaptado de um artigo de opinião da articulista Lia Luft para a revista *Veja*, publicada em 2005. No texto, a autora apresenta o comodismo do brasileiro ao reclamar, apenas baixinho, a respeito do que pensa ser errado.

Andamos demais acomodados, todo mundo reclamando em voz baixa como se fosse errado indignar-se.
Sem ufanismo, porque dele estou cansada, sem dizer que este é um país rico, de gente boa e cordata, com natureza (a que sobrou) belíssima e generosa, sem fantasiar nem botar óculos cor-de-rosa, que o momento não permite, eu me pergunto o que anda acontecendo com a gente.
Tenho medo disso que nos tornamos ou em que estamos nos transformando, achando bonita a ignorância eloqüente, engraçado o cinismo bem-vestido, interessante o banditismo arrojado, normal o abismo em cuja beira nos equilibramos — não malabaristas, mas palhaços.

LUFT, L. Ponto de vista. *Veja*. Ed. 1988, 27 dez. 2006 (adaptado).

Figura 42: Análise do texto verbal - 2009
Fonte: INEP

A articulista se aproxima do destinatário em uma estratégia enunciativa que cria uma relação entre os actantes do tipo *eu-tu*, optando pelo uso do de *nós* (*eu + tu*) ao fazer uso dos verbos *andamos*, *tornamos*, *estamos* e *equilibramos*. Desta forma, a aproximação do sentido se dá na espacialização com a expressão *todo mundo reclamando*, ou seja, todas as pessoas situadas na temporalização do *agora* e do *aqui*.

O Destinador maior coloca esse texto verbal da revista *Veja* como que para provocar o candidato em sua reflexão. Para que a estratégia funcione, o enunciador opera um *fazer-criar* com imagens negativas sobre o enunciatário ao instalar valores no enunciado em que todas as pessoas, incluindo o leitor, possa ver que são capazes de reclamar alto, nas ruas, com multidões, mas parece que tudo amornou de acordo com as palavras de Lia Luft. Para que o leitor entre em conjunção com objeto de valor, Lya Lyft critica o ufanismo e reforça o discurso informando que o Brasil é o país do futuro composto por pessoas boas e cordatas. O sentido é reforçado mais ainda quando o enunciador expressa o sentimento de medo em que a população possa se transformar em ignorantes e palhaços do que ocorre de errado no nosso país.

Já o terceiro texto motivador coloca em xeque-mate a presença do leitor, usando o pronome “nós”, logo no título “Qual é o efeito em nós”. Completando o título que se apresenta

em cor destacada em relação ao corpo do texto, Contardo Calligaris aborda o efeito de sentido que a oração “eles são todos corruptos” tem na população, já que é “eles” e não “nós”, o que aproxima os actantes *eu-tu* na apreensão do sentido, no tempo *aqui* e *agora*. A presença das aspas em parte do título marca um pensamento, um distanciamento de quem se julga íntegro e está indignado com a corrupção. Esse sentido usando o pronome “eles” isenta a culpa da *Folha* e do próprio leitor, já que ele está situado no texto pelo tempo verbal em primeira pessoa do plural, em elegê-los e em deixá-los fazer o que fazem, como se nada tivéssemos com isso e como se não houvesse nada a fazer.

Qual é o efeito em nós do "eles são todos corruptos"?

As denúncias que assolam nosso cotidiano podem dar lugar a uma vontade de transformar o mundo só se nossa indignação não afetar o mundo inteiro. "Eles são TODOS corruptos" é um pensamento que serve apenas para "confirmar" a "integridade" de quem se indigna.

O lugar-comum sobre a corrupção generalizada não é uma armadilha para os corruptos: eles continuam iguais e livres, enquanto, fechados em casa, festejamos nossa esplendorosa retidão.

O dito lugar-comum é uma armadilha que amarra e imobiliza os mesmos que denunciam a imperfeição do mundo inteiro.

CALLIGARIS, C. A armadilha da corrupção. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> (adaptado).

Figura 43 – Análise do texto verbal – 2009

Fonte: INEP

Como no primeiro texto usado do Millor Fernandes projeta o enunciado em terceira pessoa do singular, no tempo de *então* e no espaço *lá*, é dito *enunciado enunciado*. Desta forma, o Destinator mantém um efeito de distanciamento do sujeito da enunciação e de um certo *monologismo* com verdades *únicas* e *objetivas*. Assim, são construídas interações com efeitos de objetividade e, predominantemente, racional. Como, por exemplo, quando o enunciador diz “Só lidar com gente honesta, meu deus, que solidão!”, não há uma aproximação entre os sujeitos, muito pelo contrário, é colocado em um estado de solidão e com valores de honestidades preenchidas em sua manifestação o que lhe distancia na enunciação.

Já nos textos seguintes, Lia Luft e Contardo Calligaris projetam o discurso tanto em primeira quanto em terceira pessoa, embora tenha predominância da primeira pessoa e no tempo *agora* e no espaço *aqui*, o que caracteriza uma *enunciação enunciada*. Desta forma, a estratégia adotada é produzir um efeito de sentido de aproximação da enunciação e criar uma relação dialógica entre os sujeitos (enunciador e enunciatário). Tanto Lia Luft, pelo site *UOL*, quanto Contardo Calligaris, pela *Folha de S.Paulo*, projeta o leitor no texto e o aproxima do sentido quando são escolhidos procedimentos na ordem da sintaxe como “andamos demais acomodados” (texto motivador número 2) o que atribui o sentido de responsabilidade e em

“qual é o efeito em nós” (título do terceiro texto motivador) se aplica um estado de causa e efeito em todo mundo, incluindo o próprio enunciatário no sentido do texto.

A estratégia enunciativa do Destinator (MEC) foi elaborar um arranjo de sentidos em que outros Destinadores confirmassem os valores pretendidos pelo Mistério da Educação com base na temática dada na proposta de redação. Para se chegar nessa totalidade de sentido, a interação entre o enunciar e enunciatário, via proposta de redação, deixa de ser simplesmente uma interação programada, como ocorre com o conjunto de comandos presentes dos dois enunciados da proposta (presentes no alto e na parte baixa da folha), e passa a ser vista como um regime de sentido fundado na manipulação. Nesse regime, a manipulação ocorre por estratégia em que a finalidade foi de convencer o enunciatário da verdade do discurso enunciado para fazê-lo crer mediante o princípio da intencionalidade instalado na totalidade de sentidos dos textos articulados na proposta de redação. O candidato se projeta nessa solidão, ao mergulhar nos sentidos dos textos de Millor Fernandes, passa por Lya Luft e termina com Contardo Calligaris.

3.2 O trabalho na construção da dignidade humana, edição do ano 2010



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da língua portuguesa sobre o tema **O Trabalho na Construção da Dignidade Humana**, apresentando experiência ou proposta de ação social, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

O que é trabalho escravo

Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzir carvão para a indústria siderúrgica, preparar o solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão de obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados “gatos”. Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. Este segundo fator nem sempre é visível, uma vez que não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias que separam a propriedade da cidade mais próxima.

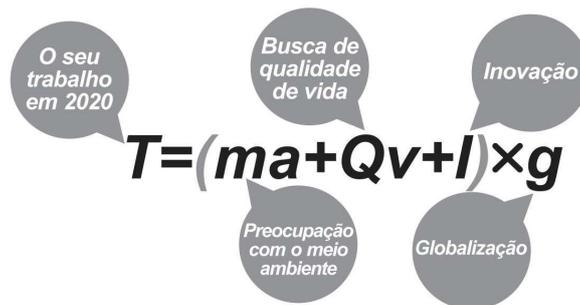
Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 02 set.2010 (fragmento).



O futuro do trabalho

Esqueça os escritórios, os salários fixos e a aposentadoria. Em 2020, você trabalhará em casa, seu chefe terá menos de 30 anos e será uma mulher

Felizmente, nunca houve tantas ferramentas disponíveis para mudar o modo como trabalhamos e, consequentemente, como vivemos. E as transformações estão acontecendo. A crise despedaçou companhias gigantes tidas até então como modelos de administração. Em vez de grandes conglomerados, o futuro será povoado de empresas menores reunidas em torno de projetos em comum. Os próximos anos também vão consolidar mudanças que vêm acontecendo há algum tempo: a busca pela qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, e a vontade de nos realizarmos como pessoas também em nossos trabalhos. “Falamos tanto em desperdício de recursos naturais e energia, mas e quanto ao desperdício de talentos?”, diz o filósofo e ensaísta suíço Alain de Botton em seu novo livro *The Pleasures and Sorrows of Works* (Os prazeres e as dores do trabalho, ainda inédito no Brasil).



Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).

INSTRUÇÕES:

- Seu texto tem de ser escrito à **tinta**, na **folha própria**.
- Desenvolva seu texto em prosa: não redija narração, nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O **Rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.

A edição de 2010 solicita ao candidato uma redação apresentando uma experiência dele mesmo, ou uma proposta de ação social sobre o “O trabalho na construção da dignidade humana”. O tema que subjaz a proposta já aparece nos títulos verbais dos textos motivadores como “O que é trabalho escravo” e “O futuro do trabalho”, publicado respectivamente pelo site *Repórter Brasil* e pela *Revista Galileu*.

Ao tomar a folha da redação, os olhos praticamente fazem um sobe e desce na diagonal da página atraídos por duas imagens, levando a visão a se fixar nelas por um tempo maior (figura 45). Revestidas de um conteúdo semântico diferentes, ambas as imagens funcionaram como uma porta de entrada à percepção visual do candidato.

O que é trabalho escravo
Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzir carvão para a indústria siderúrgica, preparar o solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão de obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados “gatos”. Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. Este segundo fator nem sempre é visível, uma vez que não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias que separam a propriedade da cidade mais próxima.

Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 02 set.2010 (fragmento).



O futuro do trabalho
Esqueça os escritórios, os salários fixos e a aposentadoria. Em 2020, você trabalhará em casa, seu chefe terá menos de 30 anos e será uma mulher

Felizmente, nunca houve tantas ferramentas disponíveis para mudar o modo como trabalhamos e, conseqüentemente, como vivemos. E as transformações estão acontecendo. A crise despedaçou companhias gigantes tidas até então como modelos de administração. Em vez de grandes conglomerados, o futuro será povoado de empresas menores reunidas em torno de projetos em comum. Os próximos anos também vão consolidar mudanças que vêm acontecendo há algum tempo: a busca pela qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, e a vontade de nos realizarmos como pessoas também em nossos trabalhos. “Falamos tanto em desperdício de recursos naturais e energia, mas e quanto ao desperdício de talentos”, diz o filósofo e ensaísta suíço Alain de Botton em seu novo livro *The Pleasures and Sorrows of Works* (Os prazeres e as dores do trabalho, ainda inédito no Brasil).

Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).

Pontos perceptivos que atraem os olhos do leitor



Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).

Figura nº 45 – Campos de percepção visual
Fonte: elaborado pelo autor

A primeira imagem, instalada no canto direito e superior da folha em um cromatismo cinzento que mescla tonalidades mais claras com tons mais escuros, traz a figuratividade de um homem vestido com uma camiseta rasgada em suas costas, além de

diversos furos no tecido que produzem um sentido de roupa surrada, velha, desgastada e que leva o candidato ao pensamento de uma rotina sofrida de trabalho pesado. Logo acima da camiseta, no pescoço do ator da cena enunciativa, marcas rugadas e maltratadas na pele podem inferir que trata-se de um homem marcado pelo trabalho duro em condições insalubres.

A diagramação não apresenta o Destinator da imagem que divide o espaço superior da área gráfica com o texto verbal publicado pelo site *Repórter Brasil*. Alinhada à direita da linguagem verbal, a imagem não possui a identificação de origem de publicação, o que nos leva ao questionamento se ela faz parte do primeiro texto motivador, ou se foi arranjada no espaço na tentativa de ilustrar o tema. Outro ponto que confere a independência da imagem está no título do texto verbal, alinhado à esquerda da folha, o que não compartilha com a ilustração o comando da subordinação como mostra a figura 46.

Título centralizado à esquerda da folha e não opera como suporte à imagem, ou comando à imagem.



O que é trabalho escravo

Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzir carvão para a indústria siderúrgica, preparar o solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão de obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados “gatos”. Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. Este segundo fator nem sempre é visível, uma vez que não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias que separam a propriedade da cidade mais próxima.

Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 02 set.2010 (fragmento).



Ausência de legenda com identificação da imagem, ou origem da publicação.

Figura 46: Análise da relação entre as linguagens verbal e visual
Fonte: elaborado pelo autor

Entretanto, os sentidos apreendidos por conta da plástica da camiseta indicam que os formantes da expressão atuam nas relações de *justaposição* o que confere o sentido de “sofrimento” quando correlacionado aos formantes da figura do homem, no que apontam o desgaste da pele humana e, na totalidade da imagem, o sentido passa a ser processado por *paralelismo* com o título do texto verbal, explicitando o sentido da imagem que atua em uma correlação de similaridade entre o visual e o verbal.

Embora oficialmente abolida há mais de um século, a escravidão persiste no país, degradando trabalhadores que, sem alternativa de sobrevivência, são mantidos reféns de fazendeiros que os submetem a condições sub-humanas de trabalho. Essa é a tese defendida pelo primeiro texto verbal que trouxe a definição de trabalho escravo, lembrando o período de escravidão no Brasil, o término dela com a assinatura da Lei Áurea e sua realidade atual.

O que é trabalho escravo

Escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, persistiram situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzir carvão para a indústria siderúrgica, preparar o solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão de obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados “gatos”. Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade. Este segundo fator nem sempre é visível, uma vez que não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias que separam a propriedade da cidade mais próxima.

Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 02 set.2010 (fragmento).



Figura 47: primeiro texto motivador - 2010

Fonte: INEP

Para confirmar o temário dado, o MEC faz uso do trabalho do site *Reporter Brasil*, um membro da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo de São Paulo e da Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo de São Paulo.

No texto verbal, o enunciador opera um *fazer-criar* no enunciatório ao abordar que ainda há situações de trabalho escravo no Brasil nas quais os trabalhadores são submetidos a regimes de trabalho humilhantes, em péssimas condições, sem nenhum direito trabalhista

garantido e proibidos, de diversas maneiras, de saírem desta situação. Para dar credibilidade ao sujeito do crer, o enunciador usa de estratégia argumentativa por ilustração reforçando a ideia de escravidão como aceita. A axiologia do texto é evidenciada quando o enunciador usa o trecho “trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cercamento da liberdade”. Assim, a relação de oposição entre *trabalho* versus *escravidão*, ou *escravidão* versus *liberdade* surge no enunciado.

O texto aborda ainda a impunidade que caracteriza essa forma de exploração, já que o aliciamento dos trabalhadores seria feito por meio dos chamados “gatos”, a saber, empreiteiros que responderiam pela contratação dos empregados, isentando os fazendeiros de eventuais responsabilidades. Trata-se, logo, de uma forma de colocar em questão os recursos aos valores da sociedade. Devemos lembrar, no entanto, que os valores são sempre condicionados a uma época e, conforme a segunda linha do texto que vem logo embaixo do título da matéria, “a escravidão contemporânea é o trabalho degradante que envolve cerceamento da liberdade”. Logo, a conclusão de acordo com o enunciador é “não mais se utilizam correntes para prender o homem à terra, mas sim ameaças físicas, terror psicológico ou mesmo as grandes distâncias”.

A relação entre enunciador e enunciatário está por conta das escolhas enunciativas organizadas nas categorias de pessoa *ele*, no tempo *então* e no espaço *lá*. Esse tipo de escolha como sendo *enunciado enunciado* produz um efeito de distanciamento na enunciação e marca o autoritarismo de uma verdade única por parte do enunciador. Desta forma, as interações entre os sujeitos são predominantemente racionais.

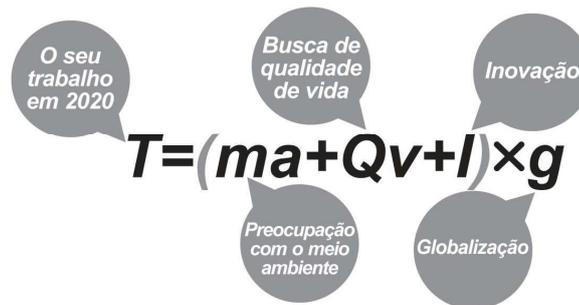
Contra-pondo-se ao sentido disfórico do cenário anterior da primeira análise, o segundo texto motivador traça perspectivas promissoras para o trabalhador do futuro, habitante das metrópoles, que poderá ver seu talento devidamente valorizado em atividades que primam pela qualidade de vida e pelo respeito ao meio ambiente, sem deixar de lado a possibilidade de realização pessoal por meio do trabalho.

O Destinator aborda o tema envolvendo um simulacro existente na sociedade machista. Por meio da oração “...você trabalhará em casa, seu chefe terá menos de 30 anos e será uma mulher”, situada após o título “O futuro do trabalho”, o sentido é dado às mulheres jovens que terão suas habilidades reconhecidas, pondo fim à discriminação que há tanto tempo vitima o gênero feminino.

O futuro do trabalho

Esqueça os escritórios, os salários fixos e a aposentadoria. Em 2020, você trabalhará em casa, seu chefe terá menos de 30 anos e será uma mulher

Felizmente, nunca houve tantas ferramentas disponíveis para mudar o modo como trabalhamos e, conseqüentemente, como vivemos. E as transformações estão acontecendo. A crise despedaçou companhias gigantes tidas até então como modelos de administração. Em vez de grandes conglomerados, o futuro será povoado de empresas menores reunidas em torno de projetos em comum. Os próximos anos também vão consolidar mudanças que vêm acontecendo há algum tempo: a busca pela qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, e a vontade de nos realizarmos como pessoas também em nossos trabalhos. “Falamos tanto em desperdício de recursos naturais e energia, mas e quanto ao desperdício de talentos?”, diz o filósofo e ensaísta suíço Alain de Botton em seu novo livro *The Pleasures and Sorrows of Works* (Os prazeres e as dores do trabalho, ainda inédito no Brasil).



Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 02 set. 2010 (fragmento).

Figura 48: segundo texto motivador - 2010

Fonte: INEP

Publicado pela *revista Galileu*, um veículo de comunicação que traz informações gerais sobre os mais diversos assuntos, o enunciador opera mecanismos que colocam o enunciatário como parte integrante da enunciação utilizado marcas linguísticas como “esqueça o escritório”, “você trabalhará em casa”, “felizmente, nunca houve tantas ferramentas disponíveis para mudar o modo como trabalhamos”. Essa organização das categorias de pessoa na relação *eu-tu*, com o tempo *agora* e no espaço *aqui* situam o leitor em uma posição mais próxima da enunciação. Essa instância da *enunciação enunciada* provoca no candidato a sensação como se ele (leitor) fosse projetado em uma nova esfera sensorial no momento da apreensão do sentido. Para tanto, o enunciador já inicia o parágrafo com otimismo ao colocar o advérbio “felizmente” provando o contentamento dele (enunciador) frente às ferramentas disponíveis “para mudar o modo como trabalhamos”. Mais uma vez, a escolha da primeira pessoa do plural coloca o leitor no discurso de uma forma eufórica.

Há o uso da intertextualidade no tipo por citação em que o enunciador integra a voz de um especialista em assuntos trabalhistas. Esse recurso argumentativo serve para aumentar a credibilidade do enunciador sobre o que está sendo discutido no texto. De acordo com a matéria, “falamos tanto em desperdício de recursos naturais e energia, mas e quanto ao desperdício de talentos?”.

Todas essas escolhas enunciativas são feitas para operar uma manipulação por tentação em que é posto em prática a axiologia em que destinador julga que o destinatário deseja. Afinal, as pessoas desejam ter os direitos trabalhistas garantidos, mesmo trabalhando mais e de todo o lugar com o “auxílio” de celulares, *tablets* e *notebooks*. Graças a globalização e os recursos proporcionados pelos avanços da tecnologia, qualquer pessoa poderá participar de uma reunião por meio de uma videoconferência, mesmo que ela esteja presa no táxi, por exemplo.

Para finalizar o texto, o candidato ainda encontra uma fórmula aplicada pelo enunciador com o futuro do trabalho. Essa fórmula apresenta letras grandes, destacadas na cor preta, e identificadas cada uma com uma circunferência com explicação sobre o que cada letra da fórmula representa. Surge uma equação para o enunciatário resolver. De acordo com a ilustração, trata-se da soma entre a preocupação com o meio ambiente, mais a busca de qualidade de vida e mais a inovação. Todos esses fatores multiplicados pela globalização resultarão em seu trabalho no ano de 2020. O sentido apreendido é que o empregado também mudará ou já está mudando. Assim, de acordo com o Destinador, nos importaremos mais com a nossa qualidade de vida, com o meio ambiente e, os mais jovens, vão deixar para pensar na aposentadoria bem mais tarde do que seus pais, por exemplo, e não ficarão preocupados em mudar muito de emprego, pois acham que isso “não suja a carteira”, ou seja, esse texto vê o trabalho de maneira mais otimista, com vantagens, mesmo que trabalhemos mais (talvez mais no que gostamos, não pensando tanto em salário), embora possamos nos tornar escravos das novas tecnologias.

Na relação entre os dois textos motivadores, há uma atenuação dos coeficientes de significados que operam a reunião dos sentidos das diferenças por oposição, que estão justapostos, mas operando nas modificações sensíveis das variáveis do sentido. Enquanto o primeiro texto motivador aborda o trabalho escravo e com o distanciamento do leitor, o segundo texto insere o leitor na enunciação e provoca um sentido otimista quanto o futuro do trabalho no Brasil.

3.3 Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado, edição do ano 2011



PROPOSTA DE REDAÇÃO

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**, apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Liberdade sem fio

A ONU acaba de declarar o acesso à rede um direito fundamental do ser humano – assim como saúde, moradia e educação. No mundo todo, pessoas começam a abrir seus sinais privados de *wi-fi*, organizações e governos se mobilizam para expandir a rede para espaços públicos e regiões onde ela ainda não chega, com acesso livre e gratuito.

ROSA, G.; SANTOS, P. *Galileu*. Nº 240, jul. 2011 (fragmento).

A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo *on-line* em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. “Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar numa rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado”, acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.Life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para disseminar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <http://www.terra.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011 (adaptado).



DAHMER, A. Disponível em: <http://malvados.wordpress.com>. Acesso em: 30 jun. 2011.

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito à **tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada “insuficiente” e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

O tema proposto pelo MEC para a redação do ano de 2011 foi “VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO”. Nessa edição, o Destinator solicitou na proposta de redação um posicionamento diferente das edições anteriores. Até então o que o MEC pedia era uma “proposta de ação social”. Desta vez, além de se posicionar em relação ao tema, o candidato deveria apresentar uma “proposta de conscientização social”. A palavra “conscientização” é preenchida em sua semântica por significados que levam o candidato a estar ciente, isto é, a ter conhecimento sobre algo e a partir daí, passar a refletir, julgando o que está certo ou errado. Assim, o aluno poderia indicar possíveis formas de promover a coexistência harmoniosa do público e do privado nas redes sociais.

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**, apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Figura nº 50 – enunciado 2011
Fonte: INEP

Para concretizar o tema, o MEC fez uso de matérias publicadas pela *Revista Galileu* e pelo site *Terra*, que publicam informações gerais sobre os mais diversos assuntos (tecnologia, ciência, saúde, comportamento e informática), mas não são veículos especializados em alguma área do conhecimento. Há também a presença de uma tirinha extraída da obra *Quadrinhos dos anos 10*, publicada pelo desenhista André Dahmer no blog *Malvados*. Esses textos estão arranjados no espaço gráfico em dois retângulos, com cada um deles formado por duas linhas horizontais maiores que as duas verticais e preenchidos com texto verbal. Abaixo da centralidade do campo visual, um terceiro retângulo feito por linhas negras na horizontal maiores que as linhas verticais, é dividido por outras duas linhas verticais que, juntas, produzem a associação de três quadrados preenchidos por textos verbo-visuais, a tirinha.

O campo perceptivo da superfície da folha é logo percebido pelo candidato ao enxergar a tirinha, situada no campo inferior da página. Dividida em três quadrados, o cromatismo cinza é logo interrompido ao perceber a figura de um homem e texto verbal em cada quadrinho.

No primeiro quadro o actante apresenta uma expressão facial de seriedade e olha para a câmera como se estivesse em seu pensar. Esse sentido é construído pela relação de *reunião* entre as correspondências com os sentidos que se completam entre a linguagem visual

e a linguagem verbal “Malditas câmeras, somos monitorados o tempo todo!”. No texto verbal, o candidato é colocado no discurso quando o enunciador usa o verbo “ser” em primeira pessoa do plural (somos), ou seja, produz o sentido que todos nós passamos por esse monitoramento.

No segundo quadro, o ambiente permanece o mesmo, mas há uma mudança da expressão facial e da gestualidade do homem contrastando com a expressão do quadro anterior. Por meio da gestualidade, o actante abre os braços como se estivesse apelando para quem estivesse atrás da câmera. No plano de conteúdo, esse actante atua no papel de interlocutor na enunciação e coloca novamente o candidato no discurso ao fazer uso do texto verbal como “se você”, “podemos”, “juntos” e “podemos lutar contra a Sociedade do Controle”. A inquietação deste sujeito é o pano de fundo que mescla os dois quadros e entra em oposição no final da narrativa.

Entre os quadros um e dois há uma estratégia em que as linguagens do verbal e do visual se unem para criar uma única isotopia a que dá a esperança ao enunciatário de lutar contra esse monitoramento.

Entretanto, em relação ao último quadrinho, depreende-se uma estratégia polêmica em que o visual age de forma contraditória ao verbal instalado em toda narrativa. Assim, compreende-se que o quadro promove a figuratividade do olhar preocupado de um homem como sendo um profissional de segurança, um vigia. Entretanto, esse sujeito também está sendo monitorado pela câmera. No plano do conteúdo, observamos pela expressão do sujeito que ele também não está contente por ser vigiado. Essa oposição se dá pelo fato dos quadros anteriores promoverem o sentido de que quem exerce a função de vigiar até então não seria vigiado. Entretanto, essa oposição é o ápice desta história em quadrinhos.



DAHMER, A. Disponível em: <http://malvados.wordpress.com>. Acesso em: 30 jun. 2011.

Figura 51: terceiro texto motivador - 2011
Fonte: INEP

Ao deixarmos a imersão nos sentidos apreendidos pela linguagem verbo-visual, traçamos nossa rota de leitura tradicional. Localizado no alto da página, o primeiro texto motivador traz em seu título “Liberdade sem fio”. O termo “liberdade” denota a ausência de submissão e de servidão, ou conforme o contexto global, surge então outra perspectiva que é a autonomia, que pode ser compreendida em que o computador não estará mais conectado por fio (como diz o próprio título), ou as pessoas terão acesso livre gratuito nos espaços públicos promovidos pelo governo.

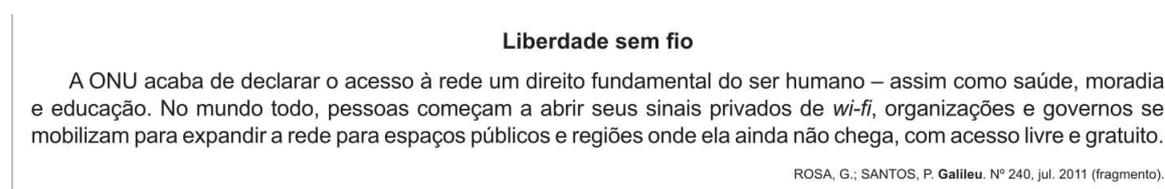


Figura 52: primeiro texto motivador - 2011
Fonte: INEP

A estratégia do MEC é fornecer argumentos que ressaltam a importância fundamental da Internet para a sociedade atual. Para tanto, foi colocado um texto verbal em que o Destinatador (*Revista Galileu*) traz fatos que comprovem essa tese. No conjunto das estratégias enunciativas das categorias de pessoa *ele*, no tempo *então* e no espaço *lá*, essa interação de *enunciado enunciado* promove o distanciamento do leitor da enunciação e provoca um autoritarismo na verdade aqui instalada. Para isso, a enunciação conta com o recurso da intertextualidade por paráfrase em que a ONU declarou o acesso à rede um direito fundamental do ser humano. E mais, o enunciador também cita exemplos de acesso à Internet como nos setores de saúde, educação e moradia e diz ainda que governos e organizações estão abrindo seus sinais de *wi-fi* a fim de proporcionar ao povo o livre acesso à Internet. A manipulação operada neste texto verbal se dá pela intimidação, em que o sujeito 1 (ONU) opera no sujeito 2 (organizações) e sujeito 3 (governo) um *dever fazer* para que o sujeito entre em conjunção com o objeto de valor, ou seja, o acesso livre e gratuito à Internet.

O segundo texto motivador tem o foco como sendo o uso da Internet, principalmente das redes sociais, tão populares entre os brasileiros. O Destinatador traz um texto verbal em que o site *Terra* confirma o que o MEC quer imprimir de ideias ao candidato em relação ao tema da proposta de redação.

A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo *on-line* em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. “Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar numa rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado”, acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.Life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para disseminar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <http://www.terra.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011 (adaptado).

Figura 53: segundo texto motivador - 2011
Fonte: INEP

O destinador *Terra*, site que publicou a matéria com o título “A Internet tem ouvidos e memória”, opera na intertextualidade ao parafrasear dados de pesquisa e por trazer para o texto verbal citação de um especialista, o que reforçam a credibilidade da matéria. Para informar que as pessoas dos Estados Unidos passam mais tempo conectado à Internet do que assistindo à televisão, o site *Terra* publica resultados de uma pesquisa feita pela consultoria *Forrester Research*. Na sequência da narrativa, o enunciador ainda ressalta no texto verbal que no Brasil 72% dos usuários pretendem criar, acessar e manter um perfil em uma rede social. Para isso, o enunciador busca essa homologação da informação nos dados do *Ibope Mídia*. O texto afirma os valores de pertencimento a este mundo virtual quando o enunciador instala no discurso a intertextualidade por citação do executivo de uma empresa de monitoração e análise das mídias, o que implica em aumentar a credibilidade e veracidade das informações ali colocadas para o enunciatário. De acordo com o enunciador “faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar numa rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado”.

Nesse texto motivador, a relação entre enunciador e enunciatário está por conta das escolhas enunciativas organizadas nas categorias de pessoa *ele*, no tempo *então*, e no espaço *lá*. Entendemos essa escolha como sendo *enunciado enunciado*, o que produz um efeito de distanciamento na enunciação e marca o autoritarismo na verdade construída pelo enunciador. As interações entre os sujeitos são predominantemente racionais.

O ENEM apresentou nesta edição um tema tão familiar aos jovens brasileiros, em sua maioria internautas adeptos de redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, entre outras. Para produzir a dissertação, o candidato precisou analisar a enunciação global resultante do sincretismo que se depreendeu sobre um tema tão presente na vida cotidiana da sociedade moderna.

Com base nas articulações entre os textos colocados na proposta, compreendemos que os sentidos dos textos verbais se complementam em uma relação de reunião. É possível entender que o primeiro anuncia a decisão da ONU de universalizar o acesso à rede como “direito fundamental”. Esse sentido, complementa o segundo texto que, ao mesmo tempo em se comemora o crescente número de brasileiros “socializados”, o texto também alerta para os riscos inerentes à exposição inconsequente ao que é propagado na rede. Na contramão do acesso à Internet, a tirinha critica a vida moderna criando uma contraposição entre os sentidos apreendidos pelos textos anteriores. Na linguagem verbo-visual o homem reclama inutilmente do monitoramento a que é exposto o tempo todo e propõe uma luta inglória contra a “Sociedade do Controle”.

3.4 O movimento migratório para o Brasil no século XXI, edição do ano 2012



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti



Disponível em: <http://mg1.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2012.

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1 400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil.

Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro.

Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114ª de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso.

OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada “insuficiente” e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Logo na parte superior da página, em que o texto verbal traz as instruções da proposta de redação ao candidato, notou-se a apresentação da temática como sendo a imigração para o Brasil na atualidade por conta da chamada em letras maiúscula do texto verbal “O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI”. O uso de letras maiúsculas evidencia que o Destinator chama a atenção do que lê grafado pelo emprego de maiúsculas e minúsculas para o formato em maiúsculas. É determinado o tema da proposta como a imigração para o Brasil hoje ao usar esse tipo de recurso (figura 55).

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Figura 55: Enunciado - 2012
Fonte: INEP

A visualização da página é logo fixada na imagem do segundo texto motivador presente no centro óptico da folha. Formado por um retângulo na posição vertical e alinhado à esquerda do quadrado preenchido pelo texto formal, ambos estão abaixo do comando do título verbal “Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti”. A tipografia grafada em maiúscula e impressa no tom preto direciona o olhar para a imagem. O texto verbal “NOVO LAR”, dentro deste quadrante, situado na margem esquerda do retângulo menor, é o ponto inicial para a interpretação da rota traçada pelos elementos visuais que se articulam no seu processar de sentidos indicando o local de nova moradia para os imigrantes.

Ao fundo, o cromatismo cinza é interrompido pelo branco que em seus contornos formam os mapas dos países Cuba, Panamá, Venezuela, Colômbia, Peru e Brasil. Um vez situado o enunciatório no espaço geográfico, a imagem apresenta uma figura de um homem, no topo da página, sobreposta ao mapa do Haiti e em uma relação de paralelismo com o verbal “Porto Príncipe”, o que confere o ponto de partida do imigrante. Esse sentido é complementado pela sequência de setas que se estende na verticalidade, no caminho descendente, em que o sentido se complementa com as inscrições do verbal “Panamá”, depois continua até “Quito”, segue em “Lima”, parte à direita em uma reta até “Brasileia” e segue quase que horizontalmente a “Porto Velho”. A sequência de setas ordenadas é interrompida por duas outras grandes setas, com o cromatismo mais intenso na cor preta e com uma forma mais larga em sua categoria eidética, conferindo o sentido de duas direções que serão seguidas para fora do mapa, ou seja, para outros lugares dentro do Brasil.

As expressões distintas na imagem agem em sincretização num atuar por mecanismos de união, pois os elementos mantêm-se na reunião diluídos no plano de expressão provocando os sentidos a agirem em uma pluralidade de interações por justaposição como, por exemplo, o plano de expressão exibe a representação da rota dos imigrantes sobre os mapas, em que os sentidos são incitados a agir pelas relações que estabelecem indicando a trajetória do imigrante. Há também um processamento dado em paralelismo à atuação do sentido das setas, em que seu atuar depreendemos o caminho que o imigrante, na figuratividade de um homem na imagem, deixa o Haiti e parte para outros destinos.

Embora criada pelo Ministério da Justiça, a imagem divulgada pelo site *MGI* possui em sua totalidade de sentido a origem geográfica e o percurso da imigração dos haitianos. Diagramado ao lado da imagem, o texto verbal se faz presente compartilhando a centralidade da página embaixo do título do texto motivador. Os sentidos produzidos pela imagem atuam em um complementar às apreensões dos sentidos do componente verbal.

Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti

NOVO LAR Rota de migração dos haitianos para o Brasil

CUBA, PORTO PRÍNCIPE, HAITI, PANAMÁ, PANAMÁ, VENEZUELA, COLÔMBIA, QUITO, EQUADOR, PERU, BRASILEIA, AC, PORTO VELHO, BRASIL, RO, LIMA

De Porto Velho, os haitianos seguem para São Paulo, Minas Gerais e Paraná

© Direitos Reservados/Contratado, CC-BY-SA

FORNTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1 400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil.

Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro.

Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://mgi1.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2012.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Figura 56: segundo texto motivador - 2012
Fonte: INEP

O Destinator MEC apresenta um texto verbal publicado pelo Departamento da Polícia Federal, uma instituição policial brasileira, vinculada ao Ministério Público, cujo objetivo é exercer a segurança pública para a preservação da ordem e a insalubridade das pessoas, bem como os interesses e os bens da União. Temos um Destinator Maior que faz uso de dados de outro Destinator para endossar o tema proposto da redação. De acordo com

fragmento do texto jornalístico divulgado pelo site da Polícia Federal, o estado do Acre sofre com o número da quantidade de imigrantes no município de Brasileira. Para aumentar ainda mais a credibilidade da informação, a Polícia Federal faz uso da intertextualidade por *citação* ao colocar informações prestadas pelo secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre José Henrique Corinto. O texto mostra também ao candidato a assistência prestada pelo Brasil aos imigrantes que chegaram ao Brasil por conta dos terremotos que assolaram o Haiti e, como consequência, os imigrantes continua entrando ilegalmente em terras brasileiras em busca de uma nova moradia.

Ao deixarmos a centralidade da página, partimos para o alto em busca do primeiro texto motivador. Esse que se encontra em um retângulo em cima do segundo texto, não apresenta um título verbal na identificação, no qual parece ser sequência do primeiro enunciado que contém os comandos sobre o que o candidato deve fazer na proposta de redação (figura 57).

O Destinator MEC disponibiliza ao candidato informações divulgadas pelo *Museu da Imigração*. Pertencente ao governo do Estado de São Paulo, o *Museu* traz informações da história de preservação da memória das pessoas que chegaram ao Brasil e o relacionamento construído, ao longo dos anos, com as comunidades representativas da cidade e do estado. O texto verbal enfatiza que os imigrantes europeus não trouxeram apenas mão de obra, mas também costumes, culturas, tradições (na culinária, na música, na moda) e línguas diversas que contribuíram para a Língua Portuguesa no Brasil.

Ausência do título do primeiro texto motivador

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Figura nº 57 – Primeiro texto motivador - 2012

Fonte: INEP

Por fim, o texto verbal “Trilha da Costura” aborda um caso de imigração dos bolivianos que vêm para o Brasil em busca de melhores condições de vida e acabam como trabalhadores em confecções, trabalhos artesanais, culturais e de campo. Localizado topologicamente abaixo da centralidade da página, as palavras do título mantem uma relação sincrética por *paralelismo* com a imagem do texto motivador anterior. Em seu plano de expressão, a imagem apresenta as setas encadeadas na qual o ponto de partida está no Haiti com chegada ao Brasil. A trajetória do plano da expressão está coordenada com o título *Trilha da Costura*. Embora o terceiro texto motivador traga os números do censo dos imigrantes bolivianos no Brasil, a chamada desse texto verbal remete ao pensamento de uma trilha já traçada conforme texto anterior, o que ser entendido em seu semantismo por um caminho rústico, estreito e com obstáculos. Em complemento, a palavra *Costura* também faz parte desse arranjo por ter em seu plano de conteúdo o sentido de traço pontilhado, normalmente deixado pela linha ao unir as partes costuradas.

Nessa relação de vai e vem dos sentidos apreendidos pela operação de sincretismo temos uma porta de entrada para o terceiro texto disponibilizado pelo Destinator MEC com números oficiais do *IPEA*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nas quais suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais que acabam por endossar a o tema proposto na redação.

Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114^º de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso.

OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Figura 58: terceiro texto motivador - 2012

Fonte: INEP

Nas escolhas das categorias enunciativas de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço*, todos os textos dos Destinadores disponibilizados ao candidato fizeram uso da 3ª pessoa, no tempo *então* e no espaço *lá*. Percebe-se assim que houve uma estratégia de manter um distanciamento do enunciatário na enunciação, criando um efeito de autoritarismo no assunto, sendo uma verdade única pelo modo que a instância da enunciação projetou e produziu o texto-enunciado.

Verificamos que essa estratégia é endossada pela da articulação de textos publicados por setores do próprio governo, tanto Federal como Estadual, na estratégia de enunciação global a qual instala no discurso sobre o tema *imigração* os Destinatadores que exercem um *fazer-criar* no Destinatário por meio de procedimentos do articular o conjunto total de texto, objetivando realizar no enunciatário um *fazer interpretativo* e, a partir dessa interpretação, elaborar a redação na qual deve assumir o contrato de direitos humanos sobre o processo de imigração no Brasil para alcançar a sanção de uma redação elaborada conforme as prescrições do Destinatador.

Ao todo são quatro Destinatadores com textos publicados por setores do Governo Federal e Estadual que foram instalados no arranjo dos textos motivadores, direcionando o Destinatário à apreensão dos sentidos propostos pelo Exame Nacional. No primeiro texto verbal, o *Museu da Imigração* abordou as contribuições e razões do movimento imigratório europeu para o Brasil. O segundo texto motivador “Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti” é construído por dois Destinatadores. Na imagem “Novo lar”, o site *MGI* é um *blog* de notícias do estado da Paraíba que publicou a trajetória dos imigrantes haitianos de acordo com o Ministério da Justiça, e o outro sendo o Departamento da Polícia Federal com o texto verbal sobre a imigração em massa de haitianos no Brasil. Além dessas informações, o enunciador faz uso da intertextualidade colocando a citação do interlocutor secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, que reforça a temática do texto verbal e aumenta a credibilidade do sentido produzido por esse enunciador.

Por fim, o texto verbal “Trilha da Costura” aborda mais um caso específico de imigração: o de bolivianos que vêm para o Brasil em busca de melhores condições de vida e acabam como trabalhadores em confecções, trabalhos artesanais, culturais e de campo. Neste texto, o destinador fez uso da matéria publicada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), uma fundação pública federal e vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na qual o texto traz o censo com os números imigrantes bolivianos e o quadro social da Bolívia. Na argumentação, o IPEA usa a intertextualidade por paráfrase com dados da ONU – Organização das Nações Unidas. Reforça ainda o texto com o percentual da população considerada miserável no país.

Fica evidente que na proposta de redação há uma relação entre o Destinatador e Destinatário na ordem do racional que tiveram procedimentos discursivos produzindo efeitos de objetividade, ou seja, foi imposto ao candidato uma verdade dos Destinatadores e, em momento algum, o Destinatário foi inserido nos sentidos na enunciação, o que provocaria efeitos na ordem da subjetividade por parte do candidato.

Essa compreensão da totalidade é o que de fato subsidiará os elementos para a escritura da redação, até porque na temática redacional, o problema apontado pela foi que o Brasil precisa se preocupar com o tratamento desses tantos imigrantes em nosso território. Com relação a isso, o candidato teve que produzir uma proposta de intervenção social que, diante da leitura feita e usando de seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação, poderia ter estado relacionada à necessidade da criação de novas políticas governamentais para a acolhida dos imigrantes no país, ou ainda a criação de medidas de restrição da entrada de imigrantes no país, ou também a necessidade de investimento brasileiro nesses países – principalmente os vizinhos – para que não haja a necessidade da imigração brasileira.

3.5 Efeitos da Implantação da Lei Seca no Brasil, edição do ano 2013



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

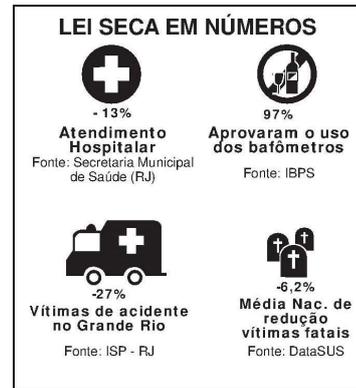
De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: www.dprf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.operacaoileseca.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: www.operacaoileseca.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

A edição da proposta de redação do ano de 2013 foi marcada pelo “Efeitos da Implantação da Lei Seca no Brasil”. Trata-se de uma problemática sempre atual, muito discutida e até polêmica, já que, por um lado, o governo federal tem como objetivo diminuir o número de acidentes e de vítimas de trânsito por meio de uma tolerância zero em relação ao consumo de álcool por motoristas, mas que por outro lado, para atingir esta meta, mexe na liberdade individual do brasileiro ao proibir a ingestão de qualquer quantidade de bebida alcoólica antes de dirigir. Essa ação altera antigos hábitos e costumes, tanto por parte dos consumidores, quanto por de comerciantes, donos de bares e restaurantes, como citados nos textos motivadores.

Ao depreender o sentido do primeiro enunciado, logo no topo da folha, o candidato se depara com a tematização de assuntos como valorização da vida, liberdade *versus* restrição, vida *versus* morte. Esses temas estão concretizados nas figuras de carro, copo, bebida, ambulância, lápide e cruz. Ao longo de toda a proposta, essas figuras são revestidas pela tematização da direção segura em que a proposta sobre “Efeitos da Implantação da Lei Seca no Brasil” é confirmada e reconfirmada pelos demais títulos dos textos apresentados pelo destinador. São eles “Qual o objetivo da ‘Lei Seca ao volante?’”, “Não deixe a bebida mudar o seu destino”, “Lei seca em números” e “Repulsão magnética a beber e dirigir”.

Topologicamente instalados no centro óptico da proposta de redação dois retângulos tendem a fixar a visão do Destinatário por um tempo maior em relação aos demais blocos de textos verbais dispostos no arranjo gráfico. No plano da expressão, as figuras do copo, carro, ambulância, cruz e lápide chamam a atenção e, num primeiro momento, uma indagação pode surgir na mente do candidato “qual é a relação dessas figuras com o que está sendo pedido?”.

Alinhado à esquerda da página, um retângulo com linhas horizontais maiores que as verticais traz uma campanha publicitária na linguagem verbo-visual divulgada pelo governo federal com a presença de um copo e um carro. O copo se encontra em posição de destaque na figuratividade, intacto, sem deformações em suas curvas e retas e quase que ocupando todo o lado esquerdo da imagem, preenchido por um cromatismo cinza e completado pela cor branca que, formada por linhas curvas, remetem ao pensamento que parece ser a espuma que completa a totalidade do copo cheio de cerveja. O carro se apresenta com a frente amassada, como se tivesse se chocado contra o copo, danificando sua área frontal, com formas que explicitam a condição do sujeito em estado de acidentado caso estivesse dirigindo o veículo. O tamanho do copo no plano da expressão produz o sentido em seu plano de conteúdo que a quantidade de

bebida alcoólica produz um acidente com o veículo, uma vez que é sabido que, normalmente, em toda viagem as pessoas fazem uso da ingestão de álcool.

Nas operações de sincretismo o sentido apreendido na imagem se dá pelo processar por *paralelismo* dos traços dos formantes da expressão que, por conta da neutralização do sentido unitário de cada objeto semiótico, o sentido é formado por contraposições entre os elementos coordenados entre o copo e o carro. O sentido apreendido entre a relação das figuras se complementa no processamento no sincretismo com o texto verbal em uma atuação entre os dois distintos sistemas (visual e o verbal). O sentido apreendido na relação entre as figuras é complementado pelo texto verbal “Não deixe a bebida mudar o seu destino”, em que a cena enunciativa apresenta a ausência de qualquer manifestação urbana, como casas ou edifícios, o que leva o candidato a presumir uma viagem de férias. Há também o sentido da terceira linha do texto verbal “Dirigir alcoolizado é crime e pode dar cadeia”, o que entra em oposição ao sentido da palavra “destino” impresso na linha anterior em que, neste caso, completa o sentido manifesto de férias. Essa oposição semântica é marcada pela expressão verbal e confirmada com a palavra “pode” em que o sentido de viagem é alterado para “cadeia”, caso o motorista dirija em estado de embriaguez.

Na mesma linha horizontal, que divide a folha da proposta de redação, também está outro texto verbo-visual. A imagem traz elementos na relação simbólica como cruz, ambulância, lápide e o símbolo de proibido beber. As figuras presentes na imagem mantêm, individualmente, um processar de sentidos por *reunião* produzindo sentidos que se completam. Assim, por exemplo, o símbolo da cruz deixa de ser apenas uma cruz e passa a ser entendida como *hospital* quando associamos o percentual *-13% de atendimento hospitalar*; as lápides passam a ser compreendidas como *mortes* quando reunimos com o sentido dado pelo verbal *- 6,2% Média Nac. de redução de vítimas fatais*. Em sua totalidade articulada pelo Destinator *Operação Lei Seca RJ*, o texto verbo-visual apresentado possui um sincretismo no processar por *paralelismo* nos sentidos de seus percentuais apresentados se complementarem com os sentidos apreendidos com a campanha publicitária arranjada ao lado em seu espaço gráfico. A *Operação Lei Seca RJ* trata-se de um portal criado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para mobilizar os motoristas da cidade do Rio de Janeiro, da Região Metropolitana e Baixada Fluminense. O objetivo dessa política pública é diminuir as estatísticas e alertar a população sobre os riscos da combinação do álcool com a direção.



Figura 60: segundo e terceiro textos motivadores - 2013
Fonte: INEP

Ao sair da centralidade da página, o processo de leitura dos textos motivadores passa para alto da página. O MEC apresenta ao candidato um texto verbal publicado pelo portal da Polícia Rodoviária Federal, órgão do Ministério da Justiça cuja principal atribuição é realizar a fiscalização e o policiamento ostensivo das rodovias federais. Com o título “Qual o objetivo da ‘Lei Seca ao volante?’”, o texto traz um alerta a sociedade sobre os perigos do álcool associado à direção. O título chama a atenção do candidato por apresentar a expressão “Lei seca ao volante” entre aspas. Trata-se da Lei 11.705/2008 denominada de “Lei Seca” por impor uma maior rigorosidade no consumo de álcool por parte de motoristas.

Para aumentar a credibilidade da informação, um recurso usado na argumentação da Polícia Rodoviária Federal está na intertextualidade por paráfrase na qual é citado o percentual de acidentes de trânsito (30%) conforme dados da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), uma entidade médica, sem fins lucrativos, que congrega os especialistas em Medicina de Tráfego e desenvolve ações, estudos e pesquisas visando à prevenção de acidentes decorrentes da mobilidade humana. O texto ressalta ainda que o governo federal já deu o primeiro passo para estancar as mortes no trânsito, adquirindo milhares de etilômetros, popularmente conhecido como bafômetro, trata-se de um aparelho que mede a concentração de álcool etílico na corrente sanguínea de uma pessoa mediante a análise do ar pulmonar profundo.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: www.dprf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.

Figura nº 61 – primeiro texto motivador - 2013

Fonte: INEP

O último texto motivador traz uma publicação feita novamente pelo portal *Operação Lei Seca RJ* referente a uma campanha publicitária realizada na cidade de Belo Horizonte. Com o título sendo “Repulsão magnética a beber e dirigir”, o site do Governo do Rio de Janeiro relata uma ação feita por uma agência de comunicação na cidade mineira na tentativa de enviar uma mensagem para os consumidores de cerveja. As palavras “repulsão”, “magnética”, “beber” e “dirigir” fazem parte do jogo elaborado pela agência que tiveram a ideia de colocar ímãs nas tulipas de chope e nas bolachas usadas como descanso do copo. Por conta da polaridade, o copo poderia atrair a bolacha, ou ao contrário, indicando se o consumidor iria pegar um táxi ou usar o próprio carro.

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

Figura nº 62 – quarto texto motivador - 2013

Fonte: INEP

Nas escolhas das categorias enunciativas de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço*, três textos disponibilizados ao candidato fizeram uso da 3ª pessoa, no tempo *então* e no espaço *lá*.

Tratam-se dos textos verbais “Qual o objetivo da ‘Lei seca ao volante?’” e “Repulsão magnética a beber e dirigir” e “Lei Seca em números” que mantêm um distanciamento do enunciatário na enunciação, criando um efeito de autoritarismo no assunto, sendo uma verdade única pelo modo que a instância da enunciação projetou e produziu o texto-enunciado. Já a campanha publicitária do governo federal possui na organização das categorias de pessoa o uso da relação *eu-tu*, com o tempo *agora* e no espaço *aqui*. Essa instância da *enunciação enunciada* provoca no enunciatário a sensação como se ele (candidato) fosse projetado em uma nova esfera sensorial no momento da apreensão do sentido. O verbo no modo imperativo “não deixe” junto com o verbo no infinitivo “mudar” e ao lado do pronome possessivo “seu” produzem o sentido como se campanha estivesse conversando diretamente com o enunciatário e o colocando sobre o ponto em discussão.

Embora esse último texto possa colocar o Destinatário no sentido produzido na enunciação, o ponto de vista do MEC sobre a “Lei Seca” já foi dado na proposta de redação e não permite, ao candidato, qualquer forma de contestar o dizer verdadeiro do Destinator. Verificamos que essa estratégia é endossada pela articulação de textos publicados por setores do próprio governo, tanto Federal como Estadual, na estratégia de enunciação global a qual estão instalados na proposta os Destinadores que exercem um *fazer-criar* no Destinatário.

Ao todo são três Destinadores com textos publicados por setores do Governo Federal e Estadual que foram instalados no arranjo dos textos motivadores, direcionando o Destinatário à apreensão dos sentidos propostos pelo Exame Nacional. No primeiro texto verbal foi publicado pelo Departamento da Polícia Rodoviária Federal que trouxe uma ação do governo federal em relação à ingestão de álcool do motorista. Esse Destinator faz uso da intertextualidade por paráfrase, conferindo uma maior credibilidade no assunto ao trazer dados oficiais do Ministério da Saúde sobre o número de mortes por acidentes de trânsito. A Polícia Rodoviária Federal ainda enfatiza na mensagem a importância de toda a sociedade empenhar-se em favor desta causa, em todos os âmbitos, objetivando o bem comum.

Topologicamente posicionado abaixo do primeiro texto, está o texto verbo-visual publicado pelo site *Portal Brasil*, endereço eletrônico do Governo Federal. O que está presente é uma ação publicitária do Governo Federal alertando a população sobre o consumo de álcool por parte do motorista no momento das férias. Ao lado dessa imagem, o MEC posiciona dados divulgados pelo site carioca *Operação Lei Seca RJ* com os índices de redução em atendimentos hospitalares, vítimas de acidentes e a média de redução de vítimas fatais depois da instalação da Lei Seca, além do percentual da população que aprovou o uso dos bafômetros.

Na parte baixa da página, há outro texto também do site *Operação Lei Seca RJ* com um exemplo de uma ação criada para que se evite dirigir quando o motorista ingerir álcool.

Fica evidente que na proposta de redação há uma relação entre o Destinator e Destinatário na ordem do racional que tiveram procedimentos discursivos produzindo efeitos de objetividade, ou seja, foi imposto ao candidato uma verdade dos Destinadores, embora o Destinatário fosse inserido nos sentidos na enunciação, por meio do texto verbo-visual do governo federal, não cabe ao candidato contestar em sua produção textual a aplicabilidade da “Lei Seca” no Brasil.

3.6 Publicidade Infantil em questão no Brasil, edição do ano 2014



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

TEXTO II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fontes: OMS e Conar/2013

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. **A criança e o marketing**: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

A temática da publicidade infantil é algo relevante para toda a sociedade brasileira, já que abarca as crianças e adolescentes em relação à propaganda voltada para eles. A edição de 2014 trouxe questões relacionadas ao consumo, ao direito de escolha, à influência das mídias, todas concretizadas na figuratividade da criança, nos países e nos produtos.

A organização espacial da página conta com matérias verbo-visuais distribuídas na horizontal. Formado por três retângulos horizontais, a superfície da página possui em seu centro óptico um retângulo com linhas horizontais maiores que verticais e, em seu interior, uma ilustração da *Folha de S.Paulo*. O título verbal e os infográficos ganham movimentos do olhar do Destinatário que, num primeiro momento, fica preso nesse vai e vem de leitura entre o visual e o verbal.

Os mapas são representações cartográficas de uma dada área do espaço da Terra. Eles possuem a função de representar em um plano uma determinada localidade da superfície, apresentando um ou vários de seus aspectos. Eles são, sobretudo, uma forma de linguagem e, portanto, de comunicação. O objetivo do Destinatário *Folha* é apontar como alguns países lidam com a questão da publicidade infantil e exemplifica que medidas podem ser tomadas, isto é, sugere ideias para a intervenção social do candidato. Nos mecanismos de sincretização encontramos sobrepostos ao visual 14 retângulos pequenos e com apontamentos no mapa produzindo uma complementação de ideias no momento da apreensão da localidade e identificação das cidades. Essa identificação é reiterada no sincretismo pelos símbolos instalados na imagem que se completam os sentidos com o texto verbal colocados em pequenas colunas ao lado de cada um deles. No relacionar a cidade e o símbolo instalado ao lado do verbal, os olhos do leitor automaticamente buscam a tradução desse símbolo nas colunas arranjadas na parte baixa da imagem, conferindo um ritmo de sobe e desce na enunciação da ilustração. Esses símbolos retomam ao sentido das cidades espalhadas pelo mundo no dizer sobre as regras impostas a publicidade infantil espalhadas no planeta (figura 64). Temos em jogo um *paralelismo* de sentidos produzidos pelo verbal quando associado as imagens do mapa que operam simultaneamente num processar de *reunião pelos e nos* sentidos.

TEXTO II



Figura nº 64 : segundo texto motivador - 2014
Fonte: INEP

Ao sair do centro da página, a leitura passa automaticamente para o alto da folha. A entrada para a produção do sentido se dá na identificação verbal *Texto I* que direciona como sendo o primeiro texto motivador da coleção ofertada pelo Destinator. O primeiro texto mantém uma relação interdiscursiva com frase de comando do tema “Publicidade Infantil em questão no Brasil”, presente no enunciado da proposta. A construção do termo “em questão” é homologado pelo sentido apreendido pelo texto motivador no que diz respeito a resolução do Conanda, já que a questão ainda está sendo discutida. Assim, o candidato é convidado a debater a problemática da publicidade infantil conforme orientação do enunciado em que diz “apresentando proposta de intervenção”.

Retirado da página da *BBC (British Broadcasting Corporation)* e adaptado pela *BBC Brasil*, o Destinator faz uso da intertextualidade por paráfrase ao dizer que o conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) considera abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem o objetivo de persuadi-la ao consumo de algum produto por meio do uso de desenhos animados, cores chamativas, personagens infantis, linguagem infantil, trilha sonora, oferta de brindes e relata também que tal atitude gerou um verdadeiro debate entre quem é a favor (Organizações não governamentais de defesa das crianças e dos adolescentes e pais) e quem é contra (agências publicitárias e empresas que têm produtos licenciados) como mostra a figura 65.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

Figura nº 65 – primeiro texto motivador – 2014
Fonte: INEP

O tema discutido nesta edição já levanta questionamentos por parte do candidato quanto ao consumo de produtos infantis, uma vez que a criança é apenas uma consumidora e não a detentora do poder de compra. No *Texto III*, identificado pelo Destinatador maior no arranjo dos textos, o Destinatário é inserido na enunciação logo no início do texto com a presença do verbo “precisamos”, conjugado em 1ª pessoa do plural na relação interativa de *eu/tu*. O candidato encontra aqui um trecho adaptado do livro *A criança e o Marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil* que aborda a questão da criança em relação ao marketing e que enfatiza o quanto uma criança é um ser humano em processo de formação e, por isso mesmo, vulnerável às influências. O texto esclarece a importância de formarmos adultos conscientes em relação ao consumo, ciente de suas reais necessidades e de suas responsabilidades para com eles próprios e para com o coletivo.

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. *A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil*. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

Figura nº 66 – terceiro texto motivador – 2014
Fonte: INEP

Nas escolhas das categorias enunciativas de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço*, os dois primeiros textos dos enunciadores colocados na proposta fizeram uso da 3ª pessoa, no tempo

então e no espaço *lá*. Conclui-se assim que houve uma estratégia de manter um distanciamento do leitor na enunciação, criando um efeito de autoritarismo no assunto, sendo uma verdade única pelo modo que a instância da enunciação projetou e produziu o texto-enunciado. Com essa estratégia, os enunciadores criam um efeito em que os fatos se contam por si mesmos, sem a interferência de um *eu* e sem se dirigirem a um *você* ou um *tu*. Para reafirmar os valores do Destinator maior, a proposta conta com a copresença de dois Destinadores como a *BBC*, um importante veículo de comunicação britânica e o jornal *Folha de S.Paulo*, um dos maiores jornais brasileiros. Ainda fazendo parte do time dos Destinadores, a proposta trouxe um trecho do livro, publicado pela autora Silvia Vasconcelos, atestando que a literatura acadêmica também está voltada para o tema.

Na totalidade de sentidos, temos um processamento da enunciação dada por mecanismos de *paralelismo* em que os sentidos correspondentes de cada linguagem produzem uma *correspondência* e uma *reiteração* entre os sentidos apreendidos pelos objetos semióticos instalados na proposta.

3.7 A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira, edição do ano 2015



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

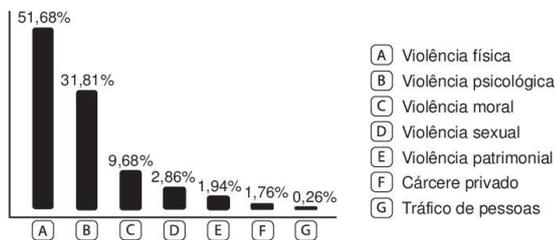
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012*. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Balanco 2014*. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializadas

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil

relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

O comando da tematização da edição de 2015 esteve por conta da violência contra a mulher, feminismo, machismo e até mesmo da sociedade patriarcal. Figuras como mulher, símbolos carregando significados como prisão, a palma de *uma mão dando um basta* na situação e o alvo humano concretizam os tipos de violência contra as mulheres na sociedade brasileira.

O tema apresentado chama a atenção pelas escolhas do Destinator na elaboração da semântica da oração “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” presente no enunciado. Ao analisarmos podemos depreender: a) *persistência*: significado que se refere à manutenção, ou continuidade de algo. Neste caso, trata-se da violência contra a mulher que, historicamente, está arraigado na sociedade brasileira e nunca cessa; b) *violência*: o sentido está relacionado a todas modalidades de violência, de uma forma geral, como a violência física (material e corporal, incluindo a sexual), moral e psicológica, criminalizadas ou não; c) a expressão “*contra a mulher*”: a mulher é vista como vítima, como alvo que sofre uma violência de gênero e d) “*sociedade brasileira*”: especificação de contexto que remete às leis brasileiras, cultura e história do país.

No arranjo gráfico da folha, um vai e vem e um sobe e desce do olhar se prendem ao excesso de números e imagens instaladas na centralidade da página divididas por linhas verticais que formam colunas. Tomando o controle do percurso da leitura, o Destinator coloca comandos como *Texto I*, *Texto II*, *Texto III* e *Texto IV* na tentativa de direcionar o Destinatário para o caminho a ser tomado durante a leitura na compreensão da mensagem proposta.

O *Texto I* é uma publicação do Destinator *Mapa da Violência*, um site que aborda estudos publicados desde 1998 com apoio da Unesco, do Instituto Ayrton Senna, do governo brasileiro e assinado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. O texto homologa o sentido da palavra *persistência*, empregada no tema da redação, ao trazer a informação “Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década”.

TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012*. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

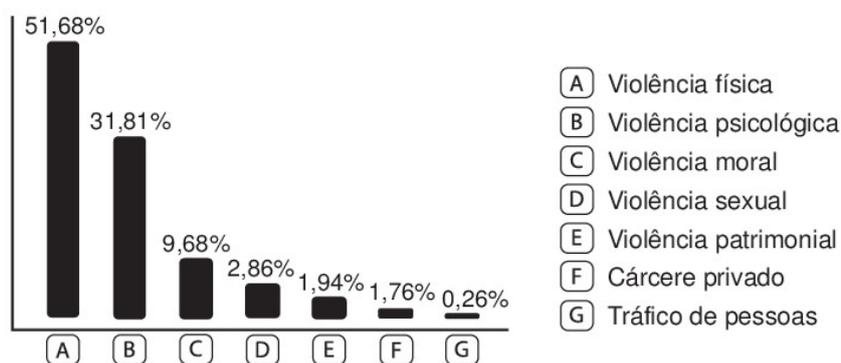
Figura nº 68 – primeiro texto motivador – 2015

Fonte: INEP

Após mostrar os números registrados da violência, o Destinator maior instala na proposta um gráfico de barras para que o Destinatário tenha uma comparação dos tipos de violência sofrida pelas mulheres (figura 67). Trata-se do *Texto II* em que o sentido produzido se dá pelo sincretismo entre o verbal e o visual. Publicado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, o gráfico tem no eixo horizontal a presença de sete letras (A, B, C, D, E, F, G) grafadas em pequenos quadrados que representam, cada uma delas, um retângulo instalado no eixo vertical do gráfico. Cada retângulo possui no topo um índice com o tipo de violência. O que está em jogo é um processar dos sentidos por *paralelismo* em que os sentidos tanto do verbal quanto do visual estão sendo produzidos à medida que o Destinatário apreende a *reunião* das correspondências dos traços coordenativos que se completam. Há também no processamento sincrético uma *complementação* dos sentidos na ordem do texto verbal ao identificar a letra, colocada no eixo horizontal, e sua respectiva descrição na coluna vertical arranjada à direita do gráfico. Para cada letra há a correspondência de A - violência física (51,68%), B - violência psicológica (31,81%), C - violência moral (9,68%), D - violência sexual (1,94%), E - violência patrimonial (1,94%), F - cárcere privado (1,76%) e G - tráfico de pessoas (0,26%). Esses dados são números oficiais que chegaram ao conhecimento das autoridades policiais por meio de denúncias e que reforçam a credibilidade do texto ofertado pelo MEC.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2014**. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

Figura 69 – segundo texto motivador – 2015
Fonte: INEP

O *Texto III* é uma campanha divulgada pelo portal *Compromisso e Atitude* em que em seu cromatismo chama a atenção pela ordenação irregular das letras nas linhas superiores e inferiores da imagem instalada na margem direita da página. O texto apresenta duas palavras em sua expressão: “feminicídio” e “basta”. Presente no tempo verbal imperativo, a palavra *basta* dá uma ordem à sociedade para interromper com a violência. Essa ação vem do significado da palavra *feminicídio* morte das mulheres em razão de gênero.

No plano da expressão, entre as duas linhas que trazem o verbal, está a figura de uma mão formada pela reunião de linhas circulares. Há um processamento por neutralização dos traços semióticos dos formantes circulares que mantêm uma relação no sincretismo de *superposição* presente na figuratividade da palma da mão, o que se apreende o sentido de alvo. Surgem dois sentidos pelo sincretismo entre o verbal e o visual. Por meio de um processamento por *paralelismo* temos na articulação entre uma linguagem e outra o gesto da mão com o simbolismo de “pare”, reforçado pelo verbal *basta*, e o alvo presente na palma da mão que indica as mulheres como sendo as vítimas dessa ação de morte (feminicídio) o que deve ser interrompido.

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br.
Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

Figura nº 70: terceiro texto motivador - 2015
Fonte: INEP

Dentro da organização interna com os textos motivadores, o Destinator MEC insere o *Texto IV* que aborda os números de processos, prisões, relatos de violência que envolveram a lei *Maria da Penha* divulgados pelo Destinator revista *Isto É*. O texto dá abertura para o candidato refletir sobre a proposta de intervenção social, já que ele nos mostra, assim como o *Texto I*, como esteve a atuação da referida lei de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as mulheres.

Após passar os olhos sobre o arranjo gráfico, a chamada do título “O IMPACTO EM NÚMEROS” e as duas linhas que se seguem logo abaixo delimitam verticalmente o arranjo verbo-visual.

Do lado esquerdo, a figuratividade do número (332.216) remete ao sucesso que a Lei *Maria da Penha* alcançou no período. Na continuação da leitura dessa coluna, o Destinator *Isto É* reitera esse sucesso dando destaque cromático e eidético nos números de processos julgados (33,4%), prisões em flagrante (9.715) e as prisões preventivas decretadas (1.577). Complementando esses sentidos, cada número possui um sincretismo com o visual que dá o perceber ao destinatário. Nos *processos julgados* está o *gráfico de pizza* para mostrar a comparação do índice; em *prisões em flagrante* com uma algema, instrumento utilizado para imobilizar uma pessoa no momento da prisão; e *prisões preventivas decretadas* com o martelo, usado pelo Juiz quando faz se determina uma sentença judicial.

Na sequência de leitura, o Destinator coloca a figuratividade de um ser humano com o alvo estampado no peito. O plano de expressão associado aos números remete ao plano de conteúdo em que 58 mulheres e 2.777 homens ficaram na mira da Lei e foram presos no país. À direita, a figura de um telefone com o destaque cromático no número 237 mil reforçam a importância dos relatos de violência que foram feitos ao serviço “Ligue 180”. Reiterando a ideia da importância desse serviço, o texto apresenta na mesma coluna dez figuras femininas estampadas. Deste total, sete figuras são preenchidas na cor preto, o que provoca o destaque nas outras três em cor cinza. O plano de expressão é reforçado com o verbal “sete” e “dez”, com destaques cromáticos e eidéticos, a qual o plano de conteúdo apresenta o significado que sete de cada dez mulheres foram vítimas da violência e usaram o serviço *Ligue 180*.

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil

relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

Figura 71: quarto texto motivador - 2015

Fonte: INEP

Nas escolhas das categorias enunciativas de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço*, todos os textos dos Destinatores disponibilizados ao candidato fizeram uso da 3ª pessoa, no tempo *então* e no espaço *lá*. Criou-se um efeito de autoritarismo no assunto, uma verdade única pelo modo que a instância da enunciação projetou o texto-enunciado, por meio de uma estratégia em manter o distanciamento do enunciatário na enunciação.

O Destinator MEC fez uso na estratégia de enunciação global a qual instala no discurso sobre o tema *violência contra a mulher* os Destinatores que exercem um *fazer-criar* no Destinatário por meio de procedimentos do articular o conjunto total de texto, objetivando realizar no enunciatário um *fazer interpretativo* e, a partir dessa interpretação, elaborar a redação na qual deve assumir o contrato de direitos humanos e assumir o seu ponto de vista.

Verificamos que essa estratégia é endossada pela da articulação de textos publicados por setores do próprio governo como a *Secretaria de Políticas para as Mulheres*, que mostrou os tipos de violência, e pelo cartaz publicado pelo site *Compromisso e Atitude*, coordenado por representantes de diversos órgãos governamentais que trabalham na campanha *Compromisso e atitude pela lei Maria da Penha*. Há também a presença da revista *Isto É*, veículo de comunicação com circulação nacional, que trouxe os resultados da aplicação da Lei *Maria da Penha* no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nesta dissertação que o ENEM nasceu como um exame de caráter voluntário e como uma ferramenta de apoio para processos de seleção profissional, assim como, para a continuidade da formação escolar, enquanto modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes.

É indiscutível que com o passar dos anos o ENEM se tornou uma realidade nacional e, portanto, são inúmeras as ações que podemos observar a partir do surgimento do Exame.

O aumento progressivo do número de participantes e a repercussão positiva dos resultados junto à sociedade permitiram que se fizesse novo uso dessa política pública, considerando que o Estado pode ter um controle mais abrangente sobre os sistemas de ensino (público e privado). Conseqüentemente, os professores passaram a ser pressionados para ministrarem em suas aulas os exercícios no formato das questões do ENEM, inclusive a produção da Redação, uma vez que o exame mensura o aprendizado do aluno a partir de uma lógica avaliativa distinta da tradicional.

Enxergamos que com o surgimento do ENEM, o papel do professor na relação ensino-aprendizado passou a ser exaltado, até porque o objetivo do ENEM não é se preocupar em aferir as informações e quanto delas está acumulado, mas estimular o aluno para que, a partir delas, possa continuar aprendendo e desenvolvendo habilidades. Por outro lado, os alunos também passaram a demandar que os professores se atualizassem e direcionassem o curso para as questões propostas pela prova, como discutir temas atuais que poderiam ser colocadas em discussão pelo Exame Nacional.

O conteúdo temático das propostas das redações é elaborado a partir de acontecimentos sociais do momento. É ingenuidade acreditar que a realidade é apresentada de forma neutra para os candidatos. Pelo contrário, essa realidade apresentada é marcada por um posicionamento valorativo. A própria escolha do tema e a mobilização das vozes dos Destinatadores que o constroem indiciam uma tomada de posição, o que em nossa análise sempre foi de acordo com o ponto de vista do Ministério da Educação.

Em nossa análise inferimos que o aluno tem pouca chance de expor de fato sua reflexão sobre o temário da proposta. O Ministério da Educação articula uma perspectiva sobre um tema dado ofertando textos que produzem sentido com o seu ponto de vista. Para garantir que o seu ponto de vista será mantido, o Destinatador faz uso de outros Destinatadores que, na maioria das vezes, fazem uso de estratégias enunciativas que não permitem a subjetividade do

leitor, sendo produzido um sentido autoritário sobre a informação transmitida o que forma uma unicidade do ponto de vista do MEC.

A partir dessa consideração, analisamos que o MEC articula várias linguagens na proposta de redação e faz uso de procedimentos do regime de manipulação, estruturados pelas escolhas das estratégias enunciativas, que levam o candidato a aderir ao mesmo modo de pensar da autarquia. Portanto, o que temos em jogo é um Destinator-manipulador que envolve interações as quais revelam intenções para um fazer-fazer. Como afirma Landowski (2014, p.32)

A atividade de base toma a forma de um trabalho político, entendido essencialmente como um trabalho de persuasão que visa ao acordo entre as vontades, acordo esse explicitamente consagrado, ou não, sob a forma de contratos. Interagir desse modo é, portanto, em primeiro lugar, atribuir ao outro ou nele reconhecer uma “vontade” e, a partir daí, procurar pensar sobre suas razões de agir: é tentar fazê-lo querer isso e não aquilo, de modo que – de bom grado ou, como se diz, “a morte na alma” – não possa deixar de querer executar o que se planeja a seu respeito.

A discussão para se compreender todo o formato da redação do ENEM — e o que se aguarda que o MEC avalie — começa no conceito de texto dissertativo-argumentativo. Quando entendemos que dissertação é o tipo de texto que analisa e interpreta dados da realidade por meio de conceitos abstratos como afirmam Fiorin & Savioli (2007, p. 298-299) “Na dissertação, predominam os conceitos abstratos, isto é a referência ao mundo real se faz através de conceitos amplos, de modelos genéricos, muitas vezes abstraídos do tempo e do espaço”, chegamos a uma reflexão: se para escrever um texto dissertativo o aluno faz referência ao mundo real por meio de conceitos abstratos, então esse mesmo aluno está inserido em uma sociedade contemporânea que exige dele determinadas atitudes para uma convivência em sociedade.

Nesse contexto, o governo espera que a escola conduza o aluno à aquisição e ao aprimoramento das competências e que o auxiliem a melhor compreender o mundo que o rodeia, a se inserir como cidadão no contexto social do qual participa, a dar continuidade a seus estudos por meio do ingresso na universidade e a conquistar um lugar no disputado mercado de trabalho.

O assunto em pauta é a presença de um aluno crítico, com pensamentos próprios e embasados em seu viver cotidiano, ou como o próprio governo diz

Formar, então, o cidadão crítico, criativo e participativo é objetivo da escola. A solução proposta pelo participante precisa ter relação com os argumentos escolhidos pelo candidato de forma que ‘conclusões prontas’ advindas de fórmulas desenvolvidas, muitas vezes em cursinhos, sejam evitadas. Preza-se, então, pela autoria. (BRASIL, 2013, p. 11)

Evidentemente, ter um aluno que não esteja embasado nas conclusões prontas executadas por sistemas de ensinamentos ministrados com conteúdo apenas em sala de aula e não em sua aplicabilidade na sociedade é o que reforça a ideia do exercício da cidadania que os documentos do MEC tanto exigem, como colocado na LDB e nos próprios Parâmetros Curriculares.

Na LDB (nº 9.394/96), tem-se entre as finalidades do Ensino Médio (art.35):

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; (BRASIL, 1996).

Nos PCNEM,

[...] o ensino médio deve atuar de forma que garanta ao estudante a preparação básica para o prosseguimento dos estudos, para a inserção no mundo do trabalho e para o exercício cotidiano da cidadania, em sintonia com as necessidades político-sociais de seu tempo. (BRASIL, 2006, p. 17-18).

Encaramos que a Educação não é uma mercadoria que se encontra nas prateleiras dos supermercados que se pode adquirir-la a qualquer momento, ou simplesmente passar os olhos sobre ela e preferir outro produto. Tampouco a Educação é a pura transmissão de conhecimentos. Por outro lado, a Educação não é mérito de um professor, ou de uma escola. O objetivo de ensinar deve ser de todo docente e comunidade. Com essa ideia, estamos envolvidos com a Educação a todo instante seja em casa, na rua, na escola, no trabalho, ou em qualquer momento de nossas vidas. Para saber, para conviver, estamos com as nossas vidas misturadas na Educação e todo brasileiro deve estar voltado para a Educação, conforme garante a Constituição Brasileira de 1988 que a educação é "um direito para todos, um dever do Estado e da família". Reforçando o pensamento de Freire (1996, p. 12)

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

A nossa legislação garante que o sistema educacional brasileiro forma alunos críticos, seres pensantes e preparados para encarar os desafios que a vida moderna nos impõe, a qual nos convida a refletir sobre a fala de Freire (2001, p. 25) “não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo”.

É preciso assumir realmente a politicidade da educação, como explica o educador:

Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são

vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. (Ibidem, p. 25).

Refletimos, assim, que a Educação não é apenas uma transmissão de culturas, conhecimentos, ou conteúdo ministrado em sala de aula. Se a escola focar apenas no conteúdo, o processo de aprendizado não terá a menor chance de ser bem-sucedido. A sociedade vive em constante mudança e, se o processo permanecer no método tradicional, não há como formar um aluno crítico e questionador sem uma base sólida de informação. “Falar da realidade como algo parado, estático [...] quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo a suprema inquietação desta educação”, explica Freire (1987, p. 33).

Entretanto, o problema não parece estar somente nas escolas e surge então uma incoerência entre o que a LDB garante quanto à formação do pensamento crítico do aluno e o que de fato é aferido no modelo de Exame Nacional do governo.

Portanto, abrimos um precedente para discussão. Como o candidato será crítico sobre um determinado ponto se o MEC já coloca o seu ponto de vista nas propostas de redação? A prova desse questionamento está na maneira de como o MEC articulou os textos motivadores nas propostas de redação que formaram a estratégia de enunciação global. Em toda proposta, era dado um tema e sempre com informações de outros Destinatores que compartilhavam a mesma ideia do Destinator maior, ora apresentando textos do próprio governo, ora com publicações de veículos de comunicação com credibilidade nacional. Todos os textos articulavam entre si em um jogo de produção de sentidos que se completavam, se complementaram, ou até mesmo mantinham sentidos paralelos em que o sentido de um texto era reiterado por outro.

Há também o arranjo da expressão que em todas as propostas analisadas as linguagens visuais ocuparam importantes posições de visualizações com destaque no centro óptico, ou a parte alta da página, cujos os sentidos estavam sempre em articulação com os demais textos motivadores e homologavam o tema da proposta. Ademais, foram usados Destinatores institucionais que obrigam o candidato a pensar *pelo* e *no* governo.

Diante do exposto acima, consideramos que os estudos sobre a discussão levantada nesse trabalho não só podem, como merecem ser conduzidas por outros caminhos de reflexão, e aprofundadas com outras teorias. Deixamos, então, nossas reflexões como uma possível porta de acesso para novos direcionamentos. Almejamos a possibilidade de dar continuidade às pesquisas aqui iniciadas, de modo a gerar uma maior contribuição para o meio acadêmico como também para a sociedade de uma forma geral.

Para finalizar, encerramos essa pesquisa com o pensamento de Freire (2001) em relação à prática educativa com apenas transmissão dos conteúdos escolares.

[...] gostaria de sublinhar um equívoco: o de quem considera que a boa *educação popular* hoje é a que, despreocupada com o desvelamento dos fenômenos, com a razão de ser dos fatos, reduz a prática educativa ao ensino puro dos conteúdos, entendido este como o ato de *esparadrapar* a cognoscitividade dos educandos. Este equívoco é tão carente de dialética quanto o seu contrário: o que reduz a prática educativa a puro exercício ideológico. (Ibidem, p. 52).

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSE, Gavin. HARRIS, Paul. **Layout**. Tradução Edson Furmankiewics. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Algumas reflexões semióticas sobre a enunciação. IN: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges. **Enunciação e Discurso**, São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Teoria semiótica do texto**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é comunicação?** 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRASIL. Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Edição extra. Brasília, DF, 25 nov. 1995.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Seção 1, pág. 1, 22 de setembro de 2016a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução n. 2, de 7 abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 de abril de 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n. 4/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Seção I, p. 21, 05 de agosto de 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Bases Legais. Brasília: MEC/SEMT, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 14 de julho de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 20. Brasília, 31 de janeiro de 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – Fundamentação Teórico- Metodológico**. Brasília: INEP/MEC. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Manual de capacitação para avaliação das redações do ENEM 2013**. Brasília: MEC/INEP. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria 55, de 03 de abril de 2008. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção 1, p. 10, 07 de abril de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. ENEM. **Relatório Pedagógico ENEM 2001**. Brasília: INEP/MEC. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Pedagógico ENEM 2008**. Brasília: INEP/MEC. 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Pedagógico ENEM 2011-2012**. Brasília: INEP/MEC. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Entenda a sua Nota no ENEM: guia do participante**. Brasília: INEP/MEC. 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Redação do ENEM 2016 – Cartilha do Participante**. Brasília: INEP/MEC. 2016b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 109, de 27 de maio de 2009. Estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção 1, p. 56, 28 de maio de 2009. 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 438, de 28 de maio de 1998. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção 1, p. 5, 01 de junho de 1998c.

DISCINI, Norma. **Intertextualidade e conto maravilhoso**. São Paulo: Humanitas, 2002.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EYNG, A. M. **Projeto pedagógico: construção coletiva da identidade da escola, um desafio permanente**. Educação em Movimento. V. 1, n. 1, p. 25-32. Curitiba, jan.-abr./2002.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana L. P. ; FIORIN, José L. (Orgs.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo, SP: Edusp, 1999

_____. Por uma definição das linguagens sincréticas. In: Oliveira, Ana Cláudia de; Teixeira, Lucia. **Linguagens na comunicação: desenvolvimentos de semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, p. 15-40, 2009;

_____. Revista Organon. **A noção de texto na semiótica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, volume 9, nº 23; Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1995.

_____. SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**, 17 ed. São Paulo: Atica, 2007.

FISCHER, Alec. SCRIVEN, Michael. **Critical Thinkings. Its Definition and Assessment**. Edgepress: CA, USA/Centre for Research In Critical Thinking: Norwich, UK. 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FLOCH, Jean-Marie. **Alguns conceitos fundamentais em Semiótica geral**, Documentos de estudo do CPS, 1, 2001;

GREIMAS, Algirdas. COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica**. Edufba; Maceió, 2004.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. Ed. 24, São Paulo: Cultrix, 2007.

KUNTZEL, Carlos Alberto. **Projeto Gráfico: técnicas e teorias do discurso gráfico no jornalismo impresso**. Campo Grande/MS: DiGral e Cromoarte, 2003.

LANDOWSKI, Eric. **Interações Arriscadas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2014.

_____. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. A plástica sensível da expressão sincrética e enunciação global. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de; TEIXEIRA, Lucia (orgs). **Linguagens na Comunicação desenvolvimentos de semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

_____. As interações discursivas. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de (ed). **As interações sensíveis: ensaios de sociossemiótica a partir da obra de Eric Landowski**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2013.

_____. **A dupla expressão da identidade do jornal**. In: Produção de Sentido nas mídias, Bauru, Compós: 2006;

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola**; trad. Bruno Charles Magne. – Porto Alegre: Artmed, 1999.

RABELO, Mauro. **Análise comparativa dos processos de avaliação educacional em larga escala**. In: II Colóquio de Matemática da Região Centro-Oeste. Universidade Federal do Mato Grosso, 2011.

SILVA, Rafael Sousa. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus, 1985.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.